UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

A CRISE DA CIDADE EM JOGO
O futebol na contramão em ruas da Penha

Glauco Roberto Gonçalves

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós Graduação em Geografia
Humana, do Departamento de
Geografia, da FFLCH-USP para
obtenção do mestrado.

Orientadora: Odette Carvalho de Lima Seabra

São Paulo
2011

À minha mãe e à minha avó,
que me perguntavam
“Quer que eu ponha sua cama na rua?”
... e eu sonhava com aquela possibilidade.

“Les amusements qui attachent un homme sont l'exacte mesure de su mediocrité”

Potlach p.184

“E uma bola de criança
Sobe mais que minha 'e'sprança”

Fernando Pessoa, Poemas, p.35

“A Terra já não sustenta, devora.
O céu não lança chuva, somente ferro.”

Bertolt Brecht, Poemas 1913-1956 Editora 34

Agradecimentos

Ao meu pai Roberto.

Ao Carlos: meu segundo pai.

À Mariah.

À Odette de Lima Carvalho Seabra que orientou esta pesquisa. Sem ela estas linhas não seriam escritas.

À Amélia Luisa Damiani e ao divertido e instigante grupo de leitura dos *Situacionistas*. Aprendo e me divirto muito com ela e com todos do grupo.

Aos professores Anselmo Alfredo (e ao grupo de leituras do *Capital*), Heinz Dieter Heide Mann e Flávio de Campos.

Aos amigos Fábão, Felipe, Rogê, Carlão, Fred e Maurinho (apoiador fundamental desta pesquisa. Sem você a sinuca não seria a mesma e os livros do João Antônio não existiriam).

À Teresa por, entre tantas outras coisas, ter revisado o texto para a qualificação.

Aos amigos de infância da Vila Ré: com eles vi e vivi a potência que a rua pode ter.

À Casa do Dez e à casa da Afonso Vaz.

Aos amigos de escola (Bisteca, Hirano, Marcos e Junior).

Ao TTV e todos seus jogadores.

Ao amigos de escalada, Gironha, Valadão e todos os outros.

À Rádio Várzea e todos que por lá estão ou estiveram.

Ao Samba do Bule.

Ao CNPQ pelo financiamento desta pesquisa.

A vida vem valendo muito a pena com a participação e presença de todos vocês.

Resumo

Através do futebol de rua jogado no bairro da Penha em São Paulo, esta pesquisa tentou compreender a crise da cidade e do lúdico no processo de urbanização da sociedade.

O entendimento desta problemática foi abordado em duas etapas, a primeira destinou-se à reinterpretação da história do futebol brasileiro dando ênfase ao futebol improvisado, costumeiramente denominado “pelada”. Na segunda etapa, foi analisada a psicogeografia da infância e do uso da rua na cidade. O que exigiu o estudo do cotidiano na metrópole atrelado ao fim da vida de bairro e ao predomínio do automóvel sobre a rua.

Palavras-chaves: **urbanização, futebol de rua, lúdico, cotidiano, Bairro da Penha, infância, periferia.**

Abstract

It was through the street football played in the Penha district, São Paulo, that this research attempted to understand the crisis of the city and the ludic in the urbanization of society.

The comprehension of this problematic was addressed in two stages, the first one intended to reinterpret the history of brazilian football with emphasis on improvised football, frequently called “pelada”. In the second stage, the focus was the psychogeographic analysis of childhood and street use in the city. This required the study of everyday life in the metropolis linked to the end of neighborhood life and the car supremacy on the streets.

Keywords: **urbanization, street football, ludic, quotidian, neighborhood of Penha, childhood, suburb.**

A CRISE DA CIDADE EM JOGO
O futebol na contramão em ruas da Penha

Índice

Apresentação	6
Introdução	9
 PARTE I – O futebol contra o jogo	 13
 A “sucção da subida”, a prontidão e o futebol tornando-se brasileiro	 14
O esforço histórico de negação da pelada	30
O futebol das elites	42
O futebol como negócio	46
O fim das trocinhas	53
O futebol de rua	62
Os futebolis de rua, variações das variações: modalidades e “regras”	70
Competir não é jogar: tempo livre, o futebol de rua, o lúdico e o negócio contra o ócio	83
 PARTE II – O que sobrou da cidade?	 93
 O tempo, as crianças e as ruas	 94
A infância subjugada	106
Cotidiano e urbanização	115
Bairro e periferia	125
A rua do automóvel	144
 BIBLIOGRAFIA	 153
ANEXOS	160

Apresentação

Tentei com esta pesquisa compreender algumas das contradições que compõe o urbano por meio do estudo das ruas em um bairro periférico da Zona Leste de São Paulo com o jogo de futebol. Quis, por este caminho, compreender o cotidiano em suas tentativas de manifestações lúdicas em nítido processo de desaparecimento.

Pretendi compreender e reunir os elementos que julguei serem os mais significativos para compor uma análise psicogeográfica da infância nas partes mais afastadas da Penha.

A escolha da Penha não foi aleatória. Neste bairro periférico, que cresce e se moderniza podem ser vistos resquícios de práticas lúdicas da cidade de outrora (como o pipa e o futebol de rua) sendo engolidas por novas formas de (não) uso do tempo.

Este estudo centrou seus trabalhos de campo, sobretudo, na parcela do bairro da Penha intitulado de Vila Ré. Esta *vila satélite* (designação emprestada de Aroldo de Campos) ao mesmo tempo que guarda elementos constitutivos da vida de bairro (relações de vizinhança, pequeno comércio local), realiza com todo peso a condição de periferia (fragmentação do espaço, segregação).

A *deriva*¹ foi um importante meio de realizar as andanças em busca do futebol de rua, tal objeto de estudo, cada vez mais raro se manifesta em momentos variados, em ruas variadas, o que inviabilizaria a determinação de algumas ruas como lugares da pesquisa. Vagar sem a prévia delimitação de percurso foi, além de agradável, significativo método para encontrar o objeto do estudo em questão.

Para compreender o futebol de rua como parte constituinte do processo de urbanização ele foi inserido numa dinâmica que não permaneceu restrita às localidades estudadas, nem tão pouco se limitou em suas formas de jogar, mas que se realizou num caminho que passa pela importância desta prática inserida na história do futebol brasileiro, na história do uso na cidade e da realização da infância, chegando nas contradições e problemáticas que as envolvem.

Isso porque o processo de urbanização não é unicamente espacial. A espacialidade também se põe como forma que impõe conteúdos, e a alienação espacial é fomentada na

¹ “Modo de comportamento experimental ligado às condições da sociedade urbana: técnica de passagem rápida por ambiências variadas.” JACQUES, 2003:65). No curso “Trabalho de Campo em Geografia II” ministrado pela prof. Amélia Luisa Damiani a deriva passou a ser usada também como ferramenta de trabalho de campo, permitindo que a cidade fosse investigada sem percursos pré-estabelecidos. Nesta pesquisa a deriva foi fundamental para auxiliar o encontro de futebol de rua.

dialética das formas e dos conteúdos da urbanização. Ela expõe a realização do tempo tornando-se a “realidade do espaço abstrato” (DUARTE, 2010). Não se pode subestimar a forma da mercadoria, sobretudo neste momento em que o espaço se consolida como potente mercadoria, sua forma adquire as contradições e complexidades advindas desta condição. Assim, a pulsão que move a alienação espacial no cotidiano da metrópole envolve a forma impondo e impossibilitando conteúdos. A alienação espacial se realiza na era da *reprodutibilidade técnica do cotidiano* que coloca a inviabilidade do uso em questão (*queda tendencial do valor de uso* nas palavras de Debord), fazendo com que seja repensado, inclusive a condição e a realização do conceito de *resíduo* desenvolvido por Lefebvre.

O *resíduo* não é um aconchego, não é uma bolha onde outras temporalidade, usos e práticas, conseguem se mantêm vibrantes, vivas. O *resíduo* deixa claro o embate, a sobra, o resto. Sua força é mostrar a perda de um fenômeno que já foi total.

É daqui que parte nossa busca: o futebol de rua evidenciando tentativas -cada vez mais fracassadas- de usar a cidade. Almejou-se nesta pesquisa compreender, através do que sobrou, os componentes que formavam o todo e seu percurso de desmantelamento, alavancando algumas hipóteses que nos auxiliaram nesta compreensão.

Ao abordar as formas de uso do espaço urbano, sobretudo das ruas periféricas, pelas crianças o objetivo foi a busca pelo entendimento da reprodução das relações sociais em uma sociedade cindida em classes. Não se pretendeu, portanto, compreender o futebol de rua como um mero elemento da cultura infantil, mas localizá-lo no meio da crise do uso e da cidade; da invenção do cotidiano e do tempo livre como categorias da urbanização.

A sociedade ao se reproduzir reproduz seus espaços, que levam consigo, contraditoriamente (pois levam, ao mesmo tempo afirmando e negando, mantendo e destruindo), a história dessa produção. Assim no recorte que me proponho a compreender com essa pesquisa, deve estar colocado, de algum modo, a história da sociedade e de sua reprodução como um todo. Já que a escolha do recorte se coloca como determinação da pesquisa. A partir dele está indicado o horizonte da análise. (LEFEBVRE, 1961:126)

Escrevi boa parte desta pesquisa em aforismas. Os aforismas possibilitam a construção de um texto movido não pela continuidade da argumentação, mas sim pelo seu contrário: o descontínuo. Tal escolha me permitiu abordar determinadas questões que pertenciam ao mesmo capítulo, faziam parte da mesma problemática, mas que não necessariamente deveria ser postas em conjunto e articuladas no corpo do texto. Ao analisar as contradições e

problemáticas de uma sociedade urbana estilhaçada em fragmentos vi nos aforismas uma forma de escrita capaz de dialogar com tal condição. Querendo assim, reproduzir na forma da escrita o conteúdo desta sociedade. Os *letristas* nos alertaram para a necessidade de atacar e questionar as formas pelas formas (DEBORD, 1996:178), assim quis que a forma da escrita, de algum modo, se remetesse e dialogasse com a forma da sociedade urbana.

Os aforismas possibilitaram que esta pesquisa se realizasse como um quebra cabeça em que as partes não necessariamente se encaixam, ou ainda se encaixam de maneiras desconexas. Destituindo a continuidade, por vezes o aforisma é entendido como destituído da coerência, entretanto, parece ser necessário a busca por novas formas de escrever uma pesquisa.

Alerto ainda que, com os aforismas aqui escritos, é possível criar uma infinidade de combinações entre os aforismas dos diferentes capítulos.

Espero, com esta pesquisa, ter trazido alguma contribuição aos estudos voltados ao futebol e à urbanização da sociedade. Todos os erros, excessos e ausências no texto que segue são inteiramente de minha responsabilidade.

Introdução

A necessidade de se realizar enquanto *homo ludens* ainda não expirou². E é ela que faz um monte de meninos, especialmente nas periferias, tomar a rua e transformá-la em campo de futebol. A busca pelo direito à cidade é também, de algum modo, a busca pelo direito de manifestação do *homem lúdico*. Entretanto, e contraditoriamente, a crise do urbano promove o dilaceramento do vivido, retirando a potência das práticas de apropriação do espaço, neste caso, da rua.

A rua já teve seu lugar na cidade enquanto espaço de realização do lúdico. E se ela vem rapidamente se transformando em *rua de mão única*, cada vez mais identificada e destinada exclusivamente à passagem, pode-se compreender, por meio dela, duros golpes na realização do lúdico nos espaços urbanos, que evidenciam e denunciam a crise da cidade que não está dissociada da crise do lúdico.

Porém, se o desejo e a necessidade do jogo não somem, também não se realizam em toda sua potencialidade. Resta saber então como se inserem as manifestações lúdicas na metrópole contemporânea.

Estes são tempos de uniformização obrigatória no futebol e em tudo mais. Nunca o mundo foi tão desigual nas oportunidades que oferece e tão nivelador nos costumes que impõe: neste mundo de fim de século, quem não morre de fome, morre de tédio. (GALEANO, 1995:243/244)

São cruéis os ataques que a sociedade de quantificações abstratas impõe, sob a égide da competição e da gana cega pela vitória a qualquer custo, à realização do jogo autêntico e do elemento lúdico. O jogo e o lúdico definitivamente foram derrotados pelo esporte e pela competição. Jogar não tem mais importância, tornou-se apenas um meio para atingir a vitória, e esta coroa o reino da hierarquia no seio do cotidiano, difundindo a lógica que reina na reprodução das relações de produção, auxiliando e justificando a manutenção da ideologia de que é assim a sociedade: de vitoriosos (exploradores) e derrotados (explorados).

² Conceito desenvolvido Johan Huizinga em seu livro “Homo Ludens”. Ele frequentará constantemente esta pesquisa, e será abordado de forma mais significativa em diferentes momentos, mas sobretudo no capítulo: “Competir não é jogar: tempo livre, futebol de rua, o lúdico e o negócio contra o ócio”. A professora Odette Carvalho de Lima Seabra nos lembra que o homem terá se tornado uma máquina ou um robô quando perder a vontade, a necessidade e o desejo por brincar e jogar.

Precipitando na batalha da produção e do consumo a quase totalidade da vida cotidiana, o capitalismo recalca a propensão ao lúdico, enquanto ao mesmo tempo se esforça por recuperá-la como fonte de lucro. (VANEIGEM, 2002:269/270)

Através do ato de jogar também se evidencia a posição ocupada na sociedade e na cidade. Assim, é possível indagar se o futebol de rua não gera certa tomada de consciência sobre a classe social a que se pertence, sobre o lugar ocupado na hierarquia, trazendo à tona as limitações e cerceamentos do uso do espaço imposto as classes populares, pois ao jogar na rua não é difícil pensar na ausência de espaços especializados de lazer acessíveis (quadras, parques, clubes etc.), e na cisão entre a diversão e a (sobre)vida.

Assim, por um lado o futebol de rua pode denunciar as limitações e cerceamentos espaciais e de consumo (para, por exemplo alugar um espaço para o jogo). Por outro, de algum modo, a prática do futebol na rua pode ser entendida como uma reivindicação das classes populares pelo direito à cidade e ao lúdico, ou melhor: a uma cidade lúdica. Tal reivindicação não é nova, e faz parte de um amplo conjunto de reivindicações que apontam para a necessidade de outra cidade, cada dia mais distante.

Mais do que nunca, a classe operária *apresenta* a totalidade, a plenitude das dimensões humanas. Ela se torna portadora de uma reivindicação total, que engloba, e até guarda em primeiro plano, as questões relativas ao trabalho: salários e retribuição, organização e proteção do trabalho. Contudo, ela ultrapassa, cada vez mais, o econômico propriamente dito; ela envolve a organização de toda a vida cotidiana, a vida familiar, a habitação, o habitat, a vida da cidade e da sociedade, o ensino, a cultura, a vida moral os lazeres, etc. Esse processo não é simples, mas singularmente contraditório. (LEFEBVRE, 2005:36)

Martins (2002:11) afirma que a história *do* subúrbio, e permito-me afirmar que também a *da* periferia, é diferente da história *no* subúrbio (assim como *na* periferia). E a construção daquela deve se dar por meio de fragmentos desta. Parto desta premissa metodológica, pois entendo que ao estudar uma prática lúdica (o futebol de rua) extremamente difundida e identificada com as áreas periféricas e suburbanas na metrópole paulistana contemporânea, estou buscando a compreensão de fragmentos relevantes que compõem a história *da* periferia por meio de práticas cotidianas *na* periferia.

É necessário pensar ainda que, embora haja uma massiva uniformização, a prática do futebol se faz multifacetada, variando de um terreno a outro, de uma classe social para a outra,

trazendo à tona a possibilidade de lidar com a noção de *espaço diferencial* tratada por Lefebvre. A colonização e a miséria que pesa sobre o cotidiano não se fazem de maneira uniforme e única, elas apresentam variações dentro do mesmo tom. Sem deixar de ser colonizado e miserável, o cotidiano que se desenrola dentro, por exemplo, de um luxuoso condomínio particular, apresenta variações significativas dos hábitos, práticas e atos, distintas da realização do cotidiano dos bairros periféricos. O futebol jogado nas ruas evidencia uma destas tantas variações na miséria cotidianamente vivida. Não nos resta dúvida da catástrofe generalizada que os desígnios da mercadoria acarretam na sobrevivência cotidiana (a ponto de ser totalmente impossível falar em vida propriamente dita), porém faz-se necessário a compreensão das peculiaridades e das diferenças na forma com que essa catástrofe se anuncia e se realiza.

A burguesia e o capitalismo têm, desde agora, muita dificuldade para dominar seu produto e seu meio de dominação: o espaço. Eles não podem reduzir a prática (o prático-sensível, o corpo, e a prática sócio-espacial) ao seu espaço abstrato. Contradições novas, as do espaço surgem e se manifestam. (LEFEBVRE, 1986:100)

O fato de que todo e qualquer cotidiano esteja subjugado pelas mazelas do capital, em qualquer classe social, em qualquer parte da cidade, não quer dizer que tal processo se realize sempre da mesma forma, com as mesmas particularidades, sem diferenças, especificidades e pormenores. Estes, ao serem evidenciados, podem nos auxiliar no entendimento deste triste domínio que fez a vida dar lugar à sobrevivência.

A divisão entre as classes se manifesta nas formas de uso do tempo no espaço. “Os mesmos atos sociais (comer, trabalhar, sair, vestir-se, etc.) não tem o mesmo sentido nas diversas camadas, frações de classe e classes da sociedade” (LEFEBVRE, 2005:22)

Isso porque o vivido é:

[...] extremamente profundo. E é, ao mesmo tempo, íntimo e social, privado e público, oculto e manifesto de diferentes maneiras. Ele muda, segundo as classes, e tem diferentes repercussões. (LEFEBVRE, 2005:23)

Quem dispõe de condições financeiras consome espaços especializados e privados destinados ao lazer e ao entretenimento. Mas e quem não tem dinheiro para isto? Estes se

inserem numa luta tortuosa para brincar, jogar e se divertir. De maneira residual os despossuídos de espaços especializados para o jogo e o lazer ainda flertam e reproduzem formas de divertimentos presentes nas cidades de outrora. Práticas como, por exemplo, o pipa ou o futebol de rua evidenciam formas de sociabilidade e de divertimento que foram amplamente difundidas nos espaços urbanos, dentre os quais a cidade de São Paulo. Mas tais práticas vêm sendo gradativamente ceifadas, dando lugar às novas formas de (não) uso da cidade. Algumas práticas ainda presentes nas ruas dos bairros periféricos apontam para uma forma e concepção de apropriação da rua, e por consequência da cidade, em nítido processo de desaparecimento.

Parte I

O futebol contra o jogo

A “sucção da subida”, a prontidão e o futebol tornando-se brasileiro

Jogo, logo sou. (GALEANO, 1995:242)

1

No final do século XIX as práticas lúdicas passam a ser sistematicamente enquadradas na condição de esportes. O ideário *mens sana in corpore sano* ganha força e avança atrelado ao processo de industrialização e modernização fazendo com que o jogo e a atividade física se voltem para a finalidade de moldar e preparar o corpo e a mente para maiores rendimentos mundo do trabalho. O esporte, sua sistematização, se desenvolve imbricado à complexificação do mundo do trabalho tendo como objetivo preparar o corpo para a produção e não mais exclusivamente como distração.

É nesse contexto que as práticas esportivas adentram as escolas, e entre elas o futebol aparece como uma das possibilidades de “educar” e “trabalhar” o corpo. Os jesuítas tiveram uma papel decisivo nesta introdução tanto nas escolas da Europa, quanto nas escolas brasileiras, e o futebol chega ao Brasil exatamente com os intuitos descritos acima:

Na Inglaterra, aceitando uma recomendação do padre, os jesuítas de Itu conheceram o futebol jogado na Harrow School. Depois foram à Alemanha, onde os educadores utilizavam o esporte em paralelo à ginástica alemã. É importante notar que, em várias regiões da Europa, também haviam sido jesuítas os pioneiros na introdução do futebol, como fora o caso, por exemplo, a partir de 1880, do Colégio Jesuíta de Utrecht, núcleo disseminador do futebol na Holanda.

(SANTOS NETO, 2002:18)

Incentivados por Rui Barbosa os jesuítas excursionam à Europa em busca de atividades físicas modeladoras do corpo e da mente. Quando voltam ao Brasil, passam a introduzir nas escolas brasileiras as práticas esportivas, entre as quais o futebol, que lá se realizavam. Assim, o futebol adentra o Brasil com a finalidade de dar aporte ao desenvolvimento da nação, dando apoio ao aprimoramento físico que passaria a ser praticados nas escolas. O Colégio São Luís, sediado em Itu, depois transferido para São Paulo, foi

pioneiro na introdução do futebol na instituição escolar:

O responsável por essas adaptações foi um jesuíta europeu que tomara parte na excursão: José Mantero.

Futuro reitor do colégio, Mantero estabeleceu, entre os anos de 1880 e 1890, o conjunto de práticas esportivas a que meninos e rapazes seriam submetidos, entre as quais estava o futebol.

[...]

Até 1887, padres e alunos jogavam juntos. Mas não praticavam o chamado *association football*, que pressupõe a formação de dois times e a existência de um conjunto de regras, mas sim um bate bola na parede, chamado de ‘bate bolão’. Isso fazia parte de uma estratégia gradual de apresentação do esporte aos alunos. Em seguida, os padres faziam duas pequenas marcas em paredes opostas do pátio e dividiram a turma em dois times, camisas verdes de um lado e camisas vermelhas de outro.

(SANTOS NETO, 2002:18/19)

Portanto, *o futebol já nascia pelada*³ no Brasil, ou melhor: *a pelada nasce antes que o futebol no Brasil*⁴. Mas tal prática futebolística improvisada, como bem lembra o autor acima, não tinha outra finalidade que a de introduzir o *association football*, e ao longo de poucos anos a prática livre do jogo de bola com os pés foi sendo moldada e submetida a seguir as regras criadas pela associação inglesa de futebol. Portanto, o jogo de improviso, a *pelada*, destituído de regras oficiais serviu como base introdutória para o rígido jogo de regras a serem seguidas e copiadas dos ingleses. O menosprezo e o desmerecimento ao formato de jogo livre e improvisado já aparecia na introdução do futebol no Brasil e evidenciava a necessidade de seguir a risca os moldes e formatos ingleses. O futebol aparece enquanto improviso mas rumo deliberadamente ao glamour do formato e da rigidez das regras inglesas visando, como se sabe, se instituir enquanto prática da elite também aqui no Brasil. A elite brasileira, embora tivessem começado jogando *pelada*, não muito diferente do que faz hoje, queria seguir os passos do esporte institucionalizado pelos ingleses, e rapidamente, desqualificaria tudo e todos que não seguissem os moldes, regras e formatos do futebol inglês.

Foi em 1984, quando teve início o mandato de um novo reitor (o padre Luís Yabar) que as regras do futebol seriam definitivamente implementadas⁵.

³ O termo *pelada* será usado durante todo este trabalho para designar as práticas futebolísticas improvisadas, jogadas nos mais variados tipos de terreno, com variados tipos de bola, ignorando ou subvertendo regras oficiais e, em geral, sem a presença de árbitro. No item “O esforço histórico de negação da *pelada*” tal temática será abordada com maiores detalhes.

⁴ Ver imagem 1 e 2 nos anexos em que o pátio do colégio São Luís é palco para um jogo de futebol improvisado aonde padres e alunos jogam o *bate-bolão*.

⁵ A imagem 3 dos Anexos já evidencia um processo de enquadramento rumo as regras oficiais, com a

A partir daí, o futebol deixou de ser uma brincadeira de chutes na parede e se aproximou mais do jogo que conhecemos. *Os times organizados começaram a ser compostos por 11 jogadores, a dispor de um campo adequadamente dividido e de traves de madeira delimitando os gols.* (SANTOS NETO, 2002:22/23)

Tal qual na Inglaterra, aqui no Brasil o percurso de divulgação do jogo de futebol partiu também de ex-alunos de internatos, colégios e faculdades que, em geral organizavam os jogos e campeonatos e elaboravam regulamentos. No Brasil pode-se destacar Arthur Ravache, que estudou no Colégio São Luís e foi participante dos jogos de *bate-bolão* e de suas posteriores adaptações ao futebol oficial, para então se tornar um dos fundadores do Sport Club Germânia, em 1899.

Destacaram-se também outros ex-alunos do Colégio São Luís como:

[...] César de Oliveira, Valdemar Junqueira e Apulcro Brasil [que] levaram o futebol a Uberaba e depois até o Brasil Central [...] Carlos da Silveira, José e Vicente de Almeida Sampaio participaram da fundação da Associação Atlética Mackenzie, em 1898, e foram divulgadores do jogo por todo interior do estado de São Paulo; Otho Behmer e João de Almeida, colegas de classe de Ravache, popularizaram o futebol na capital paulista entre os pequenos proprietários, operários alemães e italianos, por volta de 1898; Silva Moraes, também colega de Ravache, divulgou o futebol nas fábricas da capital paulista e em Sorocaba; Mario César Gonzaga levou a tradição do futebol de Itu para o nordeste, especialmente para a Faculdade de medicina de Salvador (BA), onde junto com José Ferreira Júnior, foi um dos pioneiros do futebol baiano. (SANTOS NETO, 2002:23/24)

Este relato nos auxilia, desde já, em questionar a hegemonia de Miller (assunto que será abordado de forma mais sistemática em capítulos posteriores) na introdução do futebol no Brasil. Nos auxilia a compreender que, embora o futebol tenha sido uma prática elitista no final do século XIX e início do século XX, havia ao mesmo tempo a difusão desta prática entre grupos de pessoas pobres e negras que iniciavam seus primeiros chutes. Este fato também nos ajuda a compreender que o gosto que as classes populares adquiriram pelo futebol se remete a processos contraditórios que envolvem simultaneamente (nos períodos citados: final do XIX e início do XX) sua constante exclusão (com o amadorismo, ou com a exigência de certas roupas, e certa origem social para assistir os jogos, por exemplo) que

introdução de traves e de times aproximando-se dos moldes oficiais.

conviveram com algumas possibilidades de inclusão (como no exemplo citado, em que ex-alunos do São Luís passam a divulgar o futebol em fábricas e entre pequenos comerciantes da capital paulista, no Nordeste e no Brasil Central; ou no caso do Bangu, onde a necessidade de mais jogadores fez com que se permitisse ao operário participar do jogo etc.). Assim, a popularização do futebol no Brasil se dá, em parte, por falta de jogadores provenientes de camadas nobres da sociedade, o que acabava permitindo, aqui e acolá, a inserção de jogadores das camadas mais pobres da sociedade brasileira. A própria necessidade de vinte e dois jogadores dificultava a existência do futebol destinado exclusivamente a uma minoria elitista de futebolistas.

O relato de divulgação do futebol pelos ex-alunos do São Luís nos permite compreender um movimento de incentivo do jogo de futebol, que acabou por incentivar sua popularização e difusão pelo Brasil a fora; por meio disso, nos é permitido compreender que o gosto, o apreço, das classes populares pelo futebol se remete a períodos bem anteriores à admissão dos negros nos grandes clubes, como Vasco e Bangu, ou mesmo à profissionalização na década de 30. Aliás, é lógico crer que se as classes populares já gostavam do futebol quando ele se popularizou ao longo das décadas de 20 e de trinta (permitindo a existência de negros e pobres em campo defendendo os clubes, profissionalizando os jogadores que assim poderiam receber para jogar – o que permitiria aos jogadores pobres se dedicarem ao jogo, ou permitindo ainda a permanência de pobres e negros como espectadores das partidas) é porque detinham algum contato e apropriação sobre ele. Ou seja, mesmo quando os pobres e negros não podiam nem jogar, nem assistir aos jogos nos estádios, eles já jogavam nas várzeas, praias e outros espaços. Tal prática do jogo nestas condições informais e improvisadas se remete, se levarmos em conta o depoimento sobre a divulgação do jogo pelos dos ex-alunos do São Luís, ao final do século XIX. Portanto, *ainda no início da consolidação do período elitista do futebol no Brasil, este, de algum modo, a contragosto, já se popularizava.*

Essa divulgação do jogo pelo país não assegurava núcleos sólidos e tampouco a uniformidade na prática e na execução da regra, fato que auxilia, já desde o início, a realização não de um único futebol (o *association football*), mas de *futebóis*. Ou seja, o futebol passou a ser jogado com certa diversidade de regras e de terrenos, assim como também com inúmeras variações no número de jogadores. Isso porque as camadas populares viam no jogo de futebol uma forma de descontração e diversão, e não tinham a menor

preocupação em preservar o legado e a tradição do futebol inventado e sistematizado pelos ingleses. Para estes, ao contrário, tão importante como jogar era seguir todo o modelo trazido da Inglaterra que delimitava e ditava o que era o futebol.

2

Foi num processo relativamente rápido, de poucas décadas, que o futebol deixou de ser elitista pra ser em fenômeno popular, isso ocorre no Brasil, mas pelas descrições de Hobsbawm e de Galeano isto ocorreu também em outros países. Hobsbawm afirma que em 1870/80 já havia um “domínio quase completo do jogo por atletas de origem proletária” (HOBSBAWM1988:268)

Galeano nos lembra que:

Como o tango, o futebol cresceu a partir dos subúrbios. Era um esporte que não exigia dinheiro e que podia ser jogado sem nada além da pura vontade. Nos terrenos baldios, nos becos e nas praias, os rapazes nativos e os jovens imigrantes improvisavam partidas com bolas feitas de meias velhas, recheadas de trapos ou de papel, e um par de pedras para simular o arco. (GALEANO, 1995:33)

Já no início do século XX, contemporaneamente ao surgimento dos principais clubes da elite paulistana (Germânia, SPAC, Paulistano, por exemplo) surgiam times populares:

Eram formados principalmente por jovens trabalhadores italianos, alemães e portugueses, que vinham chegando à cidade desde a transição da escravatura para o trabalho livre, ainda no Império, e que agora estavam disseminados no campo, nas indústrias e na expansão das ferrovias. Em 1900, São Paulo já contava com cerca de cinquenta mil operários. Mas também havia times formados por mulatos e negros sem trabalho formal, que viviam de pequenos expedientes, trabalhos domésticos e ambulantes. (SANTOS NETO, 2002:48)

Isso deve ser associado, entre outras coisas, como disse Galeano, à facilidade com que o futebol podia ser praticado: basta uma bola, um terreno (que pode variar muito em tamanho e textura) e um número de jogadores (que pode também variar, gerando adaptações e transformações ao jogo) e se pode praticar algum futebol. Provavelmente não será exatamente o mesmo das dezessete regras da FIFA, mas é justamente dessas adaptações, ausências e

improvisos sobre o futebol oficial que se faz a *pelada*.

É um jogo de fácil organização, já que pode ser praticado sobre qualquer superfície, em quase todas as condições meteorológicas, e com o mais simples dos materiais. Apenas dois jogadores podem iniciar uma partida, e até mesmo um jogador solitário pode praticá-lo, atirando a bola contra uma parede ou apenas fazendo algumas embaixadas. Ao contrário do tradicional americano, o futebol baseia-se na espontaneidade, e não em jogadas ensaiadas: a sobrevivência virtuosística do moleque de rua. (MURAY, 2000:17)

É simultâneo o processo de popularização do futebol com sua introdução em espaços improvisados diversos (as áreas portuárias de Buenos Aires, os terrenos baldios do Brasil e de outras partes da América, os campos de várzea, a praia, a rua etc.).

3

A “popularização radical” realizada em poucas décadas no futebol brasileiro foi efetivada com um amplo conjunto de subversões (de regras, de área de jogo, de número de jogadores, de ausência de árbitro, da construção de clubes amadores, da presença do negro etc.) e da não aceitação de estar de fora do jogo. Assim, os negros e os pobres, negando a negação que lhes impuseram, passam a criar seus locais de jogo (mais notoriamente as várzeas, no caso do futebol paulista).

No jogo foram incluídos elementos populares da dança, da capoeira, da malandragem. E o que agora é louvado como estilo brasileiro de jogar foi introduzido a contragosto, sem pedir licença ou autorização para os então “possuidores” do futebol: a elite brasileira, que tanto se esforçava para seguir todos os passos, copiando meticulosamente o *football* inglês, viu e teve de aceitar (afinal passou a ser lucrativo, e dar títulos) o jogo cunhado pelos pobres e negros.

As classes populares e os negros transformaram, sem pedir licença, o football em futebóis, reinventando e criando variações da prática trazida dos ingleses. E com o processo de popularização do jogo, a criação de futebóis não cessou, pois a todo tempo foi dada continuidade à reinvenção do jogo, subvertendo regras, praticando-o em terrenos dos mais diversos, criando novas modalidades (que tratarei num dos capítulos seguintes, evidenciando especificamente algumas modalidades de futebol presentes nas ruas).

E tudo isso, seja pela inventividade criativa ou pela necessidade de adaptação (falta de campo onde se possa jogar onze contra onze, levando a diminuir o número de jogadores, por exemplo).

Simultaneamente, o futebol se tropicalizava no Rio de Janeiro e em São Paulo. Eram os pobres que o enriqueciam, enquanto o expropriavam. Esse esporte estrangeiro se fazia brasileiro, na medida em que deixava de ser privilégio de uns poucos jovens acomodados que o jogavam copiando, e era fecundado pela energia criadora do povo que o descobria. E assim nascia o futebol mais bonito do mundo, feito de jogo de cintura, ondulações do corpo e voos de pernas que vinham da capoeira, dança guerreira dos escravos negros, e dos bailes alegres dos arredores das grandes cidades. (GALEANO, 1995:34)

4

É curioso pensar, tal como descreve Eduardo Galeano sobre o Uruguai, que o futebol chega ao Brasil por meio de escolas, colégios etc., e foi se difundir entre pessoas que jamais adentraram uma escola. O futebol atingiu uma adesão e uma difusão bastante superior à que obteve a educação.

Tal fato está, até hoje, atrelado à visão que se tem das qualidades do futebol jogado no Brasil, pois não raras as vezes os argumentos para justificar as qualidades do futebol brasileiro passam pela miscigenação racial e pela baixa escolaridade. É significativo salientar que as crianças que não possuem acesso à escola estão, via de regra, sendo exploradas em algum trabalho e não possuem tamanho tempo livre para passarem todo o tempo jogando futebol. João Saldanha (SALDANHA, 1980:122) associou o sucesso futebolístico brasileiro à baixa escolaridade das crianças no Brasil num tempo em que o acesso a escola era ainda mais escasso. Sem dúvida tal argumentação deve ser levada em conta, mas não pode ser a explicação exclusiva ou principal das qualidades do futebol brasileiro pois torna repleta de idealismo a realização da infância e do futebol no Brasil.

O jogador francês Thierry Henri, carrasco da eliminação brasileira na Copa de 2006, também se remete à baixa escolaridade para explicar as qualidades futebolísticas brasileiras, trazendo à luz idéias descabidas, limitantes e preconceituosas da realidade.

São estas as palavras de Thierry Henri⁶:

⁶ retirado de <http://veja.abril.com.br/blogs/reinaldo/2006/07/eu-de-chuteiras-2-thierry-henry-tem.html>

É um time com uma identidade, que joga bola o tempo todo. Se eles ganham de 3 a 0 sem jogar bem, é uma catástrofe para o país. Existe uma identidade, como na Argentina, que não existe entre nós. Eles jogam na praia, na rua, até na estrada eles param para jogar... Eles nascem jogando futebol. Quando eu era pequeno, ia à escola das 8h às 17h, e minha mãe não me deixava descer para jogar. Eles jogam das 8h às 18h! Então, a técnica acaba vindo por isso.

Devemos nos perguntar quem e aonde estão as crianças que jogam bola “o tempo todo” já que, embora de qualidade questionável, parte considerável das crianças frequentam escolas, ainda que para se alimentares ou para terem acesso aos programas do Bolsa Família. Quando não estão na escola, fatia que representa parte também relevante dos jovens e crianças brasileiras, estes estão trabalhando e não jogando livremente, seja nas rua, na praia ou em quaisquer outros lugares.

5

Diferentemente de Thierry Henri e outros que, como ele, preferem atribuir as qualidades futebolísticas brasileiras à ausência de escolaridade, há uma corrente bastante disseminada e consolidada, já há muitos anos, que prefere atribuir as qualidades do futebol brasileiro à características raciais. Pode-se ver a defesa de tais idéias mesmo nas mais recentes obras lançadas sobre futebol no Brasil, como no caso de Wisnik: “No balanço, as qualidades futebolísticas do brasileiro não são enaltecidas para a nossa civilização, pois elas resultam de um superávit de natureza e de um déficit de cultura: favorecimento climático, favorecimento racial e desescolaridade.” (WISNIK, 2008:298)

[...] afrodescendentes manifestam uma propensão congênita a responder instantaneamente, e com o corpo todo, a desafios que se colocam e se resolvem no tempo-espço do jogo, assim como no da música e da dança. Trata-se de uma capacidade de improvisação encarnada que poderia se traduzir na palavra *prontidão*, no sentido de presteza, agilidade, desembaraço espontâneo diante de uma demanda objetiva que encontra eco no desejo do sujeito. (WISNIK, 2008:226)

Portanto, Wisnik atribui centralidade às características raciais do povo brasileiro para explicar as habilidades e desenvolturas do futebol brasileiro. Em seu livro aparece um capítulo intitulado *O futebol, a prontidão e outras bossas*. O nome deste capítulo foi inspirado

na música de Noel Rosa “São coisas nossas”, lançada pelo autor em 1932⁷.

A canção de Noel Rosa não faz nenhuma referência a uma prontidão racial. Pelo que pude compreender, a “prontidão” de Noel Rosa no samba *São coisas nossas* aparece de forma sutil para afirmar uma prontidão para a vadiagem, para a malandragem, para a música, para a diversão. Uma prontidão que diz muito menos respeito às raças e suas misturas, e mais à sociedade urbana carioca do início do século XX, onde a imagem construída dos malandros os colocavam sempre prontos para o biscate, para a orgia, para a vadiagem. Quero, portanto, entender aqui a *prontidão* de Noel Rosa associada aos cambalachos e trambicagens, que fazem parte da típica imagem do malandro, assim como sua constante capacidade de improvisar. Portanto, tal *prontidão* diz respeito ao ideário da malandragem e sua capacidade de improviso e não a alguma possível *prontidão* racial.

Tendo sentido tal entendimento da *prontidão* de Noel Rosa, ele vem colaborar com a idéia de improviso e de adaptação do jogo aos mais diferentes espaços, especialmente os espaços urbanos.

Aproveito-me ainda da noção de *prontidão*, de Noel Rosa, para realizar um desvio do conceito, seguindo a sugestão dos situacionistas⁸. Antes, vejamos a letra da música na íntegra:

*Queria ser pandeiro pra sentir
O dia inteiro a tua mão
Na minha pele a batucar
Saudade do violão e da palhoça
Coisas nossas, coisas nossas
O samba, a prontidão e outras bossas
São nossas coisas
São coisas nossas
O samba, a prontidão e outras bossas
São nossas coisas
São coisas nossas
Menina que namora na esquina
E no portão rapaz casado
Com dez filhos, sem tostão*

⁷No disco Columbia de 78 rotações por minuto. Obra citada: P.42 “A Música Brasileira deste século por seus Autores e Intérpretes, São Paulo: SESC Serviço Social do Comércio, 2001

⁸A prática do desvio consiste basicamente em se utilizar de uma idéia, música ou teoria, por exemplo, e dar nova direção e/ou sentido a ela.

Se o pai descobre o truque
Dá uma coça
Coisa nossa
Coisa nossa
O samba, a prontidão e outras bossas
São nossas coisas
São coisas nossas
O samba, a prontidão e outras bossas
São nossas coisas
*São coisas nossas*⁹

Para compreender a profunda difusão do futebol devemos levar em conta a fácil acessibilidade de espaço físico para se praticar o jogo: qualquer espaço relativamente plano¹⁰ e relativamente vazio¹¹.

Portanto haveria certa *prontidão* para a prática do futebol: basta uma bola e um terreno – minimamente plano e vazio - e já se podia jogar algum tipo de futebol. Essa *prontidão*, ou seja, essa facilidade em realizar o jogo, não era tão simples em outros esportes do final do século XIX e início do XX. Jogos e esportes como as regatas ou o ciclismo, entre outros, exigiam lugares específicos e equipamentos também específicos, e geralmente caros. Assim como ser sócio de um clube (como o Flamengo ou o Fluminense, por exemplo) não estava ao alcance de qualquer um.

A *prontidão* aqui desviada de Noel Rosa e mal interpretada por Wisnik é a prontidão da cultura do improvisado futebolístico que se institui nos mais variados espaços, sejam rurais ou urbanos, no Brasil. Esta *prontidão* nada tem a ver com a raça.

Contraditoriamente, tal *prontidão* surge muitas vezes da ausência: onde não se tem, ou não se tinha nada, pode-se improvisar uma bola e, tendo algum terreno disponível (ainda que se tenha que dividi-lo, como é o caso da rua, que é ao mesmo tempo lugar de passagem e de jogo) pratica-se algum futebol.

⁹P.43 “A Música Brasileira deste século por seus Autores e Intérpretes, São Paulo: SESC Serviço Social do Comércio, 2001

¹⁰“Relativamente planos” pois joga-se e jogou-se em terrenos nem tão planos assim: esburacados, ou com desníveis.

¹¹“Relativamente vazios” pois joga-se em áreas com árvores, calçadas e outros empecilhos que nos impendem de classificar o espaço como vazio.

Nas palavras do próprio Wisnik, “é uma espécie de mais-valia às avessas, que tira seu lucro da falta.” (WISNIK, 2008:230)

A *prontidão* do futebol é elemento importante tanto para compreender sua rápida e enorme difusão, como para entender a criação de *futebóis*, visto que suas variações (de regra, de tipo de bola, de tamanho de campo, de número de jogadores etc.) foram criando vários tipos de jogo.

E na compreensão destes *futebóis* é de notória importância a existência e a realização das *peladas*.

A genialidade do futebol jogado no Brasil está profundamente relacionada com a realização do lúdico, nos mais variados espaços, desde sua implementação. Talvez sua decadência também esteja relacionada à ausência do lúdico e de espaços para a sua realização. Rosenfeld nos lembra que tão importante quanto *o que* o povo joga é *como* o povo joga. Lembra-nos ainda que o futebol no Brasil é fenômeno social de primeiro plano. (ROSENFELD, 1993:75)

6

Não creio ser possível explicar o futebol brasileiro pelo “Dom natural” ou “racial”. Há uma infinidade de outros fatores que certamente devem ser relevados, se não priorizados.

O espaço, os lugares, suas possibilidades e limitações, tiveram uma participação ainda por ser reconhecida na profusão e na prática do futebol brasileiro. As mais diversas peculiaridades nos terrenos utilizados (dos campos com traves de madeira em putrefação, em meio ao pasto ou às plantações, com grama bastante irregular, com torrões de terra, cupinzeiros; às ruas de uma grande metrópole, à praia) trazem necessidades de (re)inventar ou eliminar regras da FIFA (como cobrar escanteios com as mãos, ou usar a parede como parte do jogo, por exemplo).

É inquestionável a importância das ruas, dos campinhos, da várzea, da praia etc. na formação dos craques “de ouro” do Brasil, e o caminho para descobrir e aprofundar a importância do futebol no país passa necessariamente pela compreensão desses espaços. Esses lugares todos, por mais precários, são fundamentais para a formação e identidade não só dos craques que serão, no limite, inseridos ao profissionalismo, mas do indivíduo, da sua identidade.

A rua, a várzea, o campinho, a praia, o terreno, o pátio da escola... são parte fundamental na formação, na consolidação e na manutenção de certa identidade subjetiva, que em muitos casos se confunde com identidade nacional.

7

O drible é, sem dúvida, o símbolo de uma concepção alegre e criativa de se jogar futebol. Ao ser executado, tem a capacidade de associar a dança com sua ginga, a um descaso farrista pelo adversário. Em muitas *peladas* Brasil afora, o drible é mais importante que o gol. Mais especialmente nos jogos de criança (pude ver em inúmeras oportunidades tal importância do drible sobreposta ao gol nos trabalhos de campo realizados nas ruas da Zona Leste de São Paulo) nota-se, não raras vezes, o jogador comemorar (e ridicularizar, tirar sarro, fazer piada etc.) mais ao realizar determinado drible (em especial a *caneta*, também chamada, entre outros tantos nomes, de *sainha*; ou a *toca*, também chamada, entre outros tantos nomes, de *chapéu*) do que propriamente o gol. O drible é o objetivo maior, o supra-sumo, em vários futebolis. Principalmente nos jogos de passatempo, nos mais descontraídos, evidenciando um jogo voltado para diversão, não para a quantificação de gols. Em um desses jogos peladeiros, o sujeito pode marcar vários gols, mas se é driblado de forma bonita, é provável que no fim do jogo os comentários não se voltem para os gols que ele tenha feito, mas sim para o belo drible que tomou. O futebol que valoriza demasiadamente o drible em detrimento do gol é o futebol anti-resultados.

8

A idéia de Pasolini¹², do futebol como poesia e como prosa, é interessante e pode ser pensada em associação com a idéia de Holanda (HOLANDA, 2006), dos donos do campo e dos donos da bola. Para Pasolini o futebol como poesia e o futebol da finta, do drible que tem sua representação mais profundamente associada a futebol brasileiro, ou mesmo sul-americano. Holanda vai denominar estes jogadores como os *donos da bola*. Os *donos do campo* seria, fundamentalmente, os europeus com seus padrões táticos de ocupação dos espaços e de distribuição dos jogadores no campo. A isso Pasolini deu o nome de futebol

¹² Pier Paolo Pasolini, "Il calcio 'é' un linguaggio con i suoi poeti e prosatori" *Il Giorno*, 3jan. 1971.

como prosa.

Faz-se necessário salientar que o futebol globalizado tende a diminuir tais características e especificidades na medida em que os padrões técnicos e táticos, das concepções de treino e de jogo vão se aproximando e se fundindo.

Após a Copa de 1970 o futebol prosa passa a se sobrepor ao futebol poesia. Iniciava-se a pós-modernidade no futebol, cujas principais características são a importância dada à preparação física e técnica, a sobreposição da força sobre a arte e da organização sobre o improviso. Assim, a inventividade individual passa a ser submetida, aprisionada a esquemas técnicos produtivistas e burocráticos.

A partir de então, os subdesenvolvidos (em especial os latino americanos, sobretudo os brasileiros) deveriam aprender a se comportar e a se organizar. Um movimento que aponta para o aprofundamento técnico, físico e tático da profissionalização e especialização dos jogadores e da maneira de jogar. Tal movimento evidencia continuamente o processo de eliminação de uma concepção de jogo menos sistemática e meticulosa, uma concepção de jogo que se destacava pela criatividade, pelo improviso, não necessariamente pela reprodução de um padrão de jogo. Pode-se afirmar que, ao longo da década de 70, no futebol profissional, foram introduzidas as bases de um futebol que passava a negar a *pelada* como escola futebolística e impunha a rigidez tática e técnica como contraponto mais eficaz.

Assim, as fintas de Garrincha e de Canhoto que nem sempre tomavam o caminho do gol foram perdendo espaço, classificadas muitas vezes como sem objetividade (hoje qualquer jogada tida como não objetiva, que não tem o gol como finalidade imediata é classificada, mesmo pelos jogadores, como firula, gracinha, enrolação ou desmerecimento ao adversário). O drible em “X” que Pelé aplicou no goleiro uruguaio na Copa de 70 representa um dos últimos suspiros de uma liberdade criativa que passa a ser gradativamente cerceada. Tal jogada hoje não passaria sem ser questionada, muitos diriam que seria muito mais simples (e objetivo) ter chutado ao gol, ou ainda ter driblado o goleiro sem se desvincular da bola. Assim, se Pelé tivesse sido submetido à retórica do futebol pragmático, de resultados, não teria provavelmente arriscado uma das jogas mais bonitas da história das Copas do Mundo, mas teria feito algo mais simples e menos arriscado, marcando um gol com um chute ou com um drible mais comumente usado, que não seria tão bonito e poético, mas que teria sido eficaz. Tal qual a realidade, o futebol atingiu o ápice da quantificação, onde o número (seja de gols, pontos, notas) reina. Este lance de Pelé é emblemático, pois demonstra que a beleza e a

poesia nem sempre são compatíveis com a eficiência, com a quantificação e com os resultados. Este drible de Pelé nos dá noção de um momento, num pequeno fragmento de tempo, de imposição da poesia sobre a prosa, momento este que parece ter, aos poucos, se dissipado do futebol.

Se houve um esforço em negar a pelada como prática geradora de craques, ocorreram, ao longo das últimas décadas, também negações de algumas das concepções de jogo que a pelada tinha introduzido no profissionalismo.

A partir da década de 70 passa a prevalecer o técnico ao criativo, a prosa ao verso, a competição ao lúdico, o espírito profissional ao espírito lúdico. O futebol arte agora se restringe a momentos isolados dentro de um amplo e avassalador padrão tático.

“Hoje em dia torce-se para o trapezista cair.”, afirma Sócrates¹³. E Wisnik nos lembra que:

A ocupação intensiva do gramado, a intensidade da preparação atlética, o recrudescimento do corpo-a-corpo e o truncamento maior do jogo, que se esboçavam nos anos 70, anunciavam um acontecimento mais amplo: a ocupação tendencial de todos os níveis do futebol pela sua capitalização, e a ocupação de todas as esferas possíveis pelo jogo, compatibilizando o ‘futebol total’ com uma espécie de *futebolização do mundo*. Essa nova era de concorrência cerrada, que diminui consideravelmente a margem de liberdade e de gratuidade que o futebol incorporou em sua formação, se manifesta, assim, de fora para dentro e de dentro para fora do campo. Exigido dentro do campo pelo princípio do rendimento intensivo, o futebol se aproxima do espírito dos esportes exaustivamente contabilizados, isso resultando muitas vezes numa espécie de autonegação, com a redução da margem de gols ou da diversidade narrativa dos acontecimentos (como se, no caso dele, a concorrência se manifestasse em seu estado ‘puro’, girando em si mesma, sem desaforo numérico, ironicamente ‘gratuita’ na falta de sua gratuidade. (WISNIK, 2008:350)

9

Uma sociedade “avessa ao reconhecimento positivo de qualquer obrigação” (WISNIK, 2008:170) se, por um lado, trouxe o repúdio a regras e o clientelismo, por exemplo, de outro lado trouxe uma capacidade de burlar e de subverter, algo que me parece fundamental na concepção do futebol brasileiro.

¹³ Sócrates, médico e ex-jogador do Corinthians e da Seleção Brasileira, um dos fundadores da Democracia Corinthiana. Em entrevista no site da revista *Carta Capital*: <http://www.cartacapital.com.br/app/materia.jsp?a=2&a2=6&i=1165>

Que essa confusão – irradiada amplamente numa cultura da personalidade e da interpretação festiva da casa com a rua – possa ser ao mesmo tempo nefasta para os costumes políticos e fecunda para a vida cultural não deixa de ser uma das complexidades do problema, olhando dessa perspectiva. O mesmo nó que produziu o favorecimento ao arrepio da lei e a impunidade qualificada pelo privilégio produziu o samba, o futebol e a poesia modernista. (WISNIK, 2008:169/170)

Este brasileiro destituído de valores públicos, mas que contraditoriamente se apropriou da forma como pôde da rua e de outros espaços públicos (apropriação esta em nítida decadência nas metrópoles contemporâneas) aponta para uma concepção histórica de sociabilidade. Concepção esta que deixa sua marca em diferentes práticas sociais, inclusive no futebol.

Wisnik nos apresenta, a partir de Flusser¹⁴, uma idéia insinuante e inusitada. Este autor, citado por Wisnik, alega que a função social do futebol no Brasil é diferente da função que cumpre na Europa. Neste continente o futebol aparece como “fuga alienada aberta ao proletariado”, mas no Brasil a alienação proveniente ou relacionada ao futebol teria outro status, pois se apresentaria:

[...] ontologicamente diferente do futebol europeu’. Nessa forma de alienação *enquadrada*, mas ‘exilada’, o futebol acaba por constituir-se segundo Flusser numa fuga paradoxal, num *exílio do exílio* que se transforma em realidade absorvente e transbordante para toda a vida social. Na visão de Flusser, não se trataria, assim, de uma simples operação de *fuga* à realidade, que se faz esquecê-la, mas da *construção* de uma realidade própria, na falta dela: ‘se o proletário se realiza existencialmente no futebol, de forma que tal realização extravase as fronteiras do futebol e invada toda todos os campos e dê sentido à sua vida, como negar-lhe realidade? E como falar em alienação no caso?’

Em outros termos, não se trataria de um avesso alienado do trabalho alienado, mas de um *avesso do avesso* que, em vez de retornar ao ponto de partida, instaura uma dimensão lúdica autônoma e irradiante, que *é* realidade: ‘a alienação que propela o proletariado rumo ao futebol dá salto qualitativo e resulta em verdadeiro engajamento’.”

“Essa dimensão forjada pelo espírito do jogo no Brasil apontaria, ainda segundo Flusser, para uma superação do homem econômico por um ‘autêntico, espontâneo e não-deliberado *homo ludens*’.”
Esse *homo ludens* reverteria a precariedade da sua condição ao descobrir, através da própria

¹⁴ Vilém Flusser em Gustavo Bernardo (org.) *Fenomenologia do brasileiro: em busca do novo homem*. Rio de Janeiro: UERJ, p.100.

‘alienação de uma realidade esgotada’, a possibilidade de uma ‘vida real no jogo’. Da alienação brasileira, ‘incomparável com a alienação européia e americana’, adviria paradoxalmente a perspectiva utópica de ‘um homem não mais condicionado pela economia’ (‘para falar em termos marxistas’) e para o qual ‘arte é melhor que verdade’ (‘para falar em termos nietzchianos’). (WISNIK, 2008: 175/176)

Mais adiante Wisnik retomará o dialogo com Flusser para lembrar que:

[...] o cerne do pensamento de Flusser sobre a alienação brasileira, que lhe dá um estatuto problemático mas afirmativo: de tão funda e sem lastro histórico, a alienação brasileira converte a realidade em jogo e encarna a possibilidade de autentica libertação. Assim, o veneno e o remédio se alternam e se fundem na mesma poção enigmática do caldo cultural nacional. (WISNIK, 2008:180)

Mas, embora seja interessante pensar, como classificou Wisnik, no *avesso do avesso*, da alienação, é necessário tecer alguns poréns sobre as idéias de Flusser:

a) Os problemas de se crer numa alienação totalmente distinta na Europa e nos EUA da brasileira, quando o processo gerador da alienação é o mesmo em todas as partes do mundo. Parece impossível falar em diferentes alienações num mundo regido por um sistema avassalador e homogeneizante, que submete tudo à mesma lógica.

b) O fetiche da realização total e plena de um *homo ludens* dentro do sistema capitalista. Tomar o jogo como possibilidade revolucionária parece ser um caminho próspero, mas é necessário jogar contra o capitalismo, visto que seus tentáculos atacam profundamente o sentido e a potência do jogo. Não dá, portanto, para escapar ou se esquivar do capitalismo exclusivamente jogando dentro de uma sociedade capitalista, mas dá para jogar contra o capitalismo, tendo sempre como horizonte, como objetivo, sua superação.

c) A falsa interpretação de que daria “para deixar de lado” o homem econômico para construir o homem lúdico, quando se trata de atacar até que se finde o sistema que reduziu o homem ao homem econômico.

O esforço histórico de negação da pelada

[...] *cincoenta actuates e nenhum goal-keeper.* (HOLANDA, 2006:55)

[...] *a bola transfere-se para uma outra esfera lúdica, a pelada, onde passa a funcionar num estado de franca disponibilidade para o nada.* (WISNIK, 2008:219)

1

O nome *pelada* aparece na historiografia com diferentes origens. Rosenfeld cita algumas delas: “lugares onde os cabelos caíram; clareiras, daí o nome popular dos campos de futebol não tratados dos subúrbios.” (ROSENFELD, 1993:81/82)

Outra origem possível citada por este autor provém da provável primeira bola fabricada no Brasil, pelo padre Manuel Gonzales, para ser utilizada por ele e seus alunos no Colégio Vicente de Paula, em Petrópolis. Esta bola, feita de couro cru, era denominada “peluda”, podendo a denominação vir de seu oposto, “pelada”, quando já gasta de tantos chutes. Faz-se necessário ressaltar que estes jogos organizados pelo padre Manuel Gonzales, tal qual os jogos organizados no Colégio São Luís, pouco tinham da estrutura utilizada no futebol atual, pois chegavam a jogar de trinta a quarenta alunos, e entre eles também haviam padres correndo com suas batinas arregaçadas. (ROSENFELD, 1993:78)

Portanto Rosenfeld nos trás mais alguns elementos que corroboram com a idéia de que, no Brasil, *a pelada nasce antes do futebol*. Além disso, as possíveis origens de tal denominação aparecem em momentos variados, para designar situações variadas (como o campo sem grama, ou a bola sem pelo).

Penna assim definiu a pelada: “(1) partida sem lances técnicos, enfadonha. (2) jogo improvisado, em que os jogadores (crianças, adolescentes ou adultos) se apresentam, geralmente, sem uniforme, descalços podendo ter menos ou mais que onze jogadores.” Para este autor a definição de peladeiro (aquele que joga peladas) é a do “jogador que não obedece a esquemas táticos”. (PENNA, 1998: 164)

Nota-se certo tom depreciativo ao afirmar a inexistência de lances técnicos, mas é bastante assertivo ao lembrar o improvisado, desobediência tática e as possíveis variações

numérica de jogadores.

Ao contrário do que nos diz Penna, sobre a inexistência de lances técnicos, Nelson Rodrigues afirma que “a mais sórdida pelada é de uma complexidade shakespeariana.” (WISNIK, 2008:31)

A *pelada*, portanto, caracteriza-se por executar uma forma de jogar futebol assentada no improvisado, que subverte, altera ou ignora as regras da FIFA. Tal improvisado pode ser o da bola (não é raro ver meninos disputando uma partida com uma latinha de refrigerante, uma bola de papel, um limão etc.), pode ser o do campo (na rua, na várzea, na praia, no pátio da escola, na sala de casa etc.), pode ser o do número de jogadores (de um contra um à mais de onze contra onze); e envolve a completa ausência de juiz, além de quê as regras (como a saída de bola, ou a existência de pênaltis, por exemplo) são variáveis de lugar a lugar, acompanhando certas especificidades de terreno e de jogo.

Essas adaptações e transformações são diversas e variam de lugar a lugar, mas há certas regras que são unânimes (até onde pudermos constatar): não há *pelada* em que se possa por a mão na bola, por exemplo.

Por outro lado, há regras impraticáveis (até onde pudemos constatar nos trabalhos de campo realizados): a expulsão de um jogador de uma *pelada* é algo raro, e quando ocorre, geralmente é seguida de brigas (inclusive físicas). O impedimento é outra regra quase nunca utilizada, até porque inexistem bandeirinhas em *peladas*. Mas não são raros os jogadores que evitam se posicionarem em impedimento, mesmo quando este não será marcado. Há inúmeras condutas de ética, que variam de lugar a lugar e envolvem o universo das *peladas*.

Essas características são disseminadas nos jogos de rua, mas devem também aparecer nas partidas descontraídas na praia, em clubes, campos e praças (privadas ou públicas), ou onde quer que se jogue uma *pelada*.

Disso podemos concluir que na *pelada*:

- há subversão (consciente ou não) das regras oficiais;
- há mais descontração do que competição;
- há variação na concepção prática e tática do jogo;
- há padrões éticos e estéticos diferentes do jogo oficial.

Ao excluir, esconder e/ou ignorar a *pelada*, este futebol adaptado e difundido ampla e rapidamente, transformado de acordo com as necessidades e condições, se constrói uma história seletiva, uma história de um momento, de certas operações tácitas, que são impostas como totalidade. Por este caminho que se constitui um processo de construção que não é propriamente da história, mas sim da ideologia.

Assim, ao ignorar a *pelada* - parte relevante da história futebolística brasileira - em detrimento do futebol tido como oficial, a história se põe a serviço de uma reconstituição dirigida (portanto ideológica) que visa satisfazer os anseios das classes dominantes.

Não será o histórico o escrito? Admitamo-lo. Sigamos esta hipótese. O escrito? É o <escritível>, o que foi retido pelo escrever, o que foi feito para ficar escrito. O gesto. O notável. Os gestos dos notáveis. Quanto à palavra (fala), dissolve-se no ar. Efêmera. [...]

O escrito, o inscrito, o poder, caminham a par. Não esquecer o lado enganador do escrito, a sua inteligibilidade ilusória, a sua transparência falsa, a magia da evocação pelo escrito. A partir do escrito vê-se (vê o leitor) o passado como um quadro já feito, com a impressão ridícula mas cativante de estar a fazê-lo. [...]

Em suma, o consumado desaparecendo sob e no documento. [...] A ideologia tomando autoridade e força de lei na e pela escrita. Tomando consistência e coerência pelo apelo à recorrência, à repetição. (LEFEBVRE, 1971:174)

Não é só a história das guerras, revoltas e batalhas que os dominantes e vencedores contam a seu modo, a história do jogo de futebol no Brasil também se faz (e se fez) submetida à determinados interesses e encomendas. Isso porque: “O futebol é a síntese da história...” (FRANCO JUNIOR, 2008:165) E “A história já não difunde clarezas; servem-se dela para operações tácitas.” (LEFEBVRE, 1971:14)

O discurso que construiu uma linearidade totalizante que vem de Charles Miller e nos alcança na contemporaneidade implica um movimento de rejeição das particularidades. Dessa forma, a totalidade se impõe como caminho próspero de negação das particularidades, o que nos leva, de alguma forma, a buscar “A des-construção da totalidade [que] acompanha a construção de particularidades.”(LEFEBVRE,1971:250)

A construção do sujeito e das suas subjetividades passa, inevitavelmente, por suas práticas entendidas nos espaços e nas temporalidades nas quais ela se realiza. A cultura está longe de ser só o teatro ou o museu; ela diz respeito à representação em geral, diz respeito ao conjunto das ações praticadas pelo ser humano. Sendo que as características e formas de jogar podem denunciar modos de usar o tempo no espaço, então, aqui e acolá, serão manifestadas singularidades próprias do vivido e de seu acontecer cotidiano, isso porque:

A cultura é a esfera geral do conhecimento e das representações do vivido, na sociedade histórica dividida em classes; o que equivale dizer que ela é o poder de generalização que existe *à parte*, como divisão do trabalho intelectual e trabalho intelectual da divisão... Ao ganhar independência, a cultura começa um movimento imperialista de enriquecimento, que é ao mesmo tempo o declínio de sua independência. A história que cria a autonomia relativa da cultura e as ilusões ideológicas a respeito dessa autonomia, também se expressa como história da cultura. E toda a história de vitória da cultura pode ser compreendida como a história da revelação da insuficiência, como marcha para a auto-supressão. A cultura é o lugar da busca da unidade perdida. Nessa busca da unidade, a cultura como esfera separada é obrigada a negar a si própria. (DEBORD, 1997:119-120)

Hobsbawm (1988:267) nos lembra que foi a classe média que retirou da cultura seu caráter mais amplo, caracterizando-a como coisa separada, autônoma, associada às artes. Ao retirar da cultura sua amplitude, sua múltipla capacidade de manifestação, tornando-a especificamente domínio das artes, a burguesia acabou por desmerecer e diminuir as manifestações culturais e artísticas das classes populares. Se cultura é só o que está nos centros culturais, museus e outros espaços especializados, rapidamente decorre-se que as classes populares *não possuem cultura*.

A repetição incessante da História oficial é uma arma eficiente para camuflar os meandros da História. Mostra-se o rio principal, mas não se deixa – ou não se quer – ver seus afluentes.

A bola de borracha dos índios não merece consideração nos escritos futebolísticos, fica relegada. O desprezo é sintomático, enquanto as de couro, inglesas, ganham referências após referências - sendo tratadas como a grande metáfora da penetração do futebol no país. (SHIRTS, 1982:91)

É bastante significativo salientar que embora o futebol tenha chegado ao Brasil por um viés elitista, sendo praticado a princípio por ingleses e estudantes de escolas particulares, foi num processo relativamente rápido, de poucas décadas, que o futebol deixou de ser elitista para se tornar um fenômeno popular. Isso ocorre no Brasil, mas pelas descrições de Hobsbawm (1988) e de Galeano (1995), ocorreu também em vários outros lugares.

4

O processo de inserção do futebol no Brasil aponta para uma espécie de movimento antropofágico responsável por uma completa reinvenção do futebol trazido pela elite inglesa.

Não é no futebol profissional brasileiro (muito menos no atual) que veremos o surgimento de tal movimento antropofágico. O que se vê hoje não passa de uma busca homogeneizante, nos quatro cantos do mundo, por padrões competitivos de jogo. A gestação desse movimento futebolístico antropofágico se deu no improviso e se fez pela necessidade e vontade (de jogar) e pela ausência (de lugares apropriados e tidos como adequados).

Esse movimento antropofágico não se deu conscientemente, premeditadamente, mas sim na lógica do possível, da ausência. Mas sua captura pelos tentáculos do capital espetacular não tardaram em tornar essa concepção de jogo numa profusão de imagens e mercadorias espetaculares.

5

Até a primeira década do século vinte os times da elite e os times populares se revesavam jogando na várzea do Carmo. As obras de transformação do Velódromo em campo de futebol mudaram este cenário e criam um espaço específico para as classes dominantes jogarem e verem os jogos sem se misturarem à ralé.

O futebol tornara-se popular em várias áreas da cidade. De início, era jogado nas margens dos rios Tamandateí e Tietê. Os ingleses construíram um campo privativo na chácara Dulley. Os alemães jogavam na chácara Witte. Mas a bola também rolava no Belém, no prado da Mooca, no Cambuci e na várzea do Carmo. Durante esse período, e sobretudo no Carmo, clubes de elite e populares alternavam-se em campo. Para evitar essa indesejável convivência, os dirigentes do Clube Atlético

Paulistano promoveram, em conjunto com a prefeitura municipal, a transformação do Velódromo existente na cidade em campo de futebol. Daí em diante, os times populares, que permaneceram no Carmo, tornaram-se conhecidos como “varzeanos”. (SANTOS NETO, 2002:49)

A descrição acima torna evidente o quão significativo foi o esforço programático para separar, em São Paulo, o futebol da elite do futebol popular, e desmerecer e desqualificar este último, tratado como “sem classe”. Ao levar o futebol de elite ao antigo Velódromo, estava garantida a exclusão dos “sem classe” – tanto dos jogos como da platéia. O Velódromo é um marco na *segregação espacial futebolística*, e mostra muito do esforço em negar o futebol como sendo uma manifestação das classes populares.

Já em 1900 pode-se constatar a existência do futebol de várzea, e em 1905, com a ida do futebol elitista para o Velódromo, o futebol de várzea ganha mais contornos que o caracterizam até hoje. É classificado como futebol varzeano aquele que não é da elite, que não “possui classe”, jogado por operários, desocupados, negros, migrantes, etc, em espaços não totalmente formalizados e transformados para o jogo nas proximidades dos rios da cidade de São Paulo¹⁵.

6

No início do século XX não eram apenas os times da elite que queriam se distinguir dos times populares; havia também um esforço da mídia de valorizar aqueles em detrimento destes.

Por esta época, nas páginas d’*O Estado de São Paulo*, e em toda a imprensa, pode-se perceber uma grande resistência aos times populares, que chega às raízes de uma política consciente de separar os dois universos futebolísticos. Para os primeiros jornalistas esportivos, assim como para os primeiros dirigentes, havia o ‘grande futebol’ e o ‘pequeno futebol’, dos times de várzea. Uns eram dignos representantes do nobre esporte bretão, e os outros não estavam à altura do reconhecimento oficial e da igualdade na forma de tratamento. Os times populares eram vistos como brutos, incapazes de seguir as regras de conduta do futebol e dos *gentlemen* ingleses, e por várias vezes foram até mesmo ridicularizados pelas folhas como um bando de jogadores que davam chutes para o alto, sendo chamados de “canelas negras”. (SANTOS NETO, 2002:53)

[...] o futebol dos operários, ambulantes e desocupados era enquadrado na categoria de manifestação esportiva indesejável, sem valor e digna de ser reprimida pelas autoridades. A elite

¹⁵ Ver imagem 4 dos Anexos.

paulista não só rejeitava a popularização do futebol entre operários, imigrantes, negros e estudantes dos bairros populares, como também lutava por diferenciar seus cinco times do futebol “não oficial”. (SANTOS NETO, 2002:53/60)

Nesse sentido, foi proposta e criada a Liga Paulistana de Futebol (LFP, criada em 13 de dezembro de 1901), reunindo os cinco times da elite paulistana. Esforços não foram medidos para conter a popularização do jogo.

Os posteriores rachas na Liga, com a saída de SPAC e Paulistano pela entrada de times populares da várzea como Ipiranga, Corinthians e Palestra Itália, evidenciam um esforço de segregação.

André Ribeiro atribui, num misto de jornalismo e ficção, a seguinte fala a Antônio Prado Jr., filho do então prefeito da cidade de São Paulo na época da transformação do Velódromo:

Enquanto nos exercitamos em nossas chácaras, a cada dia surgem novas equipes nos bairros da periferia. Papai não é bobo e para evitar constrangimentos às nossas famílias já mandou construir arquibancadas no Velódromo. Em pouco tempo as bicicletas desaparecerão. Esse será nosso estádio. (RIBEIRO, 2007:21)

E como forma de viabilizar economicamente tal empreitada o mesmo Antônio Prado Jr., chamado por seus amigos de Costinha, prossegue:

Vamos cobrar ingressos. Proponho um valor inicial de 2 mil réis. 50% do apurado ficará com nossos clubes e a outra metade para a nossa liga. Duvido que com esses valores os tais aficionados da periferia se atrevam a invadir nosso espaço. (RIBEIRO, 2007:22)

Ribeiro ainda alerta para o descaso e o desprezo para com o chamado futebol menor:

Milhares de imigrantes, italianos, alemães e portugueses eram recrutados para o trabalho nas indústrias, ferrovias e construção civil... o espaço para divulgação do futebol, jogado nas várzeas e campos de terra da cidade, era praticamente zero, apesar de o esporte ser o lazer dessa turma toda de imigrantes. (RIBEIRO, 2007:23)

Na mídia só havia espaço para a divulgação da Liga de Futebol Paulista, criada no

final de 1901, com apenas cinco clubes da elite. Eram ignorados centenas de clubes da várzea em detrimento de cinco clubes da elite. E a estratégia para isso não foi difícil na medida em que haviam inúmeras ligações entre os organizadores da LFP e a imprensa.

Além disso, como medida tomada deliberadamente para impulsionar o futebol elitista da LFP, Antônio Prado JR., o Costinha, organizou junto de Oscar Cox, um amigo carioca, a primeira partida interestadual entre paulistas e cariocas. Tal fato não poderia deixar de virar notícia.

A mídia, ainda desacostumada na abordagem do futebol (até a criação da LFP e a insistência de alguns membros em divulgar o futebol na imprensa, este esporte detinha quase nenhum espaço nos jornais) ficou decepcionada com o placar da partida: 1X1, classificando-a como de resultado “indefinido”. (PEREIRA, 2000:24/25)

Acostumados a cobrir o remo ou o turf, os cronistas não esperavam por um empate, mas:

O sucesso do primeiro encontro entre cariocas e paulistas e a repercussão nos principais jornais das duas cidades acelerou o processo de criação da primeira Liga de Futebol de São Paulo. E assim o ano de 1902 tornou-se notícia importante nas páginas dos principais jornais, pelo menos em São Paulo. (RIBEIRO, 2007:25)

Tinha a elite avançando e conquistando espaço para o seu futebol e se distinguindo dos “futebóis menores”. A imprensa, tal como o Velódromo, foram de grande importância nessa afirmação do futebol das elites. Não só na afirmação, mas na exclusão dos indesejados:

O povo das ruas e dos bairros pobres não era bem-vindo, e o que se divulgava nos jornais era a presença de nobres senhoras e senhores trajando finas toaletes importadas de Paris e elegantes chapéus de coco e palheta. O que se deduzia desse cenário é que o futebol só podia ser assistido e praticado por gente da alta sociedade. (RIBEIRO, 2007:26)

[...] um fotógrafo escalado para a cobertura deveria estar muito mais preocupado em registrar a presença e as vestimentas de nobres senhores e senhoras do que propriamente o jogo. O tema futebol seria como manobra para cronistas imporem sua visão ideal de sociedade e ‘expor’ o antagonismo entre as equipes, o pobre e o rico, o colonizador e o colonizado. (RIBEIRO, 2007:27)

Pelos primeiros artigos publicados sobre futebol nos jornais e revistas, ficava clara a divisão do esporte em dois grupos. De um lado, os filhos de boa família, de outro, os varzeanos humildes. [Só] Os primeiros eram considerados dignos representantes do foot-ball, importado da Europa. (RIBEIRO, 2007:27)

André Ribeiro nos lembra ainda que somente em 1903 um pequeno jornal basicamente destinado aos italianos em São Paulo, denominado *A Fanfulla* passou a divulgar os resultados de alguns jogos de várzea. Com o tempo a imprensa (até mesmo o jornal conservador carioca *O Paiz*) se viu obrigada a divulgar notícias dos clubes do subúrbio em grande quantidade. Chegou-se, em alguns casos, a serem criadas seções específicas para divulgar tais clubes e seus jogos.

O esforço de negação da *pelada* é um ranço que permaneceu em um país chamado Brasil, onde o futebol era pratica exclusiva das elites. Negando a *pelada* nega-se a possibilidade de encontrar na práxis cotidiana explicações para as concepções e características do futebol jogado no Brasil.

7

O descaso e o desprezo pela *pelada* é parte da trajetória que percorre o futebol na sociedade brasileira. Nasceu elitista e não poderia reconhecer lugares improvisados, a rua, por exemplo, como um lugar possível para o jogo.

A popularização do futebol, processo lento e incompleto do ponto de vista organizacional (haja vista que nunca a organização dos clubes foi feita por outros que não empresários, chefes, donos, cartolas), não veio associada à valorização, garantia e manutenção dos hábitos e formas de jogar do povo nos espaços não formais. Permitiu-se o negro e o pobre nos campos, onde foram valorizadas suas habilidades. Mas até hoje não se reconhece, nem se valoriza, o jogo que jogam em terrenos, várzeas e ruas – o mesmo que depois, nos gramados, passa a ter valor.

Fruto de um discurso histórico seletivo, a *pelada* foi desprezada, como foi a macumba e a capoeira, e tantas outras práticas presentes no cotidiano da população. A regra dos hábitos e costumes imposta pela nascente sociedade industrial era, como ainda é, clara: valoriza-se o que for de “classe” (não existiria palavra mais adequada): seja o que for, deve ter “classe”. E, mesmo sem tanta classe assim, o futebol se desenvolve no Brasil com a “costa quente” dos europeus e paulistas ricos que esforçaram-se para deixar o jogo entre os mais abastados.

Cobravam ingressos, propagavam o ambiente familiar, os espectadores iam bem vestidos, o que por um tempo funcionou.

Mas, como era inevitável, o esforço elitista naufragou. O futebol, além de cativante, poderia ser jogado sem grandes investimentos e necessidades, e então se espalhou Brasil afora, em tudo quanto é espaço, onde há lugar, reinventado, misturado, adaptado a tantos terrenos, tantas formações táticas, numéricas, no melhor estilo daquilo que se gosta de chamar de cultura popular.

Livremente inspirada no foot-ball association, a pelada é a matriz do futebol sul-americano e, hoje em dia mais nitidamente, do africano. É praticada, como se sabe, por moleques de pés descalços no meio da rua, em pirambeira, na linha do trem, dentro do ônibus, no mangue, na areia fofa, em qualquer terreno pouco confiável. Em suma, pelada é uma espécie de futebol que se joga apesar do chão. Nesse esporte descampado todas as linhas são imaginárias – ou flutuantes, como a linha da água no futebol de praia – e o próprio gol é coisa abstrata. O que conta mesmo é a bola e o moleque, o moleque e a bola, e por bola pode se entender um coco, uma laranja ou um ovo, pois já vi gente fazer embaixada com ovo. Daí, quando o moleque encara uma bola de couro, mata a redonda no peito e faz a embaixada com o pé nas costas. E quando ele corre de testa erguida no gramado liso feito um mármore, com a passada de quem salta poças por instinto, é pura elegância. Mas se a bola de futebol pode ser considerada a sublimação do coco, ou a reabilitação do ovo, ou uma laranja em êxtase, para o peladeiro, o campo oficial às vezes não passa de um retângulo chato. Por isso mesmo, nas horas de folga, nossos profissionais correm atrás dos rachas e do futevôlei, como o Garrincha largava as chuteiras no Maracanã para bater bola em Pau Grande. É a bola e o moleque, o moleque e a bola. (HOLANDA, 2006:55)

Os donos da bola são os donos dos lugares possíveis, lugares quaisquer onde a bola possa rolar. Os donos da bola são também os donos da subversão de qualquer espaço transformado em campo de futebol. Os donos do campo são equilibrados, os donos da bola são equilibristas.

Se você imaginar o pior terreno que você conhece, pegá-lo e estendê-lo como um tapete espalhando pedras e pedaços de tijolo sobre ele todo, e depois deixá-lo cozinhando sobre o sol tropical, terá uma noção remota do campo. (HAMILTON, 2001:147)

É intrigante observar que o futebol, vindo no bojo da modernidade, da industrialização, seria tão profundamente deslocado, tomado pelas classes populares, tendo

sido a bola incorporada ao corpo do moleque, tendo a bola tão bem se adaptado aos mais difíceis terrenos e a outras tantas intersecções oriundas da pobreza.

“... o futebol brasileiro extraiu do futebol inglês um máximo de gratuidade...” (WISNIK, 2008:142)

8

“Joga-se como se vive” (FRANCO JUNIOR, 2008:315). O *peladeiro* aprendeu e aprimorou o futebol com sua subjetividade, com sua criatividade; e estas são germinadas na vida cotidiana, nos lugares onde ela acontece, se desenvolve e se reproduz. É evidente que o futebol de rua terá seus dribles próprios, seus truques específicos, como terá também o futebol de praia ou qualquer outra *pelada*, pois se joga *onde* se vive, e para isso, se for preciso, se reinventa, se adapta, se subverte o jogo.

E, assim, não são raros os jogadores de peladas nas ruas ou praias que ao se profissionalizarem se destacam por dribles irreverentes, ou certo estilo de jogo.

Foi na subjetividade, da criatividade do jogo sem validade, do jogo descontraído, na reinvenção e não na cópia, que surgiu sua genialidade.

Simbiose frenética e arrasadora esta produzida pelo capital: captura o que se tem de mais frutífero e revolucionário (que é a subjetividade, a criatividade espontânea, a subversão do jogador) e transforma em espetáculo. Utiliza-se disso para vender suas mercadorias. Submete a subjetividade para vender produtos em massa, e passa a idéia de que ao comprar determinado produto o consumidor será agraciado com as qualidades do garoto propaganda do produto. Ainda não são encontradas nas prateleiras dos supermercados criatividade e subjetividade à venda em estado puro, mas o consumidor é persuadido e iludido a pagar por elas (sem jamais recebê-las) por meio de algum outro produto.

9

Embora obedecendo ao mesmo princípio lúdico – a disputa da bola dominada com os pés, num campo agora desnivelado e periclitante -, a *pelada* não obedece ao diagrama nem a finalismo do esporte futebolístico... O seu horizonte não é delimitado pela quadratura estrita da conduta esportiva, nem pelo círculo implacável da vida e da morte, mas pelas *linhas imaginárias e flutuantes* que disponibilizam uma espécie de *saída pela tangente*. (WISNIK, 2008:220)

Segue Wisnik:

A *pelada* escapa, assim, do peso algo opressivo da geometria totalizante do quadrilátero e do círculo, produzindo um espaço em que as bordas estão em nenhum lugar e o centro está em toda parte: onde estiver a bola. Essa ‘gramática’ heterodoxa não se furtará, por sua vez, a dialetizar-se a seu modo, em contato com as exigências do futebol propriamente dito, varrendo o campo com suas figuras elípticas e compreendendo-o em consonância com as demandas realistas do jogo: delineia-se aqui um princípio de *formação* do futebol brasileiro como uma dialética entre a singularidade lúdica e as demandas universais do código, envolvendo gratuidade e maturidade viril, espírito amador e profissionalismo conseqüente. (WISNIK, 2008:221)

Mais uma vez Wisnik nos traz elementos importantes, que mais uma vez serão aqui por nós *desviados*, pois quero entender a *pelada* como *matéria prima*, talvez como *acumulação primitiva* e não exatamente como uma interação de sujeitos em igual posição: o profissionalismo extrai da *pelada* toda a estética do lúdico e transforma-o em mercadoria espetacular. Não se trata, portanto, de uma interação positiva, ou neutra, mas sim de um processo de captura de uma concepção de jogo casual e descontraída que é geradora de características singulares (se quiser: poéticas, estéticas, belas etc.) de jogar e que é lançada – por meio da incursão de jogadores vindos das *peladas* - em uma das formas mais frutíferas da reprodução do capital contemporâneo: o futebol profissional globalizado.

O futebol das elites

Assim, quando os herdeiros da burguesia inglesa em ascensão, enriquecida pelo comércio e pela indústria, criam o futebol e o rúgbi, estão correspondendo, de maneira involuntária ou inconsciente, aos padrões ativos, combativos, empreendedores antiintelectualistas da classe que aspira, através de seus pais, ao privilégio de poder, que deseja adquirir terras, retomar a herança viris, à identidade grupal e à iniciativa individual audaciosa. (WISNIK, 2008:97)

[...] o futebol inventado pelos ingleses na segunda metade do século XIX separou o jogo do rito, como se quisesse chegar a uma versão quimicamente pura daquele, em que regras de igualdade competitiva garantiriam uma avaliação neutra das competências em disputa. Simula, assim, as próprias pré-condições da competição no mundo burguês-capitalista, depuradas como se tratasse de um campo de provas científico, produzindo ‘fatos a partir de uma estrutura’ dada. (WISNIK, 2008:75)

Foi nos meados da segunda metade do século XIX que os esportes passaram a ser introduzidos nas escolas e colégios da Europa como um caminho para efetivar as lições morais, assim como para movimentar e aprimorar o corpo. Não tardou muito para que este ideário chegasse também ao Brasil, sendo Rui Barbosa um dos seus principais defensores. Dessa forma se iniciam as práticas esportivas dentro das escolas visando também educar, moldar e disciplinar o corpo. Muitas práticas e modalidades passaram a configurar como opção para introduzir a educação física nas escolas brasileiras, e:

Em busca de modalidades que se enquadrassem no perfil recomendado pelo ilustre deputado, as melhores instituições de ensino do país decidiram enviar ‘embaixadores’ a vários colégios europeus. Lá, pela primeira vez, o futebol virou uma opção para o Brasil. (SANTOS NETO, 2002:14)

O Colégio São Luís apareceu como pioneiro na introdução do futebol enquanto opção esportiva para os estudantes, criando as condições para que eles pudessem praticá-lo e tomar gosto pelo jogo. Este Colégio possuía uma infra-estrutura de destaque, sendo referência de ensino em toda a América Latina. O público frequentador do colégio São Luís era (como ainda é) composto por membros de classes sociais abastadas, haja visto que a educação era fundamentalmente privilégio das elites naqueles tempos.

Neste momento o futebol aparece como forma de potencializar e fortalecer o corpo dos estudantes que tinham acesso à educação oferecida pelo São Luís. Não se vislumbrava tornar o futebol um esporte nacional, e tampouco difundir-lo entre as massas: o futebol jogado no pátio do São Luís era destinado estritamente às benéficas corpóreas dos meninos da elite, e qualquer forma de pensar o futebol para além disso é impensável. A entrada do futebol no Brasil por meio do colégio São Luís evidencia um jogo voltado para uma parcela rica e restrita da população deste país, um jogo “importado” que devia ser destinado exclusivamente aos que podiam estudar no São Luís. O futebol é introduzido no Brasil dentro dos muros do Colégio São Luís, sectário e elitista.

Mesmo havendo registros que comprovam a existência do futebol no colégio São Luís antes da chegada e dos jogos realizados por Charles Miller, foi este que ficou conhecido e caracterizado como o fundador do futebol no Brasil. O futebol trazido e jogado por Miller envolvia exclusivamente pessoas da mesma classe social que jogavam no São Luís; aliás, alguns jogadores que passaram a jogar e criar os times e as ligas junto de Miller jogaram antes no Colégio São Luís, sendo um exemplo notório Arthur Ravache, que estudou e jogou no São Luís e posteriormente tornou-se um dos fundadores do Sport Club Germania, assim como da Liga Paulista de Futebol. Há pelo menos mais uma dezena de estudantes jogadores de futebol do São Luís que se uniram a Ravache e Miller na sistematização do futebol. Este fato é bastante relevante pois, em primeiro lugar, não se joga futebol sozinho, e Miller só pode se tornar este ícone com a fundamental participação deste grupo de jogadores advindos do São Luís; em segundo lugar porque já havia uma certa “escola de futebol” vinda do São Luís para criar as bases daquilo que viria a ser o futebol brasileiro.

O papel de Miller, portanto, não é o de introduzir o futebol no Brasil, e tampouco o de popularizá-lo, mas sim o de:

[...] ter iniciado a prática do futebol dentro de um clube, estimulando os outros a praticá-lo também. Com isso teve início um segundo momento do processo de introdução do futebol no nosso país. O esporte saiu dos colégios, assumiu um caráter explicitamente competitivo (o que de certo tornou mais difundido o conhecimento de suas regras e mais rigorosa a observância das mesmas) e ganhou a posição de esporte preferido da elite paulistana. (SANTOS NETO, 2002: 30)

Entendemos, portanto, que o futebol no Brasil foi introduzido, basicamente, por dois

principais agentes: o Colégio São Luís, com seu pioneirismo na introdução do futebol no Brasil, primeiro com o bate-bolão (com registros já em 1887) depois com o *association football* (com registros em 1895, inclusive já aparecendo difundido também no Colégio Petrópolis); e posteriormente Charles Miller, com toda sua capacidade de organização e sistematização do futebol no Brasil.

Ambas as fontes de origem do futebol brasileiro são eminentemente elitistas e jamais tiveram a menor pretensão de difundi-lo para outras classes sociais.

Os treinos para esses primeiros desafios assumidamente competitivos eram restritos a ingleses, e o afluxo de integrantes de outros grupos sociais ao jogo era raro ou, no mínimo, inteiramente acidental, pois, segundo o próprio Charles Miller, a popularização do futebol nunca foi seu propósito consciente. (SANTOS NETO, 2002: 29/30)

Nos capítulos *A 'sucção da subida', a prontidão e o futebol tornando-se brasileiro* e *O esforço histórico de negação da pelada* afirmamos que o futebol brasileiro nasce enquanto pelada já que o bate-bolão antecedeu o futebol propriamente dito, que trazia todo um conjunto de regras. Mas essa forma improvisada de jogar não era senão uma estratégia de introdução gradual das regras do *Association Football*. O futebol brasileiro nasce elitista, e talvez por isso fique mais fácil compreender porque tamanho esforço de negar o bate-bolão como primeira forma de se jogar futebol no Brasil, haja visto que a elite não ficaria bem sendo caracterizada por improvisar de qualquer modo o fino jogo dos ingleses. Faz-se então uma opção clara (e ideológica) por identificar o nascimento do futebol no Brasil à Miller pois seu futebol segue fielmente a cartilha inglesa (de regras, mas também de pompas).

Outro argumento que nos ajuda a entender o fato de a paternidade do futebol no Brasil ter sido atribuída à Miller é explicada pelo fato da elite querer:

[...] relacionar o futebol mesmo indiretamente, às multinacionais que, na virada do século, protagonizavam grandes transformações na economia brasileira, verdadeiros sinônimos de progresso, soava melhor que ligá-lo a colégios obsoletos, fosse pelo viés religioso da educação, fosse pelos laços entre essas instituições e a monarquia. (SANTOS NETO, 2002: 35)

Sem descartar este último argumento, quero insistir no fato de que o nascimento do

futebol brasileiro se dá, embora buscando o modo inglês, improvisado no pátio do Colégio São Luís (sendo improvisado e adaptado é, portanto, *pelada*), e que a elite fez de tudo para negar. Se o futebol é criado no Brasil pela e para a elite sua imagem não pode ser de um jogo improvisado. Ao contrário, deve ser de um jogo com todas as regras (como passaram a seguir os clubes e as ligas criadas por Miller, como a Liga Paulista de Futebol), locais adequados (o Velódromo transformado em campo com arquibancadas na cidade de São Paulo pelo prefeito Antônio Prado), frequentado por pessoas adequadas (de origens européias, e com trajes adequados).

“A valorização de Miller implicaria na definição de burguesia urbana, branca, tanto nacional com estrangeira” (SHIRTS, 1982: 93/94)

A valorização de Miller é também uma amnésia intencional que visa apagar ou obscurecer por completo a real introdução do futebol no Brasil com uma intenção bastante clarividente: apagar o pioneirismo da *pelada* (apagando o bate-bolão) na introdução do futebol brasileiro, valorizando um tipo de jogo totalmente obediente aos padrões criados no futebol inglês, pois era este que detinha status e glamour, e era este, e não o bate-bolão, que podia representar e ser identificado com a elite.

O futebol como negócio

O jogo como troca cessou de ser um jogo, tornando-se cálculo. (VANEIGEM, 2002: 88)

Pois no verdadeiro jogo é preciso que o homem jogue como uma criança. (HUIZINGA, 2005: 221)

Os negócios se transformaram em jogos... o jogo se transforma em negócio. (HUIZINGA, 2005: 222)

Compreendiam os latinos que os negócios tendem a negar o ócio. (SEABRA, 2008: 145)

1

Não é, obviamente, na década de sessenta que o futebol configura-se especificamente enquanto negócio¹⁶, mas é nesta década que a “indústria do futebol” (assim como a do entretenimento e de toda a colonização da vida cotidiana pelos desígnios da mercadoria) avança com passos significativos: seja pelas grandes marcas esportivas, seja pela mídia que vai transformando jogadores em garotos propaganda (como o Pelé, garoto propaganda da marca Puma).

Murray nos lembra que: “No fim da década de 60[...] os jogadores eram mais cortejados do que nunca, e como verdadeiras ‘mercadorias’ esperavam receber uma remuneração apropriada”. (MURAY, 2000: 169)

O futebol inevitavelmente adentrava “O mundo presente e ausente que o espetáculo *faz ver* [que] é o mundo da mercadoria dominando tudo o que é vivido”. (DEBORD, 1997: 28)

Desde então, para mais além de ser jogo, diversão ou entretenimento, o futebol compõe a frenética reprodução do capital num momento *espetacular* em que a mercadoria ocupou a vida social de cabo a rabo. É num mundo em que o capital instalou-se no seio do cotidiano que o futebol é elevado a um novo grau de significância na esfera da reprodução do capital.

Isso porque:

¹⁶ Já nos idos de 1925 o futebol brasileiro se prestava à condição de propaganda de outras mercadorias e de mercadoria propriamente dita. A idéia de “vender a mercadoria ‘Brasil’ já é dita por Araken Patusca que foi jogador do Paulistano e participou da viagem junto do time com tal objetivo. (SHIRTS, 1992: 48)

À medida que o sistema capitalista e as suas variantes (mesmo que antagônicas) perdem na frente de batalha da produção, esforçam-se por compensar essa perda na esfera do consumo. A idéia é que, conforme o homem se liberta gradualmente dos imperativos da produção, ele seja engolido na nova função de consumidor. (VANEIGEM, 2002: 202)

2

Eduardo Galeano se perguntava se: “Jogar a sério e, em série, é jogar? Segundo os entendidos na raiz e no sentido das palavras, *jogar* é caçar, gracejar...” (GALEANO, 1995: 199)

Para ele, o futebol que tem cada vez mais como finalidade evitar derrotas, esta acabando com o futebol. Se jogo é gracejo, não teria o futebol se tornado outra coisa, já que atualmente é, sobretudo, competição, profissão, lucro, etc?

O futebol profissional, por ser negócio cada vez mais valioso, é tomado por uma seriedade que invade o campo e, por vezes, prolifera fora dele.

O atual estágio de (re)produção do capitalismo invadiu o cotidiano, extraindo dele e nele, outras mercadorias. Tal invasão não deixaria de fora algo tão grandioso, cativante e mundializado como o futebol. E esta pilhagem não se faz sem alterar certas dinâmicas, hábitos, características e possibilidades do jogo. Ele é constantemente refeito, “aperfeiçoado”, reproduzido, agregando novos “valores” (as propagandas dizem: jogue limpo, não desista, ganhe, seja a dez...) e novas “mercadorias” (primeiro as camisas dos times, depois a profusão de todo tipo de objetos sobre o time; as chuteiras, que podem custar milhares de reais, os ingressos de jogo etc.)). Ao dominar e usurpar o futebol, o capital envolve e impõe no jogo sua forma de ser e ver o mundo. Ao entrar na roda da reprodução capitalista, o futebol ganha suas feições, se refazendo constante e lentamente dentro deste âmbito.

“[...] o futebol é um lugar privilegiado para a manobra de captura do inconsciente pela capitalização e para a realização de algo mais profundo: a conversão das duas coisas – inconsciente e capitalização – numa coisa só”. (WISNIK, 2008: 352)

O futebol aparece, então, como uma potente forma de reprodução do capital em níveis inimagináveis. Momento em que a sociedade espetacular se aprimorou na captação de sentimentos e emoções provenientes dos jogos - em especial do futebol, por sua potência – para transformá-los em produtos consumíveis. O futebol é maquinaria do capital na sociedade espetacular. E se apresenta como um caminho de extrema importância para compreender

como o espetáculo transforma emoção em mercadoria.

Tal é a especialização e a profissionalização do futebol, que resta saber o quanto o lúdico e o belo irão sobreviver. Será que já não consumimos alguma matéria em putrefação regida por um poderoso conjunto de imagens?

3

Na esfera do futebol, essa grande torção envolve, certamente, a ciência, a tecnologia, o capital, a Nike, a Adidas, a Coca-Cola, o Guaraná Antártica, as marcas de cerveja etc. Ela é uma operação da ciência e da tecnologia, da mitologia inconsciente e da mitologia ostensiva: a publicidade. Mais do que uma manobra de marketing, participa de uma grandiosa obra de ‘reengenharia’ do inconsciente humano (como nem Platão nem os maiores utopistas sonharam realizar). Nesta, o futebol é posto a participar, pela sua capacidade única de fisgar o desejo dos sujeitos, num regime de realimentação imaginária em que seus ícones são induzidos a se confundirem com as logomarcas, que se confundem circularmente com os ícones do jogo. (WISNIK, 2008: 160/161)

Não é de menor importância a declaração dada por um membro da comissão técnica da seleção brasileira que se tornou tricampeã mundial no México. Pelé havia feito um contrato com a Puma, mas ao invés de usar as chuteiras desta marca, Pelé usou outra marca de chuteira, mas foram colocados, é claro, os slogans da Puma naquelas chuteiras de outra marca usadas por Pelé.

As chuteiras Puma mais vistas em todo o mundo, em todos os tempos, não eram chuteiras Puma. As chuteiras Puma que talvez mais tenham feito vender as chuteiras Puma não eram chuteiras Puma.

4

O espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem. (DEBORD, 1997: 25)

Neste atual contexto a proliferação da imagem – repleta de valores – faz-se necessária à constante criação de heróis, vilões, batalhas épicas etc. Isso porque a sociedade regida pelo espetáculo da reprodução do capital invadindo e corrompendo todos os momentos da vida não é um simples *conjunto de imagens mas um conjunto de relações sociais mediados por*

imagens. Enquanto mercadoria espetacular, o futebol sofre a inevitável perda imposta pela troca e pela imagem como sobreposição e substituição da experiência verdadeiramente vivida.

Na medida em que cresce a construção das imagens que compõe o universo futebolístico, diminuem os conteúdos e os termos qualitativos que o compunham. Há, quero crer, bilhões de espectadores a mais do que jogadores (profissionais ou não). Por esse caminho o jogo deixa de ser jogado para ser visto e a produção destas imagens carregam mediações e signos- todos voltados para a reprodução de tudo quanto é tipo de mercadoria que assaltam as placas dentro do estádio, ou a camisa dos jogadores, por exemplo¹⁷. O próprio time tornou-se empresa e termos como *comprar* esse ou aquele jogador, o *custo benefício* de tal ou qual *venda* ou negociação com o *patrocinador* ou ainda na *venda* de um jogador.

Torna-se indissociável a relação este espectador de futebol e consumidor. O futebol é certamente um dos mais exemplares meios de compreender a complexa esquizofrênica da reprodução de um capital no seio da vida cotidiana.

5

Na sociedade do consumo o ócio e o lúdico não são bem vindos! Eles devem ser transformados em lazer e entretenimento, categorias possíveis de serem cooptadas e comercializadas pelo capital.

O lazer não é uma suspensão do tempo do trabalho, mas recarga cotidiana que dá suportabilidade ao labor sem obra, fazendo-o seu duplo. A repetição compulsória do futebol participa do processo pelo qual algo de insuportável no mundo (o labor sem obra), a ser mitigado dia a dia sob forma de mercadoria continuamente reposta, repõe de forma viciosa, com sua avalanche *ad infinitum e ad nauseam*, o insuportável mundo. (WISNIK, 2008: 124)

6

“Tento imaginar – e não consigo – que espécie de futebol será o nosso, se um dia tivermos escolinhas para todos os moleques com o talento de um Pelé [...]”. (HOLANDA,

¹⁷...e sobretudo a camisa dos torcedores que agora levam a marca da empresa que patrocina sua equipe, tornando-se uma espécie de outdoor ambulante.

2006: 56)

“É o que fazem as crianças mais novas. Brincam sem ordem. São desordeiras. As escolinhas de futebol, com seus chatos professores, com apitos e regras, inibem a criatividade dos meninos”¹⁸.

O futebol profissional, como outras tantas atividades esportivas e até mesmo artísticas, é hábil em capturar a criatividade lúdica e transformá-la em espetáculo altamente lucrativo.

A habilidade do capital, neste caso, é a de tornar mercadoria algo que não produziu. Aproveitou-se a paixão pelo jogo (ou pelo time), capturou o lúdico e a criatividade, tornando-os vendáveis.

Essa criatividade, tão lucrativa ao futebol, é formulada e engendrada em meio à brincadeira, à diversão que é o jogar futebol despretenso, quase sem regras, que se joga em todo canto (na rua, na várzea, na praia...). A criatividade, a subjetividade, que se desenvolve nos jogadores, nesse contexto lúdico, embora amplamente influenciada por ele, nasce e se desenvolve, de algum modo, à margem do capital, mas depois são capturadas por ele.

Na medida em que o capital avança sobre a infância (com as escolinhas e professores de futebol, com os olheiros e negócios envolvendo meninos cada vez mais novos), o surgimento e desenvolvimento das subjetividades e da criatividade espontânea vai sendo ceifado, tornando-se raro. Isso porque ele trás a seriedade, as regras rígidas, as doutrinas do professor, os horários dos treinos, o investimento, seguido da cobrança dos pais, que querem ter uma boa aposentadoria com a profissionalização do filho¹⁹.

A insistente lógica pragmática e economicista reproduzida por pais, clubes, professores, escolinhas de treinar os garotos, além dos próprios garotos, visando sempre sua profissionalização, dificulta e, no limite, impede que sua prática seja livre, descontraída e espontânea, o que implicará na falta de subjetividade e de criatividade. Diferente do garoto que joga seu futebol na rua, pois ali não há treinadores, nem olheiros (embora nos trabalhos de campos houve quem viesse me perguntar se eu era olheiro), nem pais incentivando filhos, como em competições escolares. Trata-se apenas de um passatempo, não carrega nenhuma importância, é menosprezado, atrapalha o trânsito, há os que acham que menino jogando bola na rua é o traficante, o ladrão do futuro. Mas vai assim o menino brincando, e ao brincar

¹⁸ Tostão em coluna “ordeiros e desordeiros” publicada no jornal O POVO no dia 24/8/09.

¹⁹ Tamanha é a especialização técnica e tecnocrata do futebol que há cursos para crianças denominados “Soccer Clinic”. (TOLEDO, 2002: 20)

inventa, cria. E é disso que se compõe um craque: criação, e não repetição. Liberdade tática e técnica, e não pressão. Irreverência e não obediência. As escolinhas e os professores podem até adestrar, ou mesmo formar bons jogadores, mas os chamados gênios da bola, os craques, se criam num universo de elaboração e prática da subjetividade, esta coisa intocável que não se ensina, mas que depois é posta a venda a preços cada vez maiores.

Tal inventividade e criatividade proveniente de jogos e brincadeiras de bola (seja na rua, na praia, no terreno baldio ou no quintal) são transformadas em matéria-prima da indústria do entretenimento, uma nova e bizarra forma de *acumulação primitiva*.

Há craques (e gênios) do futebol que saem das várzeas (ou das ruas, praias, campinhos etc.) para se tornarem astros globais, tendo suas imagens espalhadas nos quatro cantos, vinculadas a grandes marcas; estas visam vender os mais diversos produtos por meio da habilidade criativa destes craques.

Jogadores que aprenderam a jogar descalços, agora elevados à condição de estrelas do espetáculo global, são garotos propagandas de grandes marcas de calçados; suas imagens convencem multidões, em todo o mundo, de que para ser um craque no futebol é necessário usar determinado calçado.

Assim uma moeda produzida por geração espontânea, no viveiro das periferias brasileiras – isto é, o *talento* futebolístico –, encontra uma conversão insólita no cenário volátil em que o capital globalizado varre o mercado com imagens (num sentido amplo de *varrer*: inundar e capturar). Nesse arco vertiginoso o extremo da gratuidade e o extremo da capitalização do imaginário se tocam, porque, em última análise, a otimização do rendimento capitaliza o inconsciente e o desejo: a lógica tecnoempresarial, aplicada ao mercado global, pressiona por engolir a seu modo – ou ‘devorar antropofagicamente’ – a ‘lógica da diferença’. Nos deparamos aqui com o encontro e o choque exemplar de uma *cultura antropofágica*, notável por assimilar e converter os padrões alheios ao seu *mais-de-gozo*, como faz o futebol brasileiro com o futebol inglês, e uma *economia antropofágica* em que o capital assimila e converte tudo que interessa ao valor da marca, que ele extrai justamente de uma vinculação com o gozo. No processo, a distinção entre economia e cultura vacila, se não sucumbe. (WISNIK, 2008: 358)

Havelange afirma que a FIFA é a maior multinacional do mundo, empregando 450 milhões direta ou indiretamente. Ainda segundo ele, se cada uma dessas pessoas estiver ligada

a uma família de quatro ou cinco pessoas, isso somaria cerca de 2 bilhões de pessoas, um terço da população mundial. (FRANCO JUNIOR, 2007:179)

As cifras movimentadas são cada dia maiores, e não param de crescer: “algo em torno de 180 bilhões de dólares em 1999, 200 bilhões em 2000, 250 bilhões em 2005”. (FRANCO JUNIOR, 2007: 179)

Tradicionalmente ocupante do primeiro posto de colocados no ranking mundial de seleções da FIFA, único país penta campeão do mundo, o Brasil movimenta apenas 2% do total mundial movimentado pelo setor futebolístico. (FRANCO JUNIOR, 2007: 180)

8

O Brasil historicamente vem exercendo a função de exportador de matéria-prima futebolística. Se há em alguns países a chamada “fuga de cérebros”, podemos falar também em “fuga de pés”, sendo o Brasil o seu principal expoente.

Já nas décadas de vinte e trinta, antes mesmo do profissionalismo ser institucionalizado no Brasil, já havia a migração de jogadores brasileiros para o exterior. Países como Uruguai, Argentina e Itália eram os principais destinos. Nestes lugares, de algum modo, já se entendia o futebol como negócio, havendo, assim, a existência de jogadores profissionais.

Com o passar dos anos, a intensificação da busca por futebolistas vai se ampliando visando mais e melhores craques, e menores custos. Assim, a captura destes jogadores passa a ser realizada antes mesmo que estes se profissionalizem e cheguem aos grandes clubes do Brasil. É cada vez mais comum ouvirmos falar de jogadores brasileiros que passam a se destacar em competições européias (e também em outros lugares, como Oriente Médio e Ásia) que sequer eram conhecidos quando jogavam no Brasil. Esses jogadores passam a sair cada vez mais novos (muitos com doze anos de idade, por exemplo), e configuram uma nova espécie de tráfico negreiro infantil, que passa inclusive pelo momento em que agentes do futebol aliciam e manipulam a família desses garotos com a promessa de fama e fortuna que em raríssimos casos se efetiva.

“[...] o sistema futebolístico no Brasil atesta a disparidade clássica entre a aparentemente inesgotável capacidade de *gerar* e a indisposição para *gerir* [...]” (WISNIK, 2008: 359)

O fim das trocinhas

Por mais que o espaço vivido seja um universo de sonhos, desejos, de criatividade prodigiosa, ele não passa, em termos de duração, de um ponto que sucede outro ponto, correndo segundo um único princípio, o da destruição... A vantagem do ponto de espaço vivido está no fato de eles poderem escapar ao sistema de condicionamento generalizado: o seu inconveniente é o de não possuir uma existência autônoma. O espaço da vida cotidiana desvia um pouco de tempo em seu benefício, captura-o e apropria-o. (VANEIGEM, 2002: 238)

É necessário ressaltar que, há algumas décadas, a rua era majoritariamente lugar da permanência e do encontro. A rua detinha, e em alguns lugares, de algum modo, ainda detêm - embora cada vez mais subjugada - a capacidade de agregar grupos de idosos, e de crianças e jovens que brincam, jogam e se divertem. A lógica da passagem frenética e constante trazida pelos automóveis e pela modernidade fez com que aquela concepção de rua fosse se tornando cada vez menor, mais rara. Contemporaneamente à tomada da rua pelo automóvel, vão surgindo espaços especializados e pagos (o consumo do espaço, o espaço colocado então como momento fundamental da reprodução do capital, o espaço como maquinaria), que passam a serem os lugares onde se pode, ou se tenta, divertir-se.

Até em bairros mais ricos, nos meados do século vinte a rua tinha seus espaço destinado ao uso e brincadeiras infantis. João Antônio cita a presença de crianças ricas nas ruas: “Quando em quando, saltitava o bulício dos meninos com patins, bicicletas, brinquedos caros e coloridos”. (ANTÔNIO, 1987: 122)

Bento Prado²⁰ afirma que na década de 40 era comum o uso das ruas, mesmo em bairros mais ricos e sofisticados para o jogo:

O leitor de hoje achará muito ousada a tarefa de jogar futebol, ao meio da tarde, na alameda Santos, perto da Brigadeiro, ou no início da Cardoso de Almeida, onde se abre, de cima, o Sumaré. E, no entanto, para mim, era prática trivial. Não me lembro de carros que atrapalhassem demais nossa prática cotidiana. Prática que implicava um sistema de regras -uma arte- hoje inimaginável.

²⁰Consultado em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u89110.shtml>
Dia 26/05/2008

Mesmo com o gradativo fim do uso das ruas para o jogo, sobretudo das ruas dos bairros centrais e nobres, o futebol apresenta-se, ainda hoje, como um potente gerador, ou facilitador, do relacionamento e da sociabilidade dos seus praticantes. Franco Junior (2007) ressalta que:

O futebol moderno é poderoso criador de microssociedades. Esse papel é fundamental nas sociedades ocidentais, que ao se democratizarem, industrializarem, massificarem, uniformizarem, diluíram em certa medida os tradicionais grupos sociais, econômicos, culturais, religiosos, sexuais, etários. (FRANCO JUNIOR, 2007: 319)

Por esse caminho se pode também avançar no entendimento do futebol jogado na rua. O convívio nas ruas do bairro possibilita variados graus de identificação. Num plano mais imediato, os garotos (e também garotas, ainda que observadas em quantidade bem menor nos trabalhos de campo realizados) se reúnem, dividem times e jogam futebol. Mas o convívio desses garotos ultrapassa o momento do jogo, se dá também antes e depois das partidas. Os garotos não se encontram exclusivamente para jogar bola, mas se encontram e também jogam bola, diferente do caso dos garotos que fazem aulas de futebol, e que se encontram com hora marcada para iniciar e concluir suas atividades num lugar especializado e pago, portanto um espaço-mercadoria, onde as relações se dão mediadas pela quantidade de tempo comprado para jogar, e se encerram junto do contrato de compra e venda do tempo e do espaço do jogo.

A existência de microssociedades nas ruas de bairro está associada ao futebol, mas é fruto de uma relação de convívio mais ampla que envolve diferentes momentos. Em meio à fragmentação que assola e estilhaça a metrópole, as microssociedades se apresentam em muitos casos como única possibilidade de agregação, de identificação e convívio.

São grupos de amigos da rua, ou de ruas próximas. Possuem graus variados de relacionamento, mas são unidos pelo convívio frequente, pela proximidade geográfica e pelas mesmas limitações cotidianas. Tal convívio apresenta-se como parte relevante da formação da identidade desses garotos.

Em outro momento histórico (as décadas de 50 e 60 do século vinte), Florestan Fernandes destaca a existência e a importância dessas microssociedades que possuíam formação e organização complexas e eram difundidas pelas ruas e bairros paulistas. Tais

microssociedades eram denominadas de “trocinhas”, e Fernandes as define como grupos de crianças formados na rua:

As trocinhas estão condicionadas ao desejo de brincar - à recreação, como os demais tipos grupos infantis. Suas atividades, todavia, excedem aos limites da recreação em si mesma assumindo aspectos diferentes as relações entre seus componentes e destes relativamente ao seu grupo e as relações das diversas ‘trocinhas’ entre si.

A condição básica para a formação das ‘trocinhas’ é a vizinhança. A continuidade espacial das famílias facilita a síntese social dos indivíduos, embora não os crie. (FERNANDES, 1961: 159)

O autor destaca ainda a variedade e a diversidade das trocinhas: “Uma mesma vizinhança pode conter várias ‘trocinhas’, agrupando-se os imaturos em qualquer lugar: no meio das ruas, nas calçadas, nos campos, nos terrenos baldios, nos quintais grandes, etc”. (FERNANDES, 1961: 165)

As trocinhas, segundo Fernandes, são geralmente de duas ordens: as de meninas e as trocinhas de meninos que “... passam dos jogos para o ‘bate-bola’ (quando não começam por aqui mesmo) e acabam formando ‘timinhos’”. (FERNANDES, 1961: 160)

Segundo o autor, as trocinhas femininas mantêm com maior facilidade os aspectos folclóricos, enquanto os meninos “fogem um pouco – com a natação, o futebol, etc”. (FERNANDES, 1961: 161)

Porém,

As ‘trocinhas’ dos meninos são muito mais ricas quanto à divisão do trabalho e ao espírito coletivo; talvez porque a equipe de futebol geralmente implica uma redistribuição constante de atividades, ao mesmo tempo que coloca o indivíduo como participante de um grupo contra o outro grupo. As atividades dos indivíduos sempre são variadas e tendem a aumentar – existe o clube, as regras costumeiras que governam sua organização e a seleção do presidente, do secretário, do tesoureiro, etc. Para o cargo mais importante, em regra, é escolhido o próprio líder. A eleição regula essas escolhas, que tem em vista as qualidades, e, às vezes também as posses dos candidatos. O líder, como presidente da equipe encarrega-se de ministrar os castigos – geralmente corporais e de segregação temporária ou definitiva – aos transgressões das regras. Pode-se não haver contravenção às regras (por exemplo: não contribuir para com a manutenção do ‘time’, não comparecer aos treinos ou às disputas com equipes rivais, estragar alguma coisa da equipe, como uma bola de câmera, etc.), mas uma simples falta de ‘chance’ – não aproveitar um passe feliz e

chutar a bola fora, *verbi-gratia*. A punição, feita pelo líder, é a mesma, e tanto mais drástica se sua equipe perder. Todo o sacrifício pela equipe do grupo é pouco e a obrigação geral dos membros consiste em prestigiá-la... Contudo nas ‘trocinhas’ não há apenas deveres. Há também direitos, compartilhados por todos os membros, de acordo com sua importância no grupo... Os direitos, geralmente, consistem na proteção do membro, contra membros pertencentes às ‘trocinhas’ rivais, pode ser também isenção de pagamentos da mensalidade da equipe (quando é um elemento indispensável e não dispõe de dinheiro, como verificamos). (FERNANDES, 1961: 163)

O autor nos descreve também a importância e a disseminação que possui o futebol na vida das “trocinhas”: “Entre o bairro da Luz e do Bom Retiro, num total de onze ruas, estudamos dezesseis ‘trocinhas’, das quais dez tinham sua equipe infantil!”. (FERNANDES, 1961: 164)

A descrição rica e detalhada dos grupos de meninos, que nos apresenta Fernandes, nos permite compreender que o grau de organização desses grupos (“trocinhas”) era de alta complexidade e envolvia, via de regra, uma rica gama de obrigações (como eleições, captação de recursos financeiros, organização de partidas, punições etc.) e de direitos (isenções no caso de falta de recursos, proteção perante “trocinhas” rivais etc.). Tamanha complexidade organizacional em grupos infantis gestados e espalhados por diversas ruas da cidade nos faz pensar a potência que outrora (em tempos não tão distantes, algo em torno de meio século) a rua teve na diversão, formação e sociabilidade das crianças.

Até onde pude ver nos trabalhos de campos, e mesmo na época em que brincava nas ruas do bairro por mim estudado nesta pesquisa, boa parte da complexidade organizacional das “trocinhas” se perdeu, desapareceu. É notável a descrição de Florestan Fernandes, pois nos permite observar que parte daquela organização presente nos campos e times de várzea esteve, a seu modo, presente no futebol de rua. Desse modo, pode-se também notar certo paralelo entre as perdas qualitativas e quantitativas sofridas pelo futebol varzeano, e pelo futebol de rua, perdas que refletem – sobretudo – interdições e impossibilidades de usar o tempo para se apropriar dos espaços da cidade.

A começar pela parte organizacional, que foi drasticamente afetada: não encontrei, nem tive notícias durante as conversas nos trabalhos de campo, times de rua com presidentes, dinheiro, líderes etc. No máximo, o que pude presenciar e ouvi em mais de um relato, foi a existência dos famosos “contras”, ou seja, times de uma rua contra os de outra rua, ou dois

times adversários de uma mesma rua se confrontando. Mesmo nestes casos, a organização dos times é bem precária, não havendo uniformes, ou nome para os times. Até mesmo a formação desses times é bastante variável, podendo haver diferentes configurações, sem a menor preocupação na manutenção de uma equipe, como nos apresenta Fernandes ao descrever as “trocinhas”. Eleições de líderes é também algo que desconheço desde quando corria atrás da bola nas ruas hoje pesquisadas por mim. Nos trabalhos de campo fiz diferentes perguntas sobre eleições de líderes, mas as respostas foram sempre negativas, assim como foram negativas as respostas sobre a existência de times com nomes. Não pretendo defender aqui as eleições e lideranças entre crianças como uma salvaguarda ou como um caminho adequado de organização dos grupos infantis ou adultos, mas sim trazer à luz o desaparecimento de complexas organizações infantis. As “trocinhas” apontam para um momento em que a rua ainda podia ser compreendida como lugar das crianças, e estas tinham a possibilidade de se apropriar e encher aquelas com diferentes formas de uso, entre os quais certo formato de futebol de rua que foi extirpado no bojo de outras práticas cotidianas então presentes na cidade.

Podemos até nos perguntar se a decadência organizacional dos times e das “trocinhas” de rua não acompanhou a decadência organizacional da sociedade civil, cada dia mais individualista, isolada, apolítica.

Entretanto, é importante salientar que nem tudo se dissipou quando se trata dos grupos infantis presentes nas ruas de São Paulo.

A existência dos castigos se mantém, por exemplo. Tanto os castigos físicos como os de segregação (temporária ou permanente), que eram difundidos nas trocinhas, podem ser verificados em boa parte dos grupos que brincam e jogam na rua. O agrupamento, embora menos complexo em sua organização, também se manteve, mostrando que esta possibilidades de convívio ainda não foi substituída por uma gama de atividades especializadas em lugares especializados (como, por exemplo, as aulas de futebol já citadas aqui).

Com relação à classe social das “trocinhas”, Fernandes diz que:

[...] apesar de nosso estudo não ter abrangido todas as áreas ecológicas da capital, acreditamos que, por sua própria natureza (forma-se nas ruas, etc.), as “trocinhas” são, em sua maior parte, constituídas pelas crianças pobres e de classe média. (FERNANDES, 1961: 166)

Nisso, ao que parece, não houve grande alterações. O uso da rua como lócus de divertimento, de sociabilidade, de encontro e permanência, continua sendo realizado majoritariamente por crianças pobres (nos bairros pobres, essencialmente os periféricos) carentes de lugares especializados para o encontro, de outras possibilidades. O uso da rua para o divertimento, jogo, diversão, permanência, é gradativamente substituído por lugares especializados para brincar e jogar, criando segregações e ampliando, em muitos casos, as limitações das crianças pobres. Pois a rua permite embora cada vez menos, uma infinidade de práticas e apropriações possíveis. Mas, como trataremos em outros momentos, o uso da rua sofre pesados ataques pois, entre outros problemas, a rua deixou de ser um lugar de estar, para ser fundamentalmente um lugar de passar.

No curso do desaparecimento de uma infinidade de brincadeiras infantis [para citar algumas descritas por Fernandes (FERNANDES, 1961: 50): “jogo de amarelinha”, “jogo de bolinha”, “pular corda”, “jogo de pião”, “brincar de esconde-esconde”, “brincar de unha mula”, “brincar de casinha”, “brincar de médico”, “brincar de pegador”, “brincar de tata”, “jogo de barbante” etc] poderíamos perguntar por que algumas atividades resistem e se reproduzem enquanto outras vão se tornando cada vez mais raras. Longe de tentar responder a cada uma destas brincadeiras (até porque sua diminuição e desaparecimento variam de bairro a bairro, de cidade a cidade), arrisco-me a afirmar que a manutenção da prática do futebol nas ruas da Zona Leste de São Paulo foi possível também por ser o futebol uma atividade moderna, amplamente aceita e difundida na sociedade, que possui destaque na mídia, que, em sua forma profissional, movimenta quantidades eloquentes de dinheiro, e no Brasil é tida como uma profissão de destaque, de respeito. Não são raros, em meio aos meus trabalhos de campo, a existência de garotos que me perguntam se sou “olheiro” ou auxiliar de algum empresário ou algo do tipo, como se pudessem, jogando na rua, serem observados por alguém que os levaria ao futebol profissional. É desconhecida por mim a existência de olheiros, empresários e outros negociantes do futebol que saem às ruas atrás de jogadores, mas muitos meninos querem crer nesta hipótese, processo que evidencia que nem mesmo o futebol de rua pode ser totalmente desligado das relações e ideologias do capital. Já que o futebol de rua também tem parte na reprodução das relações capitalistas de produção pois está ligado à venda de camisetas, tênis, bolas e outros adereços futebolísticos, além de que os jogadores de futebol de rua assistem e em muitos casos, se espelham, querem copiar, os jogadores

profissionais os vendo pela TV, dando ibope e alimentando o futebol espetacular.

Diferente das outras brincadeiras de cunho folclórico, que não possuem destaque na mídia, nem a possibilidade de profissionalização e enriquecimento/reconhecimento, as brincadeiras perdem em disseminação, são desprezadas, andam, de certo modo, na contramão da história, isso, é claro, quando também não são travestidas e incorporadas na reprodução do capital como mercadorias.

Torna-se, com alguma rapidez, cada vez mais difundida a idéia de que a rua não é um lugar bom para permanência. Associada cada vez mais à violência e a criminalidade, ao crescente número de carros que transitam e às más influências e amizades, a rua não escapa da crise que assola a cidade.

O movimento que, gradativamente, vem caracterizando a rua como imprópria à permanência, ao uso, não se desassocia do que vem valorizando os espaços privados (clubes, shoppings, parques, academias...) e especializados, como sendo os legítimos espaços onde se deve praticar os esportes, os lazeres, os encontros etc. Esse movimento se insere naquilo que vai:

[...] marcando a passagem do processo de consumo *no* espaço ao consumo *do* espaço revela a tendência à destruição das condições de realização da sociabilidade pela tendência à eliminação do encontro, submetido cada vez mais à mercadoria. (CARLOS, 2004: 11.)

E neste sentido:

Constata-se hoje a tendência segundo a qual, cada vez mais, os espaços urbanos são destinados à troca – o que significa que a apropriação e os modos de uso tendem a se subordinar cada vez mais ao mercado. Em última instância, significa que existe uma tendência de diminuição dos espaços – onde o uso não se reduz à esfera da mercadoria e o acesso não se associa à compra e venda de um 'direito de uso temporário'. Isto é, cada vez mais o lazer e o flamar, o corpo e os passos são restritos a lugares vigiados, normatizados, privatizados. (CARLOS, 2001: 64)

Mas nem sempre foi assim. Florestan Fernandes destaca a importância da rua como

formadora de grupos infantis (trocinhas) e como locus de aprendizado. Quando seu grupo de pesquisadores perguntava onde a criança tinha aprendido aquelas brincadeiras, folclores ou jogo, “a resposta vem pronta e imutável: ‘aprendi na rua’”. (FERNANDES, 1961: 171)

O autor ressalta ainda que boa parte dos elementos constitutivos da cultura infantil é proveniente dos adultos. Cita “romances velhos datados do século XVI” que foram sendo transformados em jogos e brincadeiras, e:

[...] transferindo-se por aceitação, como falamos, aos grupos infantis através desse mecanismo do ‘*aprendi na rua*’, conserva-se até hoje, séculos ou dezenas de anos depois, conforme a composição. O notável, nisso tudo, é que a maioria dessas composições já desapareceu entre os adultos, mesmo em Portugal, permanecendo, entretanto, entre as crianças. (FERNANDES, 1961: 172)

É bastante significativa tal profusão, pois evidência a permanência, com suas devidas transformações movidas pela prática, de hábitos presentes por longos períodos na cultura infantil e que via de regra foram difundidos, apreendidos e praticados na rua. Trás luz à potência da apropriação da rua enquanto espaço de reprodução de práticas culturais, enquanto lugar historicamente reconhecido como sendo também da infância, das crianças.

Mas, em 1959, Fernandes já se depara com uma cidade que se transformou depressa, rompendo suas ligações com o passado tradicional e dando nova feição à organização da vida no Brasil.

O fenômeno da urbanização em São Paulo, profundamente atrelado à reprodução do capital, eliminou uma infinidade de brincadeiras de jogos, atividades culturais e brincadeiras infantis, ao:

- eliminar os terrenos baldios com a voraz especulação imobiliária;
- valorizar os espaços privados (clubes, academias, parques temáticos, shoppings etc.) em detrimento dos espaços públicos (praças, ruas, largos, vielas etc.);
- criar mercadorias infantis²¹ que substituem as práticas infantis gratuitas,

²¹vídeo games, ou os jogos de tabuleiro como o “*Banco Imobiliário*” em que as crianças são adestradas a comprar terrenos, realizar investimentos, e ganham e perdem quantias que representam dinheiro; ou o “*Jogo da Vida*”, em que a brincadeira é ter uma profissão que pague bastante dinheiro.

transformando a infância em um mar de mercadorias.

Neste sentido, o futebol de rua, assim como o pipa e as outras brincadeiras e jogos que sobrevivem na rua, se colocam como resíduo de outra concepção de uso da rua e até mesmo de infância. Sufocado pelo automóvel, pela violência, pelas brincadeiras eletrônicas, fruto da carência dos chamados equipamentos de lazer (parques, quadras poliesportivas), o uso da rua para jogos e brincadeiras infantis está na contramão do que se impõe com os espaços especializados e pagos (mercadorias).

O futebol de rua

Desde os primeiros anos deste século, uma febre invadiu todas as ruas, quintais, portas de fábrica terrenos baldios, e o que mais houvesse. Era o futebol. Esta foi a primeira grande festa do povo, fora da perspectiva da Igreja. (...) A sociabilidade de bairro foi enormemente enriquecida com o futebol. (SEABRA, 2000: 14)

1

A dança do futebol é constituída de gestos técnicos, precisos, não aleatórios, de controle do espaço, do tempo e do Outro... E, de fato, no futebol como em toda outra dança, o corpo é instrumento de dominação, de excitação, de sublimação. E também de entrega, de auto-abandono, de cooperação... (FRANCO JUNIOR, 2007: 226)

Na condição de dança, o futebol de rua vai apresentar seus passos singulares, próprios.

As roupas, suas cores, os amuletos, os rituais, os símbolos... fazem parte da forma constitutiva da dança do futebol profissional. E, em suas proporções, também se apresentam como características do futebol de rua. Ainda que na brincadeira, talvez por ser mesmo brincadeira, o moleque usa a camisa do jogador profissional dos grandes clubes (muitas vezes internacionais) imaginando-se no grande clube, imaginando-se no lugar do craque de quem ele veste a camisa, imaginando-se, no limite, o próprio craque. Não é raro, ao fazerem gols, os meninos gritarem (imitando o narrador da TV) não seu próprio nome, mas sim o nome do ídolo que “brincam” ser.

2

A ausência, em áreas periféricas, de outras possibilidades de lazer ou de espaços especializados de lazer, como, por exemplo, espaços culturais ou esportivos gratuitos, reforçam e sobrecarregam o gosto e a prática de futebol e do pipa, que apresentam a rua como o principal lugar de suas manifestações.

É nos bairros periféricos da cidade de São Paulo que o futebol de rua é mais disseminado. Sem outra opção, as crianças vêem na rua o único lugar possível para correr, jogar, empinar... e por isso subvertem a rua, se apropriando dela na medida do possível, fazendo com que ela deixe de ser exclusivamente dos carros.

E se o futebol é hoje a manifestação cultural mais disseminada e reconhecida no Brasil, a

rua, assim como os terreninhos, a praia etc., são espaços fundamentais, imprescindíveis neste processo. Talvez isso se dê pelo fato de que antes da cidade ser um acúmulo de lugares especializados e desconexos, alguns lugares, como a rua, se multiplicavam em diferentes formas de apropriação, e ainda hoje, sobretudo nos bairros periféricos, de algum modo a rua ainda é vista e usada em suas múltiplas possibilidades. Se por um lado a ausência de outros lugares possíveis faz da rua o lugar de jogo, a rua historicamente se colocou como possibilidade de permanência, como lugar de jogo.

3

Enquanto representação e não realidade em si, o futebol possibilita uma adesão, um envolvimento, diferente daquele exercido na vida. O trabalhador é expropriado constantemente e sofre com esta condição ininterruptamente. A crueldade assola sem trégua seu cotidiano. Já no futebol, esta potente representação em constante diálogo e com grande poder de influência no “mundo real”, permite ao trabalhador gozar momentos de felicidade. A vitória do seu time é, de algum modo, também sua, e disso ele se apropria e se glorifica, busca seu momento de superioridade, de realização.

O menino que joga na rua também representa. Como o ator ao assumir um papel, ele se posiciona feito o craque, tenta reproduzir seus dribles, seus gestos. Enquanto o menino brinca de ser o craque, parece deixar de ser o menino pobre que tem sua vida sofrida, castigada, e num lapso de tempo adentra, por meio do futebol, um mágico universo que por algum curto tempo se sobrepõe à realidade. Evidentemente tal universo mágico não está destituído do poder de persuasão que a imagem -repleta de fetiche- impõe ao cotidiano. A fuga da realidade propiciada pelo jogo também é tomada pelo espetáculo que impõe imagens como mediação nas relações sociais.

O futebol é válvula de escape, mas que já não consegue escapar do reino do espetáculo e da abstração da mercadoria dominando tudo que é vivido.

4

Se levarmos em conta a definição de Bourdieu de que o mais específico componente do esporte é a “manipulação regrada do corpo” (BOURDIEU, 1990: 220), percebe-se que o futebol de rua não possui uma identidade profunda com o esporte. Sua prática descomedida (sem nenhuma preparação com alongamentos, treinos, aquecimentos etc.) associada à fuga das regras, e suas muitas variações de rua a rua, de bairro a bairro, somados à ausência de árbitros (até porque se

existissem apitariam qual regra?) evidenciam a distância entre o futebol de rua e o esporte.

Jogos possuem um caráter lúdico, ao que parece os esportes já não se esforçam para manter esse compromisso.

“O abandono do lúdico é a traição que abre a porta a todas as outras”. (VANEIGEM, 2002: 273)

5

Os moleques, ao praticarem a *pelada* na rua, garantem a realização de certo futebol malandro e capenga, que é delimitado pelo passar do carro e parar do carro, que avança por cima das calçadas e usa as paredes e portões das casas para fazer a famosa “tabelinha” (em sua versão solitária). Quando jogado na praia, a maré dita alguns momentos do jogo. Faz-se assim uma determinada imposição do jogo num dado espaço/tempo. Ao se realizar no espaço, o jogo se reafirma como um criador de certo enraizamento momentâneo por parte do jogador com o lugar.

Ao mesmo tempo, jogar (e aprender a jogar) na rua é um exercício de improviso constante; é criar na rua um lugar possível, é transformá-la em campo (ainda que com linhas e gols bastante abstratos). Cria-se um campo que se constrói e se desfaz constantemente na medida em que, quando não se joga não é campo, e sim rua; já quando se joga, a rua - que virará então campo - se vê obrigada a mais uma vez voltar a ser rua no momento do carro passar. Com um campo bastante instável é compreensível que o jogo seja muito mais direcionado para a bola, sendo o terreno de jogo algo secundário e que não permite, ou ao menos dificulta profundamente, a possibilidade de uma organização tática.

6

O futebol na rua traz uma noção de proximidade, de permanência. O menino ouve os gritos do jogo enquanto come, o jogo está simultaneamente na rua e dentro de casa, o que nos permite pensar ainda, e de algum modo, na rua enquanto extensão da casa; e ao pararem de jogar, o jogo permanece: com restos de pedras ou garrafas pets que marcavam os gols, com a conversa que segue na calçada, com toques de bola de um ou outro que chega ou que não cansou de jogar ainda... Pode inclusive, ao longo de um dia ou de algumas horas, o jogo acabar e depois ser retomado incluindo novos jogadores que chegam... Isso pode acontecer porque na rua – diferente das quadras e campos pagos, com horários marcados –, não se paga nada, não há concorrências, nem horários impostos pelos espaços especializados fechados (o que existe são as regras de sociabilidade definidas

implícita ou explicitamente). A rua é para os carros, mas devidamente apropriada permite uma infinidade de usos desburocratizados, desmercantilizados.

Daí surge uma dupla subversão: a da rua que subverte o jogo, e a do jogo que subverte a rua.

7

Nesta pesquisa a rua é tomada como contexto da produção de certo futebol. E o futebol, por sua vez, é responsável, ainda que momentaneamente, durante os períodos de jogo, pela produção de certa rua. Ambas as produções não se fazem sem criatividade e subversão. Subverte-se o futebol (e para isso é necessário criatividade) para que se torne adaptável à rua, à ausência de juiz, de gols, de bola adequada, de sapatos adequados etc... E ao mesmo tempo subverte-se a rua, que deixa de ser um lugar para carros para ser *também* um lugar de pessoas se divertirem e jogarem. Nisso a rua ganha qualitativamente com usos variados que lutam contra a rua de mão única disseminada pela lógica do automóvel; é apontado um processo de ocupação e uso que está na contramão da lógica que atualmente rege a cidade.

8

Pelé também jogou bola na rua. Seu relato nos auxilia, afinal de contas é o Pelé, a compreender a importância da rua e de outros espaços improvisados na formação do futebol brasileiro e do brasileiro.

No livro “Eu Sou Pelé”, de 1961, o rei do futebol diz:

[...] saímos à procura de meias velhas para fazer a bola, após uma breve reunião defronte a minha casa. Não demorou muito e havia meias até demais, algumas quase boas ainda, com furinhos pequenos demais para que elas fossem jogadas fora. Fizemos a bola e logo armamos a nossa primeira ‘pelada’ oficial, na rua da minha casa. Sapatos serviam de traves (eram poucos os que tinham) para os dois gols. (SHIRTS, 1982: 55)

No filme “Divino”²², Ademir da Guia também declara ter jogado bola na rua, colaborando com a ideia de que a prática é fundamental (e não a raça ou a miscigenação) na formação dos craques, seja no Brasil ou noutro país.

São exemplos sintomáticos que demonstram a importância que a apropriação da rua já teve

²² “Um craque chamado Divino”, Pandora Filmes, 2006. Direção de Penna Filho. A declaração de Ademir da Guia sobre jogar na rua é feita durante os 37 minutos de filme.

não só na sociabilidade e numa forma disseminada de usar a cidade, mas na formação de gênios que marcaram a história do futebol.

9

Em muitos lugares da África a rua também se torna campo na expectativa não só de realização do lúdico, mas também como possível busca (via de regra frustrada) de uma profissão e de ascensão social. A tomada da rua, seguida de sua transformação em campo de futebol, não é exclusividade latino americana, aparece pelo mundo, onde não há lugares melhores e possíveis para se jogar. É a vontade de jogar, combinada com a ausência de lugares especializados para tal, atrelada a um histórico da rua como lugar de jogo, que faz a rua virar lugar de futebol pelo mundo afora.

Com os preparatórios para a Copa do Mundo de futebol de 2010, na África do Sul, vão sendo feitas partidas de futebol de rua com o intuito de contestar a Copa²³. E se o futebol de rua na África (assim como na América e, provavelmente, em outros continentes) não é uma fonte direta de jogadores profissionais, ele se apresenta, ocasionalmente, como forma de organização política e forma de contestação.

10

O futebol de alguma forma engendra-se na formação do sujeito que se apropria da rua por ser uma de suas práticas (talvez das mais importantes). E essa prática, constantemente exercida, influencia também aqueles que não jogam o futebol, mas que assistem parte dos jogos na calçada, ou que passam, ou que ouvem de dentro de casa a gritaria do futebol que atrapalha a TV.

O futebol de rua é eminentemente lúdico, e como tal se reafirma constantemente. Não pretende dar ênfase ao jogo enquanto prática esportiva, e sim “como momento lúdico da vida”. (SEABRA, 2008: 129)

11

O futebol de rua está, ao menos nos lugares observados durante os trabalhos de campo, mais associado às crianças e adolescentes. É cada vez mais raro ver um grupo de adultos jogando bola na

²³ Ver anexos texto e imagens sobre o futebol contestatório na África do Sul. Extraído de: <http://anarcopunk.org/noticias/?p=461>

rua. Talvez por que tal prática é rudimentar, provisória, inacabada. A ausência de gol adequado, o asfalto, os carros etc., inviabilizam ou dificultam que o jogo seja levado a sério.

12

Há no futebol de rua uma dupla determinação: ao mesmo tempo em que possibilita a aproximação dos grandes craques e dos grandes jogos por meio da prática e do sonho, ele também evidencia seus limites e particularidades, pois não se joga em campo gramado, não há espectadores, chuteiras famosas, nem mesmo o gol.

Permite alguma relação e associação com o futebol “grandioso”, mas ao mesmo tempo reforça sua condição “menor”.

13

Em algumas ruas observadas ao longo dos trabalhos de campo²⁴ os meninos não utilizam as calçadas como espaço de jogo. A bola, ao atingir a calçada, é recolocada em jogo por meio de uma cobrança de lateral (lançamento da bola com as mãos). Isso permite que outras atividades ocorram na calçada (como as meninas sentadas conversando e observando o jogo, os meninos de bicicleta, ou a brincadeira de crianças menores etc.). A luta pela viabilidade de lugares possíveis de serem apropriados se faz com aliados e inimigos num campo de batalha, campo de batalha que é o próprio objeto da conquista. Os meninos fotografados jogando na rua Name atacam a rua (usando-a) enquanto espaço restrito do automóvel, mas não utilizam as calçadas como campo de jogo.

14

O menino joga futebol na rua por diversão.

Não há olheiros pelas ruas, não é aí que os clubes vão para transformar habilidade em dinheiro. Os jogadores de rua, ao menos com os que conversei, não conheciam nenhum outro jogador de ruas próximas ou distantes que tivessem se tornados profissionais, sendo descobertos jogando na rua. Aliás, embora a literatura sobre o tema, em geral, não favoreça essa busca, nos textos lidos para essa pesquisa não me recordo de nenhum caso de “descoberta” na rua. Muitos aprenderam a jogar na rua, mas para se profissionalizarem se dirigiram às famosas *peneiras*²⁵, que

²⁴ Ver imagem 5 e 6 nos anexos, fotos tiradas na rua Name, na Vilá Ré, subdistrito da Penha. Fotos tiradas no dia 08/10/2008

²⁵ Nome comumente utilizado para designar as triagens e testes feitos pelos clubes em busca de novos jogadores.

são o lugar por excelência da transformação do saber jogar em mercadoria. O menino pode sair da rua e buscar a profissionalização (seja nas quadras ou campos), mas na rua não há uma sistemática de busca por jogadores.

15

O futebol de rua gera um universo de dribles, modalidades e regras próprias que não estão totalmente desconectados do futebol profissional dos campos gramados, mas que por possuir tantas especificidades (limitações físicas, improvisações, ausência de recursos, área de jogo adaptada, improvisada etc.) não pode ser exatamente como este. É singular.

Ao que tudo indica o futebol de rua não pretende “romper” com o futebol dos gramados, dos grandes campos²⁶, mas tenta se manter conectado a ele, se inspira nele, não o nega conscientemente, totalmente. O futebol de rua não nasce buscando se emancipar, nasce da apropriação da rua que se transforma em lugar de jogar, de empinar pipa, de conversar, namorar etc. O futebol de rua é só mais um a se opor à passagem, mais uma forma de dar outro sentido à rua, uma das possibilidades de apropriação. Se nos perguntarmos se “é futebol” ou “são futebóis”, podemos por um lado argumentar que a *pelada* (entre uma das concepções de *pelada* esta certamente o futebol de rua) não se pretende outro jogo, embora seja adaptada às mais diversas situações, contextos e realidades. Se perguntarmos a qualquer um que esteja jogando uma *pelada* na praia, na rua, em terreno baldio ou ainda em outros terrenos que jogo estão jogando, a resposta será unânime: futebol!

Podemos falar não em outro jogo, mas em variações do mesmo. Futebol ou futebóis é questão de opiniões, poderia ter dito Guimarães Rosa.

16

O tempo do futebol de rua é um tempo vivo, pulsante, e por isso, amplamente subversivo. A infância, ainda que subjugada, apresenta armas contra a sobrevivência, sua capacidade de se levar, de se opor à sobrevivência, é de grande potência e pode dar nela golpes duros. Sem pretensão, de forma despropositada, as crianças e jovens, ao jogarem bola na rua, criam momentos (situações?) de levante e alusão a uma vida autêntica, de pleno desenvolvimento dos sentidos, do corpo, da criatividade. Concebem e exercem a diversão sem mediações da troca, sem espaços especializados e consumíveis, sem especialistas, sem tempos pré-determinados. Negam e/ou ignoram a ausência de

²⁶ Embora a NIKE e outras empresas apostem em campeonatos de futebol de rua, tentando criar uma nova modalidade, para evidentemente atrair novos públicos e nichos mercadológicos.

equipamentos, de lugares destinados a seu “lazer”, reinventam por isso um lugar de passagem, criam por meio da prática lúdica e da subversão da rua um , lazer não programado. Toda vez que a liberdade de criar - sem mediadores, mercadorias e especialistas - é posta em prática é uma tentativa de levantar a vida, e ainda que por alguns momentos, a sobrevivência é duramente golpeada.

“Qual será o instituto científico que revelará a intensidade de radiações mortais que matam os nossos gestos cotidianos?” (VANEIGEM, 2002: 172)

Podemos então, a partir dessa indagação, nos fazer outra: que gestos podem ainda dar vida a esta espécie de morte que é sobreviver? Que gestos saltam para fora da sobrevivência?

Os futebóis de rua, variações das variações: modalidades e “regras”

[...] a subversão é a manifestação mais elementar da criatividade. A fantasia subjetiva subverte o mundo.

(VANEIGEM, 2002: 277)

Cravo a estaca dos meus passos,

o tamborim das ruas sente.

(MAIAKÓVSKI, 2001: 232)

Modalidades

São muitas as variações nas formas de se jogar futebol na rua. Jogos dos mais variados são praticados de acordo com o número de jogadores, ou do espaço que se pode utilizar. Assim, a apropriação da rua varia em intensidade e de acordo com as possibilidades (a presença maior ou menor de automóveis, ou um número maior ou menor de participantes, por exemplo). Por esse viés, o jogo de futebol de rua avança e se torna jogos, futebóis. A necessidade de adaptar o jogo à rua é associada à capacidade de criar variações, de inventar. Se não se pode jogar num campo gramado, mas a vontade de jogar é grande, adapta-se o jogo ao espaço que se tem, e certamente nisto reside um dos motivos que faz o futebol ter tal dinâmica e difusão. Não há possibilidades de levar o futebol para a rua e manter todo o formato (das regras ao número de jogadores) dos jogos dos campos e quadras oficiais. A mudança, talvez até mesmo uma reinvenção, mesmo sendo inevitável ainda requer criatividade, e prova que esta criatividade existe e está na grande variedade das modalidades de futebol de rua.

A rua é tomada, nesta pesquisa, como contexto da produção de certo futebol que, embora amplamente influenciado pelo futebol dos grandes clubes profissionais (nacionais e internacionais), não é exatamente o mesmo destes clubes, e nem poderia ser, já que seu *lócus* de jogo é severamente adverso do que o utilizado pelos grandes clubes. O futebol jogado na rua baseia-se, inspira-se, mira-se no futebol oficial (profissional, de campo gramado etc.), mas não pode - e talvez não queira - reproduzi-lo plenamente. E da mesma forma que baseia-se, em partes, neste futebol oficial, toma também outras bases e influências vindas de brincadeiras típicas de rua, oscilando assim entre o jogo e a brincadeira, dificultando a caracterização do futebol de rua como um em oposição ao outro. A brincadeira e o jogo são indissociáveis na composição do futebol de rua.

Se a rua muda significativamente a concepção e a execução do futebol, este, por sua vez, é responsável, ainda que momentaneamente, durante os períodos de jogo, pela produção de certa rua. Ambas as produções não se fazem sem criatividade e subversão. Subverte-se o futebol (e para isso é necessário criatividade), num misto de jogo e brincadeira, para que se torne adaptável à rua, à ausência de juiz, de gols, de bola adequada, de sapatos etc... E ao mesmo tempo, ainda que por um curto período de tempo, subverte-se a rua.

A seguir serão apresentadas as modalidades que encontrei mais disseminadas no futebol de rua presente na Zona Leste de São Paulo, mais fundamentalmente no bairro da Penha. É fundamental salientar que os nomes das modalidades que aparecem a seguir foram levantados na região e no bairro citados (e talvez sejam utilizados aí mais frequentemente); é possível que em outras cidades, ou mesmo em outras partes da cidade de São Paulo, apareçam jogos fundamentalmente semelhantes, porém com denominações diferentes.

É provável a existência de outras modalidades aqui não descritas, ou por não se manifestarem nas áreas da Zona Leste de São Paulo compreendidas por esta pesquisa (ou simplesmente não terem sido apreendida pela pesquisa), ou pelo fato de que novas formas de jogar na rua são constantemente criadas.

O Golzinho

O *golzinho* é uma modalidade bastante presente de futebol de rua. Este jogo consiste na utilização de duas pedras (ou chinelos, garrafas pets etc.) para a demarcação de um gol, e mais duas para a demarcação do outro. Estes pequenos gols estão voltados um de frente para o outro, com distâncias variáveis entre eles²⁷. O número de jogadores pode variar bastante, sendo que, em geral, o número mínimo é de dois jogadores para cada lado. Nos trabalhos de campo nas ruas da Zona Leste de São Paulo que pude realizar até aqui, foi observado que nos jogos de *golzinho* os times não ultrapassam, salvo raras exceções, quatro ou cinco jogadores para cada time.

Mas certamente o principal destaque desta modalidade de futebol jogado nas ruas é a ausência de goleiro. O gol normalmente possui pequenas dimensões e, em alguns lugares, os jogadores podem acertar a meta só depois de ultrapassar o que foi consentido como meio de campo. Quando os pequenos gols são montados de pedras ou chinelos, por exemplo, os chutes deverão ser rasteiros; caso contrário, a validade do gol pode ser questionada. Portanto, as jogadas de gols no jogo de *golzinho* são quase que em sua totalidade geradas por chutes rasteiros, ou por uma sucessão

²⁷ Ver nos anexos imagens 7, 8 e 9 com variadas formas de “golzinho”

de dribles que leva a bola até dentro do gol.

É também bastante disseminada a proibição dos jogadores de permanecerem postados muito próximos ao gol, como se fossem goleiros. Nos jogos de *golzinho* é bastante frequente ocorrerem discussões sobre a permanência excessiva de um ou mais jogadores diante do gol, defendendo que este em sua essência não pode ter goleiro. Neste sentido, o jogo de *golzinho* também livra todos os jogadores da geralmente renegada posição de goleiro. Nos jogos com goleiro, quando não há ninguém que queira assumir tal função, o mais comum é ocorrer um revezamento dos jogadores no gol. No *golzinho* esse revezamento se faz desnecessário.

Importante também é salientar que o jogo é medido em gols, e não em tempo. É o disseminado *vira três acaba seis*, ou *vira quatro acaba oito*, por exemplo. Estes jogos têm temporalidade bastante variada e podem ser bastante longos, na medida em que os gols podem demorar bastante para sair. Assim, a relação espaço-tempo é bastante diferenciada da do futebol convencional (seja o de salão, areia ou de campo, pois todos são delimitados por determinado tempo, não por determinado número de gols).

O *golzinho* é, se não o principal, um dos principais jogos de futebol de rua. É um exemplo típico da fusão de elementos do futebol profissional (tanto o de campo, como o de salão) com o ato de realizar brincadeiras lúdicas e despretensiosas com uma bola e um grupo de indivíduos, sobretudo meninos de uma faixa etária bastante variável (nas áreas estudadas foi possível ver o *golzinho* ser jogado por meninos que vão dos 7 anos de idade até os que já estão atingindo a idade adulta).

O jogo é fundamentalmente norteador pelo drible e pelos passes curtos, enquanto os chutes - por serem executados somente no campo de ataque e de forma com que a bola role próxima ao chão - têm um poder e uma utilização limitada.

O Golzão

Este jogo possui características bastante similares ao jogo de *golzinho*. O número de jogadores também pode variar bastante, mas o mínimo de jogadores é, via de regra, de três integrantes por equipe, podendo atingir até seis ou sete membros por equipe. É possível que o número de praticantes por equipe avance para além de seis ou sete por equipe, mas estas formações mais numerosas são raras, pois o tamanho das ruas (no bairro da Penha) dificulta maiores ampliações das equipes praticantes do *golzão*.

A diferença fundamental entre o *golzinho* e o *golzão* é a existência de um goleiro neste último²⁸. É relevante ressaltar que, em geral, o goleiro não é fixo, ele vai sendo revezado de acordo com os gols feitos ou tomados. Portanto os jogadores ora cumprem a função de goleiro, ora jogam na linha.

Assim, dada a presença de um goleiro, nesta modalidade se permite a realização de chutes variados (em distância e força) ao gol. O gol, tal como no *golzinho*, é feito geralmente de pedras, chinelos ou garrafas plásticas, o que dificulta a execução de chutes altos, mas permite o treino constante de chutes rasteiros.

Geralmente no início, ou mesmo ao longo da partida, é decidido um número de gols a serem atingidos por uma equipe para findar a partida e descobrir o ganhador. Aqui, assim como no *golzinho*, não é uma medida de tempo que delimita o fim do jogo, mas certo número de gols: é o *vira três acaba seis*, ou *vira quatro acaba oito*, ou *quem fizer cinco ganha*, por exemplo.

O *golzão* é certamente, junto do *golzinho*, a modalidade mais recorrente no futebol de rua nas áreas estudadas. E como no *golzinho*, há ruas em que a calçada faz parte do “campo” e há ruas em que ela é considerada área fora do jogo.

O “três dentro, três fora”

O *três dentro, três fora* é um jogo para três jogadores, sendo que um deles joga no gol. Geralmente um portão ou parte de um muro constitui o gol deste jogo, e a calçada delimita a área que o goleiro pode atuar²⁹. O jogo consiste em um jogador tocar a bola no ar para o outro, que então deverá chutá-la ao gol. Em alguns lugares este chute deve ser feito sem o domínio prévio da bola, o famoso *chute de primeira*. Há lugares em que se permite o domínio da bola para depois efetuar o chute. Mas em todos os lugares a bola deve ser chutada ao gol com uma troca de passes entre os dois jogadores de linha sem que a bola toque o chão. O jogo acaba quando se faz três gols, ou quando a bola é chutada três vezes para fora do gol. Há jogos em que os gols de cabeça valem por três e, portanto, finalizam a partida tanto se acertarem o gol, como se forem para fora dele. Há certos jogos em que, quando o goleiro defende a bola no ar sem que toque o chão, também se conta como um chute para fora. Se os dois jogadores fazem três gols (ou um de cabeça em dados lugares) eles vencem, e ambos permanecem jogando, no caso de haverem outros jogadores de fora do jogo (o que costumeiramente se chama de *próximo*); o jogador de fora vai entrar no gol, no lugar daquele que acaba de sofrer três gols. Se os jogadores da linha errarem três chutes (ou em determinados

²⁸ Ver imagens 10 e 11 dos anexos.

²⁹ Ver anexos imagem 12 em que tal modalidade aparece sendo jogada, excepcionalmente, em traves de ferro.

lugares quando o goleiro realizar três defesas no ar, ou quando se cabecear uma bola para fora) o jogador que errar o último chute ou cabeçada sai do jogo, e o jogador que estava no gol passa a jogar na linha.

Este jogo é bastante diferente, tanto no formato como nos objetivos, do futebol de campo, de areia ou de salão. Do fato de dois jogadores jogarem juntos contra um solitário goleiro, aos chutes exclusivamente com a bola no alto, facilitando o treinamento dos mais diversos tipos de chutes, voleios, meias bicicletas e bicicletas, quase tudo destoa do que chamamos de futebol. O fato das bolas chutadas para fora terem o mesmo valor das que são chutadas no gol também são destoantes do futebol convencional. Em certos lugares a bola que o goleiro encaixa (tipo de defesa em que o goleiro não solta a bola) sem tocar o chão também tem peso de gol, valorizando o goleiro e exigindo maior precisão do ataque, que deve evitar a defesa do goleiro e o chute para fora do gol; já a cabeçada tem um poder triplicado em relação ao chute, e sua execução pode tanto ganhar como perder o jogo sumariamente.

O *três dentro, três fora* é uma modalidade bastante disseminada nas ruas onde se pode encontrar a presença do futebol, e é um exemplo bastante emblemático da capacidade de subverter o futebol e adaptá-lo aos mais diferentes contextos, construindo diferentes modalidades que tem como, digamos, matriz, o futebol profissional. A criatividade foi fundamental para conceber esta modalidade futebolística, como se faz fundamental também para a prática de tal jogo.

O fato de tal jogo poder ser praticado com só três jogadores também é significativo, pois permite que este seja jogado quando não há mais jogadores para executar outras modalidades. Tornou-se comum em minhas andanças de trabalho de campo ver meninos jogando o *três dentro, três fora* enquanto esperam por outros para realizar outros jogos e outras brincadeiras. Vi este jogo servir tanto como aquecimento para outros futebolis, como de distração para os poucos que se encontram na rua com vontade de jogar, ou ainda como o jogo por excelência em certas ruas, onde meninos, mesmo quando numerosos, preferem jogar esta modalidade quando poderiam jogar outras.

Fato relevante que ainda permeia o *três dentro, três fora* é que por ser jogado por três jogadores na parte da rua próxima à calçada (sendo o gol na calçada e o goleiro assim permanecendo nela), este jogo pode até mesmo ser jogado em ruas onde o fluxo de carro é maior, ou mesmo constante. Porém, ao menos nas áreas visitadas, este jogo, assim como as outras modalidades de futebol de rua, se desenrola em ruas onde o fluxo de carro não é constante. O que nos permite concluir que não é o futebol que expulsa o carro, ou que convive com ele, mas onde o carro não se impõe com frequência arrasadora o futebol de rua pode existir.

Linha e Rebatida

Outra modalidade de futebol bastante disseminada nas ruas em que há a existência de futebol em São Paulo, também com três jogadores, é o *dois na linha e um no gol*, também conhecida pelo nome de *linha*. Aqui, *como no três dentro, três fora*, dois jogadores jogam na linha enquanto um é goleiro. Entretanto, os dois jogadores da linha jogam um contra o outro, devendo fazer gols e evitar que o outro também os faça. Só há um gol, e o goleiro é ao mesmo tempo goleiro dos dois “times”. Em uma hora evita o gol de um, outrora do outro. É herói e vilão simultaneamente.

Este jogo também tem seu fim estipulado por certo número de gols, e pode ter outras versões, no mesmo formato, mas com maior número de jogadores, ou seja, dois jogadores contra outros dois e ambos atacam num mesmo gol, com um mesmo goleiro³⁰.

O jogo de *linha* é geralmente praticado por um número ímpar de jogadores, na grande maioria das vezes jogam três ou cinco jogadores (sendo um o goleiro). É possível encontrar este jogo sendo jogado por mais jogadores, mas geralmente quando há um número maior que cinco a modalidade mais disseminada e preferida é, sem dúvida, o *golzinho*.

Assim como no *três dentro, três fora*, o goleiro do jogo de *Linha* defende um portão ou parte de um muro que é transformado em gol. Em várias ruas é comum se deparar com muros pintados delimitando um gol.

Este jogo possibilita a execução e treino dos principais fundamentos do futebol: o passe, o drible, a marcação e o chute. Além de possibilitar a existência do goleiro, figura nem sempre necessária, e geralmente menosprezada ou ignorada, nas modalidades de futebol jogadas na rua.

Em alguns bairros (até mesmo no da Penha, ainda que neste seja exceção) o que se denomina jogo de *Linha (ou de Rebatida)* é outra modalidade, em que dois jogadores se desafiam e desafiam um goleiro (mais uma vez solitário e jogando contra dois adversários que pretendem superá-lo). Nesta modalidade de jogo de *Linha (ou Rebatida)* os dois jogadores adversários se revezam em chutes de bola parada (similar a cobrança de um pênalti) ao gol. Cada possibilidade vale certo número de pontos. Por exemplo, se o goleiro defende (sem rebote), ou a bola é chutada para fora, o batedor perde pontos (a pontuação varia bastante de bairro a bairro, até mesmo de rua em rua). Se o batedor executa o gol ganha certo número de pontos. Se a bola é chutada na trave, em geral, o número de pontos ganhos pelo batedor é maior que o número de pontos ganhos na execução

³⁰ Em sua dissertação “Futebol de rua uma rede de sociabilidade”, Hideo assim define o “linha”: “dois ou mais jogadores disputam a bola entre si até atingirem um determinado número de gols, quando o goleiro é substituído pelo perdedor” (TOKUYOCHI, 2006: 47)

de um gol. E mais, os dois jogadores que se revezam nos chutes disputam o rebote quando a bola é chutada na trave (ou mesmo rebatida pelo goleiro), driblando um ao outro e buscando a realização do gol por meio do chute ou do drible no goleiro (o que vale certo número de pontos). Por isso, há lugares em que o nome desta modalidade é *Rebatida* pois o jogo de dribles só entra em ação quando a bola é rebatida, seja pela trave (o que vale mais pontos, e por incrível que pareça, o maior objetivo deste jogo é o chute na trave para pegar a rebatida) ou pelo rebote dado pelo goleiro.

Portanto este é um jogo singular, pois o objetivo maior é acertar a trave para pegar a bola rebatida e aí sim executar o gol. É um jogo essencialmente de chutes, em que o drible e o enfrentamento direto entre os batedores só se dá depois da rebatida na trave ou do rebote do goleiro.

Nas ruas visitadas foi possível notar que a *rebatida* é um jogo bem menos jogado que as modalidades citadas anteriormente. Sua prática também se dá em quadras de prédios, escolas e condomínios, por exemplo. Mas ainda assim é um jogo quantitativamente menos executado.

O Paredão

O *paredão* é se não a mais, uma das mais destoantes modalidades presentes no futebol de rua quando comparado ao futebol de campo, salão, societ ou de areia. Até onde pude constatar é uma modalidade bem menos difundida que o *golzinho* e o *três dentro, três fora*, e mesmo a *linha*. Pode ser jogado em número bastante variado de jogadores (pude ver mais de 14 jogadores no mesmo jogo). Os jogadores, numa certa ordem de sorteio, se intercalam chutando a bola em direção a um muro, e este chute deve ser de *primeira* e, se não atingir o muro delimitado para o jogo, o jogador deverá ir para o paredão, ou seja, para o muro onde todos os outros estão chutando a bola. Os jogadores que estão no paredão deverão se esquivar da bola. Cada jogador que erra o chute no paredão (ou em um dos jogadores que estão no paredão) vai para o paredão. O jogo termina quando o último jogador erra o chute. Os jogadores que foram acertados pela bola quando estavam no paredão permanecem neste o número de rodadas que a bola o atingiu.

Portanto esta é uma modalidade de futebol em que não existe gol. O objetivo é acertar o chute *de primeira* na parede delimitada ou nos jogadores que estão no paredão, e quando errar o chute ir para a mesma parede delimitada e se esquivar dos jogadores que ainda estão chutando. É um jogo que possui alguma agressividade, visto que as pessoas que erram seu chute e permanecem no paredão tornam-se alvo das que continuam chutando. O objetivo é permanecer o máximo de tempo chutando a bola no paredão e nos jogadores que nele estão. O alvo é ou a parede delimitada para o jogo, ou ainda um dos que estão no *paredão*. Assim, este jogo permite o treino de chutes

fortes, em velocidade, em alvos móveis, é quase um tiro ao alvo em sua versão futebolística.

O *paredão* é raro de ser visto e muitos meninos com quem pude conversar e que jogam outras modalidades de futebol nas ruas da Zona Leste, sobretudo no bairro da Penha, não tinham conhecimento desta modalidade de jogo. Ao que tudo indica é uma modalidade que está próxima do esquecimento e do desaparecimento.

Este é mais um jogo que prova a imensa capacidade de transformação e de criação que parte do futebol convencional e caminha em direção à criação de diversas outras modalidades futebolísticas, numa mistura de futebol com tiro ao alvo, e com uma brincadeira que já povoou o espaço das ruas: a *queimada* (brincadeira de duas equipes que tentam acertar a bola uma na outra, de forma a eliminar gradativamente os membros do grupo adversário).

Não me resta a menor dúvida de que estas modalidades e toda a capacidade de (re)inventar futebolis em suas mais diversas variantes estão intimamente relacionadas à alta qualidade do futebol brasileiro.

O bobinho

O bobinho é uma variação do futebol (ou será uma modalidade?) que se joga nas ruas e em vários outros terrenos, e que os jogadores profissionais passaram a adotar nos treinamentos técnicos e de aquecimento, evidenciando que é pequena a distância entre essas variações e modalidades “marginais”, e o futebol profissional, sendo que muitas vezes o profissionalismo adota práticas informais de jogo em seus treinos.

Este jogo, que também não possui gol, consiste numa roda de jogadores (de número indeterminado e podendo variar de três jogadores a uma ou mais dezenas de jogadores) que tocam a bola uns aos outros enquanto um único jogador se esforça para roubar esta bola de alguém³¹. Quando este jogador sem bola finalmente consegue roubar a bola, ele passa a ocupar o lugar daquele que a perdeu. O perdedor da bola então torna-se o bobinho até que roube a bola de alguém, e esse alguém torna-se bobinho, e assim sucessivamente³².

Há lugares em que, quando o jogador que está de bobinho toma uma bola entre as pernas (este drible possui variadas denominações: *saia*, *sainha*, *caneta*, *canetinha*, *rolinho*, *etc.*), deverá permanecer como bobinho por mais tempo.

³¹ Ver imagem 13 dos anexos

³² Em sua dissertação “Futebol de rua uma rede de sociabilidade”, Hideo assim define o “bobinho”: “jogadores realizam passes evitando que um jogador (o “bobinho”) pegue a bola.” (TOKUYOCHI, 2006: 48)

Este é um jogo notório, pois não há fim, é cíclico. Não é medido nem por tempo (como o futebol convencional) nem por gols (como *no três dentro, três fora, ou no golzinho*).

Não pretendo com essa pequena descrição das modalidades de futebol presentes nas ruas da metrópole paulista, sobretudo em seu lado Leste, mais especialmente no bairro da Penha, dissecar por completo todas as modalidades de jogos (exercício que demoraria bastante tempo e que dificilmente alcançaria uma totalidade absoluta, visto que novas modalidades podem surgir a todo momento). Pretendo, sim, evidenciar algumas das muitas reinvenções e subversões que fazem parte do cotidiano futebolístico de muitas crianças, jovens e também adultos, com as modalidades mais disseminadas e presentes nos jogos realizados por estes. Pretendo também evidenciar a profundidade de significações que tem tais práticas na realização da descontração, da sociabilidade e do lúdico na vida dos jogadores.

O driblinho

Uma variação menos aprimorada do bobinho. Pode ser jogado por dois ou mais jogadores, mas são raros os jogos de driblinhos com mais de seis ou sete participantes. Isso porque o jogo é individual e o portador da bola se esquia correndo e driblando com a bola da perseguição dos outros participantes, que tentam fazer o mesmo ao portarem a bola. É um jogo (talvez seja melhor falar em brincadeira) instantâneo, sem organização prévia de gols, e geralmente é jogado enquanto se espera pela vez de jogar outra modalidade de futebol de rua, ou pela falta de jogadores para realizar outro tipo de jogo. Hideo³³ também se deparou com o driblinho em suas pesquisas.

A roda de embaixadas coletiva

Um número variado de jogadores (podendo ser de no mínimo dois e chegando a mais de uma dezena) se juntam e formam um círculo onde aleatoriamente a bola é tocada, sem que caia no chão, de um para outros. Em algumas rodas, os jogadores que executarem passes errados ou não recepcionarem bem a bola, deixando a cair no chão, são eliminados³⁴.

Nas praias da cidade do Rio de Janeiro é prática muito comum o jogo de *altinha*, forma como é denominada a roda de embaixadas coletiva. Em Ipanema, no Leme e em Copacabana é

³³ “jogo de um jogador contra um outro para desenvolver a habilidade do drible.” (TOKUYOCHI, 2006: 48)

³⁴ Hideo assim definiu a roda de embaixada: “jogo de habilidades com a bola envolvendo embaixadas e passes entre os participantes. Uma variação entre jogadores habilidosos é não deixar a bola tocar o chão” “Futebol de rua uma rede de sociabilidade” (TOKUYOCHI, 2006: 48)

possível ver uma infinidade de grupos praticando tal jogo, mas há pouco tempo a prefeitura proibiu o jogo de *altinha* a beira do mar.

Nas ruas da Penha esta prática é comum em momentos de descontração antes, depois ou mesmo enquanto o time que está de fora aguarda a sua vez para jogar o *golzinho* ou *golzão*. Desconheço a existência de ajuntamentos para jogar exclusivamente essa modalidade nas ruas, sendo ela mera desconcentração e não tendo o mesmo valor e grandeza que o *golzinho* ou o *golzão*, por exemplo³⁵.

As regras, suas ausências

“A presença do árbitro dá, de fato, forma acabada ao processo de sublimação ou eufemização da violência física nos jogos, ligada ao monopólio desta pelo Estado...” (WISNIK, 2008: 105)

Assim como com a profusão de modalidades, as regras dos futebolis de rua não seguem – nem de perto – as exigências da FIFA, seja para os gramados, quadras ou areia. Inventam-se, adaptam-se e subvertem-se várias regras no futebol de rua.

O fato das regras da maioria das modalidades de jogo ser muitas vezes oscilantes, variáveis, auxilia no seu não cumprimento, como também nas trapaças. Mas por serem inerentes ao jogo de rua (e na pelada em geral) as regras não sólidas, sem rigidez, fazem também com que os jogadores a levem menos a sério. Assim se o desrespeito às regras é constante, é também – e sobretudo – constante a pequena importância atribuída as regras.

A paixão do jogo é incompatível com o sacrifício. Perder, pagar, suportar as regras, passar meia hora ruim é a lógica do jogo, mas não a lógica de uma Causa, não a lógica do sacrifício. Quando aparece a noção de sacrifício o jogo é sacralizado, as suas regras viram ritos. No jogo, as regras são dadas junto com uma maneira de ludibriá-las e de brincar com elas. No sagrado, pelo contrario, o ritual não consente brincadeira, ele só pode ser quebrado, transgredido... (VANEIGEM, 2002: 272)

A ausência de juiz é algo de grande relevância no futebol de rua. Figura estigmatizada, fruto de uma normatização que se pretende neutra, imparcial, o juiz é uma espécie de portador da verdade (reconhecido pelos donos da verdade: a FIFA). É ele quem diz o que é válido, correto.

³⁵ Ver imagem 14 dos anexos

O emburguesamento comercial do futebol trouxe outros aspectos do início da modernização capitalista. As decisões das partidas não eram mais resolvidas pelo diálogo entre dois juízes estipulados pelos times adversários; em vez disso, em 1891, um indivíduo 'neutro', o árbitro, era o único a decidir durante os jogos. (GIULIANOTTI, 2002: 21)

Provavelmente por ser quem regulamenta, quem dá as ordens, sendo a própria representação de poder, o juiz torna-se geralmente odiado por ambos os lados do jogo. É solitário (apesar do aparato dos bandeiras, do quarto árbitro etc.) e a ele caberá a palavra final de todos os atos realizados durante um jogo. Ele determina quando começa e quando acaba, mas nunca é venerado, aplaudido, e se faz um bom trabalho só fez o que deveria, não mais que sua obrigação. Costuma-se falar que o melhor árbitro (ou juiz) é aquele que passa despercebido.

No jogo de rua, é ousado afirmar, como em quase a totalidade das peladas jogadas no Brasil, o juiz é figura inexistente, negada, tornada desnecessária. Aliás, creio que esta ausência é uma das principais características da pelada. Nelas não há esse mediador, o portador da verdade. Há vários jogadores que estão de fora do jogo, esperando sua hora de jogar e que poderiam se prestar a ser juiz, mas ninguém o faz. A pelada, seja das ruas ou de outro terreno, está profundamente identificada com a ausência do juiz. Sua ausência é a ausência do representante de poder, da normatização pragmática, da aceitação do poder constituído. Não havendo o árbitro, não há a quem culpar e crucificar.

Pode-se pensar, inclusive, numa certa autogestão futebolística da pelada, já que todo o conjunto da prática é delimitado e acertado exclusivamente pelos praticantes. São os jogadores que decidem as regras do jogo, são eles que decidem, até mesmo durante o jogo, o que vai ou não valer sem intrusões externas.

O conjunto de regras e leis predeterminado pela FIFA e implementado pelas Associações nacionais e locais é propositalmente ignorado. Tal imposição formal é desnecessária ao jogo de rua.

A negação do juiz no futebol de rua se faz possível pelo seu caráter predominantemente lúdico, divertido, descontraído. Como, em geral, não se luta por reconhecimento, troféu, fama, títulos ou qualquer coisa que se dê importância em nossa sociedade, o que predomina é o sentimento de que não há nada em jogo se não o próprio jogo. A primeira e única finalidade da pelada é a realização do jogo, não seus resultados (embora se use os resultados para tirar vantagem do perdedor depois das partidas, ou para contar uma superioridade que não trará nada de prático, não dá dinheiro e tampouco fama. Serve apenas para “tirar sarro”).

Predomina no futebol de rua, como também na pelada em geral, o famoso *pediu, parou*, que

consiste na dissolução do árbitro, que é diluído e incorporado em parcelas por cada um dos jogadores. Todos atuam também como árbitros. O jogador que sofre a falta reclama por ela e, embora com certa frequência seja questionado, dificilmente seu pedido não é acatado. É rara também a existência de grandes brigas por causa de faltas ou de saídas de bola, até porque as saídas de bola são variáveis de lugar para lugar. Há lugares em que a bola é recolocada em jogo ao tocar a parede, ou água do mar, por exemplo, em outros lugares nesses casos o jogo segue normalmente.

Os momentos mais polêmicos continuam sendo os pênaltis. Há sempre discussões mais acaloradas quando alguém argumenta ter sofrido pênalti. Vale ainda lembrar que em várias peladas o pênalti foi extinto. Especialmente no caso dos jogos de *golzinho* o pênalti é inviável. Como se efetuaria a cobrança de pênalti sem a presença de um goleiro? O que costuma ser adotado em detrimento do pênalti, tanto no jogo de *golzinho* como em muitos casos de jogos com goleiro, é a cobrança de falta. Até porque em muitos casos não há sequer a delimitação de uma área do goleiro, o que inviabiliza a existência de pênalti. Há também as peladas e jogos de rua mais organizados, em que são feitas as marcas de área e são aceitos os pênaltis.

Seria algo interessante, embora extremante difícil, comparar as brigas, reclamações e desavenças nos jogos com e sem juiz. É claro que os jogos sem juiz são, em geral, mais descontraídos e informais, o que facilita a ausência de brigas e questionamentos, mas o fato de ser também o portador das regras e do poder que se divide de forma igual entre todos - pois todos têm o mesmo direito de reivindicar falta, saída de bola etc.- deve ser levando em conta. O jogo é regido por jogadores, não por alguém externo, alheio.

A ausência do juiz é característica elementar do futebol de rua, como de outras formas de pelada, e tal fato não só amplia a sua concepção lúdica como permite a este jogo exercer preceitos da democracia participativa, em detrimento da democracia representativa exercida pelos juízes.

É claro que podem haver regras mais rígidas, em que os jogadores não permitem ou tentam não permitir a trapaça. Mas em geral nos jogos onde não há nada em jogo a não ser o próprio jogo, as regras se fazem menos importantes que a diversão. Nestas partidas é frequente e disseminada a lógica do *pediu parou*, ou seja, o jogador que sofre a falta ou que vê a bola sair do campo reivindica a posse de bola. Esse mecanismo funciona com grande êxito em grande parte das partidas que pude assistir nas ruas da Zona Leste de São Paulo. Em campeonatos, ou em jogos valendo dinheiro ou qualquer outro ganho, torna-se mais complexo esse formato, pois ao envolver disputas e interesses, a intenção de trapacear muda de configuração objetivando a sobreposição sobre o outro.

Todo jogo envolve regras e jogar com as regras. Vejam as crianças. Elas conhecem as regras do jogo, lembram-se muito bem delas, mas trapaceiam, imaginam ou inventam continuamente falcatuas. Contudo, para elas, trapacear não tem o sentido que lhe atribuem os adultos. A trapaça faz parte de seu jogo: brincam de fazer trapaça, cúmplices até nas disputas. Com isso buscam um jogo novo. E às vezes essa busca tem êxito, e um novo jogo surge e se desenvolve. (VANEIGEM,2002: 271)

Competir não é jogar: tempo livre, o futebol de rua, o lúdico e o negócio contra o ócio

A vida deve ser vivida como jogo. (HUIZINGA, 2005: 22)

Só o jogo dessacraliza, só ele abre a possibilidade de liberdade total. Ele é o princípio da subversão, a liberdade de mudar o sentido de tudo aquilo que serve ao poder... (VANEIGEM, 2002: 272)

1

O tempo livre, de livre nada possui. Ele é expressão fundamental da sistematização e colonização da vida cotidiana. Onde se lê tempo livre, leia-se tempo do trabalho destinado ao consumo dos chamados lazeres. O tempo livre é tempo de realização da mercadoria dentro do cotidiano. Ele é uma deturpação em putrefação daquilo que aparecia como ócio. O tempo livre suprimiu o ócio, o lazer engalfinhou a diversão, e o esporte corrompeu o jogo. E tudo em nome da reprodução do capital no seio da vida cotidiana.

Mas o jogo, a diversão e o ócio sorrateiros, enquanto resíduos se manifestam aqui e acolá, carregando resquícios de outrora, lutando contra o rolo compressor da modernidade.

Pensando o tempo, vê-se que a conseqüência mais imediata e direta foi a de ter que administrar o uso do tempo. A noção de perda, de diminuição ou de ganho de tempo condicionou, em termos práticos, a modernidade; esta é a nossa questão. A modernidade cria a entrada no mundo do trabalho, no mundo da tecnologia aplicada ao mundo do trabalho. E a modernização da cidade, relacionada à urbanização, com os conteúdos em constante transformação, está nesse fluxo. É, portanto, nos quadros da vida urbana que aquele tempo, que não era tempo produtivo, passaria por enquadramentos sucessivos. Até o ponto em que todo tempo tende a ser produtivo, tempo qualificado pelo dinheiro. E, assim sendo, o que é o tempo que não é tempo produtivo? É o tempo do ócio que, enquanto tal, é intersticial, comporta práticas lúdicas e não se confunde com o tempo livre.

Tempo livre é uma categoria da modernidade que se insere funcionalmente no tempo produtivo da sociedade do trabalho. Tanto que tem dado margem a que se desenvolva a indústria do entretenimento. Atualmente é a indústria que mais cresce, da qual o turismo é a maior expressão, e na qual o futebol se insere como atividade superorganizada, organizada inclusive em nível global, movendo multidões em direção aos estádios em todo o mundo. (SEABRA, 2008: 135)

Jogar não é competir. O jogo impõe um salto qualitativo para além do cotidiano. Pois o jogo:

[...] é um intervalo na vida cotidiana. Todavia, em sua qualidade de distensão regularmente verificada, ele se torna um acompanhamento, um complemento e, em última análise, uma parte integrante da vida em geral. Ornamenta a vida, ampliando-a [...]. (HUIZINGA, 2005: 12)

Corrompido pela modernidade o jogo adentra uma confusão cega. Tomado pelo movimento da reprodução do capital que avança profunda e ininterruptamente sobre todas as atividades humanas, o jogo se desnorteia, mas como resíduo ainda resiste em algumas práticas quando luta para não se objetivar em lucro, quando se impõe como quem busca e que gera o nada. Nada pode ser jogo em série e levado a sério. O jogo autêntico se contrapõe a qualquer finalidade que não o próprio jogo, ele é um *em si*, e servindo a algo que não seja ele próprio perde sua condição de jogo. Ele é franca disponibilidade para o nada, destituído de qualquer finalidade, exercício de realização momentânea, separada e acoplada à realidade.

Huizinga assim definiu o jogo:

Numa tentativa de resumir as características formais do jogo, poderíamos considerá-lo uma atividade livre, conscientemente tomada como ‘não séria’ e exterior à vida habitual, mas ao mesmo tempo capaz de absorver o jogador de maneira intensa e total. É uma atividade desligada de todo e qualquer interesse material, com a qual não se pode obter qualquer lucro, praticada dentro de limites espaciais e temporais próprios, segundo uma certa ordem e certas regras. Promove a formação de grupos com tendência a rodearem-se de segredos e a sublinharem sua diferença em relação ao resto do mundo por meios de disfarces ou outros meios semelhantes. (HUIZINGA, 2005: 16)

Callois assim definiu o jogo:

[...] a palavra jogo evoca por igual as idéias de facilidade, risco ou habilidade. Acima de tudo, contribui infalivelmente para uma atmosfera de descontração ou de diversão. Acalma e diverte. Evoca uma actividade sem escolhos mas também sem consequências na vida real. Opõe-se ao carácter serio desta última, e por isso, vê-se qualificada de frívola. Por outro lado, opõe-se ao trabalho, tal como o tempo perdido se opõe ao tempo bem entregue. Com efeito, o jogo não produz nada – nem bem nem obras. É essencialmente estéril. A cada lance, e mesmo que estivessem a jogar toda a sua vida, os jogadores voltam a estar a zero e nas mesmas condições do início. (CALLOIS, 1990: 9)

Ao caracterizar o jogo como atividade não séria, oposição ao trabalho, os autores nos fazem lançar questões fundamentais que são procedidas de respostas evidentes: se o jogo não é uma atividade séria, será que os campeonatos e jogos profissionais de futebol (assim como as Olimpíadas, Copas do Mundo e outras grandes competições) podem ser considerados jogos? Não teriam se transformado em negócio espetacular?

Ainda, quando os autores afirmam que os jogos não produzem nada devemos nos perguntar se quando o jogo é tornado mercadoria (reproduzindo, portanto, capital) ele ainda se mantém jogo.

As competições esportivas imperam sintomaticamente num mundo em que tudo é disputa e competição. A disputa norteia e delimita o modo de ser e de existir (vestibulares, concursos, cargos, vagas, posições...). Você é o que ganha (e o que deixa de ser quando perde). Huizinga alerta para tal fato, pois salienta a discrepância entre o espírito lúdico e a competição.

Os *Situacionistas* também são categóricos ao afirmarem que a competição se opõe ao lúdico e corrobora com a manutenção de um modo de (sobre)viver embasado na vitória (no vitorioso) e na derrota (no derrotado), impondo a competição em todos os âmbitos da vida.

O sentimento da importância de ganhar no jogo, quer se trate de satisfações concretas ou na maioria das vezes ilusória, é o mal produto de uma sociedade má. Sentimento esse naturalmente explorado por todas as forças conservadoras, que o utilizam para disfarçar a monotonia e a atrocidade das condições de vida que impõe aos outros. (JACQUES, 2003: 60)

Esta pesquisa busca também compreender, entre outras coisas, como se insere o futebol de rua neste enredo entre o lúdico e competitivo, o jogo e o esporte.

Segundo Callois “Os jogos de competição conduzem ao desporto” (CALLOIS, 1990: 15)

Ao que tudo indica é este o caminho trilhado pelo futebol profissional. Mas e o futebol de rua? Sem tamanho caráter competitivo não teria ocupado uma faixa intermediária entre o desporto e o jogo essencialmente lúdico? Ou então não seria o futebol de rua um dos resistentes expoentes, um resíduo, do jogo e da realização do lúdico em meio às mazelas do esporte e das competições essencialmente voltadas para a obtenção de lucro?

Huizinga foi categórico ao afirmar que o jogo “É uma atividade desligada de todo e qualquer interesse material, com a qual não se pode obter qualquer lucro[...]” (HUIZINGA, 2005: 16). Tal afirmação foi feita em 1932, período em que ainda não havia sido iniciado mais sistematicamente a

intensificação da reprodução do capital no interior do cotidiano, momento este em que os jogos, reduzidos à esportes e competições, passam a servir como potentes e valiosas mercadorias.

Mas Huizinga já nos traz, em 1932, apontamentos críticos a um profissionalismo crescente:

Ora esta sistematização e regulamentação cada vez maior do esporte implica a perda de uma parte das características lúdicas puras. Isto se manifesta nitidamente na distinção oficial entre amadores e profissionais... O espírito do profissional não é mais o espírito lúdico, pois lhe falta espontaneidade, despreocupação. (HUIZINGA, 2005: 219)

Para Huizinga o elemento lúdico é mais fundamental e importante que a organização sistemática de modalidades esportivas, que na modernidade, com suas sistematizações e regulamentações, estão exterminando o lúdico. Afirmar, na primeira metade do século XX, que o esporte “é sempre estéril pois nele o velho fator lúdico sofreu uma atrofia quase completa” (HUIZINGA, 2005: 220).

Portanto, encontrar aspectos lúdicos nos esportes em meio à todas as contradições trazidas pela modernidade não é tarefa simples, na medida em que a organização, a ciência, o profissionalismo e sua seriedade; o lucro e os lugares mercantilizados e especializados tomam e submetem o lúdico. Quando o lúdico é propagado e posto a venda ele já não existe em toda a sua magnitude.

“As necessidades da economia e do lúdico não combinam. Nas transações financeiras, tudo é sério: não se brinca com dinheiro.” (VANEIGEM, 2002: 269)

Poderíamos então nos perguntar se ainda há o lúdico.

Entendo que nos lugares descabidos, desprezíveis, sem grandes expectativas e sem a seriedade corrosiva do lucro e do profissionalismo ele ainda pode se manifestar. O lúdico sobrevive onde não chama a atenção, onde não é nem notícia nem mercadoria. Resiste esmagado pelo fetiche, pulsa aprisionado pelas grades do lazer, da mercadoria e do esporte.

Roger Callois também é categórico ao afirmar, assim como Huizinga, que os profissionais do jogo não devem ser encarados como jogadores, mas como trabalhadores.

Segundo Huizinga, há quem ache que o esporte é a apoteose do lúdico em nossos tempos (HUIZINGA, 2005: 220). Mas o esporte, para ele, nada mais é que algo que foi capturado, sistematizado e gestado para servir ao capital e ao espetáculo. Assim, nos vendem a carniça do cadáver em putrefação alegando ser a mais ativa e formidável forma de vida.

Mas se o esporte e as competições em geral dominaram a totalidade da vida cotidiana, impondo sobre ela a lógica abstrata do capital que converge tudo em números e quantidades, como considerar a possibilidade de real realização do jogo? Como poderíamos pensar na sua autêntica existência? Vaneigem, como outros tantos *Situacionistas*, via no jogo uma forma de potencializar o vivido, jogo sem ganhador, sem importância de resultados, jogo que combate a seriedade em prol do lúdico.

Penso que ainda hoje, em meio à selvageria da quantificação abstrata que domina o cotidiano e rege a sobrevivência ampliada, o jogo pode aparecer como forma de evidenciar as potências obscurecidas do cotidiano. Os *Situacionistas* estavam preocupados em destruir a sobrevivência ampliada de uma sociedade regida pelo capital, para colocar em seu lugar a vida cotidiana vivida em suas infinitas possibilidades, e viam no jogo um caminho e uma forma de realização deste projeto.

[...] o jogo rompendo de forma radical com um tempo e um espaço lúdicos acanhados, deve tomar conta da vida inteira [...] Enquanto em sua presente coexistência com os resíduos da fase decadente o jogo não consegue libertar-se completamente do aspecto competitivo, seu objetivo deve ser o de, no mínimo, provocar condições favoráveis para viver a vida de forma direta. Nesse sentido, ele é também luta e representação: luta por uma vida à altura do desejo, representação concreta da vida. (JACQUES,2003: 60/61)

Neste projeto de transformação revolucionária pelo e para o lúdico, Os *Situacionistas* embora partam de Huizinga, pretendem subverter, desviar e ampliar algumas das concepções de jogo desenvolvidas por este autor.

O elemento de competição deve desaparecer em favor de um conceito mais coletivo de jogo: a criação comum das ambiências lúdicas escolhidas. A distinção central a superar é a que se estabelece entre jogo e vida corriqueira, considerando-se o jogo como uma exceção isolada e provisória. (JACQUES,2003: 60)

Portanto o projeto *Situacionista* prevê a ampliação do lúdico e do jogo para todos os espaços da vida cotidiana, retirando dele – e rompendo com a definição de Huizinga – seu caráter reservado e limitado a espaços específicos. Por isso, o dia em que o lúdico se manifestar na totalidade da vida cotidiana, a vida será vivida como jogo.

Vaneigem afirma que um jogo sem reservas e livre deve possuir as seguintes características:

“[...] a recusa do chefe, a recusa do sacrifício, a recusa dos papéis, a liberdade de realização individual, a transparência das relações sociais.” (VANEIGEM, 2002: 271)

A noção de liberdade imbricada no jogo também é fundamental para Callois:

Todavia é indiscutível que o jogo deve ser definido como um actividade livre e voluntária, fonte de alegria e divertimento. Um jogo em que fossêmos forçados a participar deixaria imediatamente de ser jogo. Tornar-se-ia uma coerção, uma obrigação que gostaríamos de nos libertar rapidamente. Obrigatório ou simplesmente recomendado, o jogo perderia uma das suas características fundamentais, o facto de o jogador a ele se entregar espontaneamente, de livre vontade e por exclusivo prazer, tendo a cada instante possibilidade de optar pelo retiro, silêncio, recolhimento, pela solidão ociosa ou por uma actividade mais fecunda. (CALLOIS, 1990: 26)

5

Com efeito o jogo é essencialmente uma ocupação separada, cuidadosamente isolada do resto da existência, e realizada, em geral dentro de limites precisos de tempo e de lugar. Há um espaço próprio para o jogo [...] Em todos os casos, o domínio do jogo é, portanto, um universo reservado, fechado, protegido – um autêntico espaço. (CALLOIS, 1990: 26)

O jogo distingue-se da vida ‘comum’ tanto pelo lugar como pela duração que ocupa[...] É ‘jogado até o fim’ dentro de certos limites de tempo e de espaço. Possui um caminho e um sentido próprios. (HUIZINGA, 2005: 12)

A limitação no espaço é ainda mais flagrante do que a limitação no tempo. Todo jogo se processa e existe no interior de um campo previamente delimitado, de maneira material ou imaginária, deliberada ou espontânea... A arena, a mesa de jogo, o círculo mágico, o templo, o palco, a tela, o campo de tênis, o tribunal etc., tem todos a forma e a função de terrenos de jogo, isto é, lugares proibidos, isolados, fechados, sagrados, em cujo interior se respeitam determinadas regras. (HUIZINGA, 2005: 13)

Mas e no caso do futebol de rua? Embora os limites sejam de antemão estabelecidos, são constantemente invadidos, penetrados pelos automóveis.

Ao que me parece, no futebol de rua este espaço reservado é estabelecido na fragilidade de um espaço destinado a outras atividades (fundamentalmente a da passagem), que é tomado pelos jogadores, sendo que estes estabelecem e impõem a condição de espaço de jogo. Este espaço, porém, é penetrado e todas as reservas do espaço do jogo desaparecem por alguns instantes para, principalmente, carros ou pedestres passarem; assim que estes passam o jogo retorna. É como se

ocorresse uma paralisia momentânea, como se fosse congelado o espaço o jogo (todos os jogadores se mantêm parados aonde estavam, e o mesmo se faz com a bola), até que o “intruso” passe, restituindo-se então o espaço do jogo em sua plenitude. Portanto as reservas do espaço protegido e destinado ao jogo possuem algumas especificidades no caso do futebol de rua. Tais especificidades decorrem de uma luta pelo/no espaço, luta pela apropriação de um espaço que não se faz exclusivo ao jogo, mas que é tomado pelo jogo que luta para fazer deste um espaço separado, destinado ao jogo, mas que é constantemente penetrado por outras finalidades destinadas à rua. A dificuldade de apropriação (tão difícil – no limite impossível - nas cidades contemporâneas) se dá também de forma drástica no caso do futebol de rua, pois este busca transformar a rua em campo, em lugar exclusivo do jogo, tarefa raramente concretizada. Assim, o futebol jogado na rua se realiza destituído da exclusividade de um espaço separado, unicamente destinado ao jogo, seu espaço é frágil, penetrado por atividades externas ao jogo. Deste modo, a rua transformada em campo é regada de inconstâncias, é submetida a interesses e necessidades externas que minam momentaneamente o espaço separado, reservado. Desfaz-se e refaz-se com constância a rua em campo, o campo em rua.

Então, o futebol de rua aparece, ainda que residualmente, como luta pelo direito a uma cidade lúdica.

O futebol quando toma a rua, transpõe a realização do jogo para além dos espaços cindidos e especializados, reivindicando assim a manutenção de uma função social que a rua já possuiu em larga escala, quando o futebol de rua era amplamente difundido pela cidade³⁶, mas que hoje se faz exceção.

O espaço do futebol de rua, por não ser nada reservado ao jogo, pelo contrário, é cada dia mais e exclusivamente destinado à passagem, sobretudo de automóveis, avança para além das concepções dos espaços de jogo sagrados ou reservados e separados tal qual definiram Huizinga e Callois. O futebol de rua flerta, ainda que inconsciente e minimamente, com os ideais *situacionistas* de romper com a limitação espacial e temporal do jogo como algo externo e separado do cotidiano. O futebol de rua nega a necessidade um espaço reservado para realização do jogo, impõe um salto que mistura, funde, embola a rua enquanto lugar de passagem e, ao mesmo tempo, de jogo. A normatização dos espaços é uma mazela da qual o futebol de rua se esquivava como e o quanto pode.

Assim impulsionado para além do espaço reservado, avança para cima do cotidiano, leva o jogo para dentro da vida corriqueira, impondo o jogo no seio do cotidiano. Poderíamos pensar, inclusive, na possibilidade de compreender o futebol de rua como um projeto despretenso e

³⁶ Ver item: “O Fim das trocinhas” em que Florestan Fernandes evidencia a profusão de times de futebol de rua na cidade.

inconstante de uso e apropriação da cidade que visa espalhar o lúdico pelo urbano, retirando-o dos lugares especializados. Dessa forma, o jogo e a cidade se fundem num projeto comum e possível.

Ao longo da história da cidade de São Paulo, o futebol de rua evidencia um tempo em que a cidade e o lúdico tinham maiores afinidades, andavam mais juntos, e somados possibilitavam uma cidade mais lúdica; hoje não é mais que resíduo. O futebol anuncia, assim, um tempo em que a rua já foi essencialmente lugar de jogo, e evidencia um projeto de urbanização trazido pela modernidade que pôs fim à apropriação da cidade em prol do jogo e do lúdico.

6

Callois alerta para o fato de que “os jogos não são regulamentados e fictícios. São antes, ou regulamentados ou fictícios” (CALLOIS, 1990: 29).

No futebol de rua é comum vermos constantemente meninos jogando com regras (ainda que estabelecidas por eles mesmos) e ao mesmo tempo fingindo ser um grande jogador (Ronaldos, Robinho etc.). Nos trabalhos de campo realizados por mim, pude ver em várias oportunidades essa brincadeira de fingir ser um jogador famoso ao mesmo tempo em que se joga com as regras. Assim, o futebol de rua, por vezes, mistura *Agôn* (jogos de competição) com *Mimicry* (jogos e brincadeiras de imitação), mistura renegada por Callois e aqui afirmada como característica bastante presente no futebol de rua. Tal mistura nos alerta para um estágio que pode ser considerado intermediário, indissociável, entre o jogo e a brincadeira. O futebol de rua ocupa um lugar pouco preciso entre os dois, e por hora flerta de mais perto com um, outrora com outro. Podendo ser mais jogo em determinada rua, com determinados jogadores, e ser mais brincadeira em outra, com outros jogadores; ou ainda ser uma mistura complexa entre os dois.

Nota-se que nem todas as características que se aplicam ao jogo são aplicadas em sua totalidade nos futebolis de rua. Ao que tudo indica este ocupa uma posição limite entre o jogo e a brincadeira, possuindo características presentes em ambos. O que nos permite pensar, lembrando mais uma vez Huizinga, que em muitas línguas a distinção entre brincadeira e jogo sequer existe.

7

Todo jogo, segundo Callois (CALLOIS, 1990: 59), apresenta certa delimitação no número de jogadores. Nos futebolis de rua este número pode variar bastante, e nem sempre há um equilíbrio numérico entre as equipes. É comum um dos times ficar com um jogador a mais quando o outro time possui algum jogador com maiores habilidades, ou ainda quando um jogador é ruim de bola

(ou muito menor, ou com menos idade que os outros) pode ser colocado num dos times, mesmo que este time fique com um jogador a mais. Com frequência este jogador a mais é denominado “*café com leite*”, expressão que designa um jogador que oferece pouco perigo ao time adversário.

8

“O jogo não tem outro sentido senão enquanto jogo.” (CALLOIS, 1990: 27)

Assim, os meninos não jogam com o intuito constante de tornarem-se profissionais, jogam por prazer, por diversão. Sabem que no futebol de rua nenhum “olheiro” irá lhe tornar um profissional bem remunerado, sabe que se quiser tornar-se profissional terá que realizar testes em clubes. Nem mesmo jogando em times de várzea suas chances de se tornar profissional – ou seja, trabalhador da bola e não mais jogar de bola – são exequíveis. Só adentrando, e cada vez mais cedo (com doze anos muitos jogadores já são mercadorias valiosas, almejadas por grandes clubes-empresas internacionais) nos clubes e escolinhas profissionais poderão se tornar trabalhadores da bola.

[...] o jogo não é aprendizagem para o trabalho [...] O jogo não prepara para uma profissão definida; introduz o indivíduo na vida, no seu todo, aumentando-lhe as capacidades para ultrapassar os obstáculos ou para fazer face às dificuldades. (CALLOIS, 1990: 16)

A rua é só o lugar mais próximo e possível para se divertir jogando. Ela aparece, assim, como um lugar essencialmente de jogo, lugar onde o esporte não pode se realizar. Na rua o futebol não existe com outra finalidade que não seja a livre diversão, não possui finalidade estrita (a não ser atrapalhar a frenética passagem de automóveis).

9

A estabilidade dos jogos é notável. Os impérios e suas instituições desaparecem, os jogos ficam, com as mesmas regras e, por vezes, com as mesmas peças. A razão, é acima de tudo, não serem importantes e neles persistir a insignificância. (CALLOIS, 1990: 101)

No entanto, a inserção dos jogos como mercadorias preciosas num momento em que a reprodução do capital atinge em cheio o cotidiano, tendem a mudar tal estabilidade das regras e das formas de jogar. Sendo mercadoria deve, sobretudo, atender a interesses específicos; assim o jogo

(suas regras, formas de jogar, lugares de jogar etc.) aparece na contemporaneidade também como momento de reprodução do capitalismo, perdendo sua insignificância (agora gera divisas, lucro) e sua estabilidade (mudam-se as regras, a forma de jogar e o que for necessário para que a mercadoria se realize).

Deste modo, mudar as regras do jogo tornou-se factível para atender interesses midiáticos e financeiros. São exemplos significativos as mudanças realizadas, por exemplo, no vôlei e no futebol de salão (que deu origem ao Futsal).

Portanto, a estabilidade das regras dos jogos também foi atacada pela necessidade frenética de reprodução do capital no cotidiano. Agora, se é factível a mudança de quase qualquer regra, em qualquer jogo, tudo isso é em nome da manutenção das regras de um jogo desvirtuado e sujo: o da reprodução do capital.

Parte 2

O que sobrou da cidade?

O tempo, as crianças e as ruas

Molecada miúda se escarrapacha jogando bola. (ANTÔNIO, 1987: 205)

Onde está a expansão de todos os sentimentos da cidade? Na rua! (RIO, 2007: 44)

O que mais a rua sabe fazer é misturar gente. (ANTÔNIO, 1976: 23)

Nós pensamos sempre na rua. Desde os mais tenros anos ela resume para o homem todos os ideais, os mais confusos, os mais antagônicos, os mais estranhos, desde a noção de liberdade e de difamação -idéias gerais- até a aspiração de dinheiro, de alegria e de amor, idéias particulares. Instintivamente, quando a criança começa a engatinhar, só tem um desejo: ir para a rua! Ainda não fala e já a assustam: se você for para a rua encontra o bicho! Se você sair apanha palmadas! Qual! Não há nada! É pilhar um portão aberto que o petiz não se lembra mais de bichos nem de pancadas!
(RIO, 2007: 39)

1

As ruas da vila de São Paulo (1711) eram criadas em consequência das ocupações feitas pelos moradores, suas residências e seus comércios. A rua nasceu em São Paulo, como em inúmeros outros aglomerados que iam se transformando em cidade, enquanto decorrência da ocupação, dando guarnição ao usos. A casa teve relevância central na implementação das primeiras ruas da cidade. Eram delas que as ruas nasciam: “o espaço da vila não era pensado em função das ruas, mas definido pela propriedade da vizinhança [...] eram as casas que referenciavam a existência das ruas (SILVA, 1984: 111).

Pouco tempo depois, a rua inicia seu processo ininterrupto de cisão com a casa. Neste primeiro momento a rua caminhava no sentido de tornar-se um espaço público de fato e não mais um adendo, um anexo, das casas. Neste momento a rua passa a fazer parte da cidade e a cidade passa a ser entendida como tal tendo sua realização atrelada à existência da rua. A casa e a rua ganham uma distinção, mas não necessariamente um distanciamento.

O final do século XVIII é um momento extremamente importante na história da cidade de São Paulo[...] As ruas, que até então eram encaradas como continuação das casas, começam a receber um tipo de acabamento que lhes dava condição de ser encaradas como lugar público.(SILVA, 1984: 243)
[...]

Lentamente, delimitava-se calçadas, ruas, becos e serventias, fixando-se também os limites da propriedade pública e privada, enquanto o Estado se erguia como elemento 'neutro administrador do espaço público. (SILVA, 1984: 115/116)

Em 1780 São Paulo possui dezoito ruas, em 1809 cinquenta e quatro. Nesta época as ruas passam a ter nome e as casas número. A composição da cidade podia ser lida através do crescimento, organização e formas de uso das suas ruas. A associação da casa com a rua continua a ser profunda, sendo a rua parte próxima da casa, quando não sua extensão, mas a rua consolida-se enquanto espaço público por excelência.

Pouco depois, definitivamente a rua ganha sua condição e materialidade enquanto espaço urbano, pois em 1812 é criado o conceito de “rua urbana” sendo sua função o ponto de encontro entre moradores e de identificação da cidade.

“Cria-se a rua urbana, cuja função não é de mero trajeto e sim de ponto de encontro de seus moradores, espelho arquitetônico em que os cidadãos se identificam com sua cidade, cimentando sua consciência urbana” (WILHEIM, 1965: 65)

Inserida como parte elementar da cidade, a rua consolida-se como um lugar importante na composição da urbanidade paulistana e de suas práticas, abrigando procissões, carnavais, calçamento e iluminação pública, passando a ser um espaço com significativas funções sociais na vida cotidiana.

Até o início do século vinte a existência da cidade manifestava-se na composição e uso da rua. A cidade, suas práticas, se realizava na rua. Mas já na primeira década deste século, surgiam as primeiras restrições e golpes nas formas de uso das ruas. São sintomáticas, por exemplo, as leis que proíbem o jogo de capoeira e o futebol em ruas de São Paulo (1905). Mas é, sem dúvida, o *Plano de Avenida* de 1930 o golpe mais certo dado na rua como lugar de permanência. É a partir dele que a rua em São Paulo toma outro caminho. Neste momento os esforços do poder público se voltam para destituir a rua das funções que a constituíram ao longo dos últimos séculos. A rua definitivamente se volta para sua função estrita de elo de ligação, de passagem. A cidade se expande, trazendo nesta expansão o seu avesso, e a rua é tomada pelo motor a combustão, meio pelo qual a proliferação do tecido urbano se realiza. É, portanto, simultâneo e imbricado a queda qualitativa do uso da rua com a formação da metrópole que tem no motor a combustão seu meio principal de locomoção. A cidade vai desaparecendo para dar lugar a metrópole, e com ela, por meio da transformação da rua em lugar de passagem das máquinas, vai desaparecendo seu espaço mais pulsante, mais significativo em termos de usos e apropriação: a rua.

O prefeito Prestes Maia em meio à realização do *Plano de Avenidas* projeta parques para que

as crianças liberem a rua para o automóvel. Com tal ação evidencia de quem era a rua antes da sua submissão à máquina de passar. Tirando a rua das crianças (depois veremos que o plano passa a ser tirar as crianças das ruas...) o lúdico começa a perder seu lugar no meio da cidade. A construção destes parques é o início dos lugares especializados para a sociabilidade e o lazer. Não é à toa, nem por um acaso, que o processo que transforma a rua em lugar de passagem é completado pelo de criação de lugares especializados para permanência.

A rua como espaço comum, com raras exceções, não existe mais. Não há os encontros espontâneos, informais, as ações coletivas e a presença plena de todos para que se constitua um espaço público, e ninguém passa mais a se sentir dono do que está fora dos limites da propriedade particular. (FÁTIMA & MARTINS, 2008: 76)

Murilo Marx ressalta que:

[...] a rua foi liberada de sua função tradicional de segregar e de congregar, continua servindo ao mercado apesar da concorrência de novos espaços, é vista simples e vulgarmente, mais do que nunca, como elemento de circulação, de ligação [...] via anônima e desinteressante. (MARX, 1999: 107)

2

As crianças são atores sociais e, ainda que frequentemente seu papel seja menosprezado, possuem um significativo poder na participação da produção do espaço na sociedade. As crianças e os jovens são sujeitos históricos, criadores de cultura. A infância, a juventude e suas práticas são produzidas e produtoras da cidade (FÁTIMA & MARTINS, 2008: 148). Basta lembrar, como exemplo, que suas práticas lúdicas ganham materialidade no espaço e no tempo, criando certas texturas, dando certos sentidos a algumas relações sociais.

Por sua vez, daí decorre uma problemática relevante: como as atividades lúdicas (no nosso caso, em especial, o futebol de rua) se manifestam, se materializam e se (re)produzem no espaço urbano contemporâneo? Vimos que primeiro se retirou a rua das crianças, agora o esforço é de tirar as crianças da rua.

Especialmente no interior desse processo, o século XIX se destaca como período histórico de afirmação da privatização da vida social, da demarcação das fronteiras entre os espaços públicos e privados e dos sujeitos que os habitam [...] a criança, investida de novas funções e que adquire uma visibilidade social inédita, centro da família nuclearizada. Tal criança deveria ser protegida dos perigos do espaço público

expresso espacialmente na rua, tida como lócus de perigo e desvio, reduzida a local de passagem e não mais de realização de uma sociabilidade intergeracional. (FÁTIMA & MARTINS, 2008: 49)

Mas é ela, a rua, que:

[...] permite à criança a subversão da ordem adulta, em que, de espaço de passagem, a rua se torna, no imaginário infantil, lócus de domínio. Ao ocupar as ruas para os jogos coletivos, as vielas para o jogo de bola de gude, os locais vazios para a pipa, a criança investe os espaços públicos de novos significados... as crianças ocupam os lugares possíveis, reinventando-os.

[...] A rua possibilita ainda a convivência e o confronto com o diferente, subvertendo ordens e hierarquias sociais. Assim é que, se nas relações sociais mais amplas, definidas pela lógica do adulto, as crianças são referidas a hierarquias sociais, escolares, de gênero, nos domínios da rua, tais hierarquias são ressignificadas. A criança que na escola é representada com atrasada, ou desviante, na rua ocupa o lugar da liderança definida pela posse de habilidades que nesse lócus encontram seu espaço de realização. A criança habitante de favela mostra-se possuidora de competências corporais e simbólicas que subvertem o lugar social desqualificado assumido em outros espaços. (FÁTIMA & MARTINS, 2008: 56/57)

3

Seabra nos lembra que “o uso é um emprego do tempo.” (MARTINS, 1996: 81) Afirma ainda que a propriedade impede e coíbe a apropriação, e lembra que apropriação é qualidade e a propriedade é quantidade. Vaneigem contribui ao escrever que: “Removendo o qualitativo, o que sobra é o desespero” (VANEIGEM, 2002: 182).

Ainda segundo ela, o conflito entre a apropriação e a propriedade se desenrola no cotidiano e aponta para as possibilidades e restrições da práxis e do vívido. Assim, a luta pela apropriação, afirma a autora, é também a luta contra a propriedade.

“A apropriação está sempre em vias de expropriação” (MARTINS, 1996: 77)

4

Vaneigem há algum tempo já nos alertava que numa sociedade marcada pelo consumo do tempo e pelo tempo do consumo, tornam-se cada vez mais escasso o tempo não consumível, e desse modo a temporalidade livre, gratuita, torna-se rara, e no limite, até mesmo inviável. Ou se consome algo num dado tempo, ou se consome o próprio tempo e nada será possível para além dessa masmorra.

Mas o tempo realmente livre, realizado no presente, indissociável do espaço vivido, escapando das amarras do consumo pode ser rebelde o suficiente para contestar a putrefação do tempo consumível e do tempo do consumo (maldosamente chamado de tempo livre), ele aponta assim para o possível, mostrando – ainda que por arestas – atalhos exequíveis para a revolução total da vida cotidiana. E as crianças podem nos mostrar importantes momentos na busca de um cotidiano total pois:

[...] todos os aspectos da vida cotidiana são de algum modo vividos embrionariamente na infância. A acumulação de acontecimentos vividos pelas crianças em poucos dias, em poucas horas, impede o tempo de fluir... Os dias da criança escapa ao tempo dos adultos, é um tempo ampliado de subjetividade, pela paixão, pelo sonho habitado pela realidade. Fora desse universo, os educadores vigiam, esperam, de relógio na mão, que a criança entre na dança de roda do tempo adulto. São elas que *têm* o tempo. (VANEIGEM, 2002: 233)

5

A forma com que as classes populares se apropriam do espaço público é motivo de rechaço por parte dos mais abastados, e o poder público constantemente investe na moralização de certo hábitos populares em espaços públicos.

Estender roupas na rua, ou de alguma outra forma misturar as funções domésticas com a função designada ao espaço público; ou ainda usar as calçadas, e no limite a própria rua para sentar, fazer festas, ou alongar o espaço de uma festa em determinada casa são exemplos desses usos.

A presença das classes populares, via de regra, desvaloriza os espaços. A facilidade com que essa classe se apropria de alguns lugares públicos em determinadas circunstâncias soa como ofensa, nojo e raiva às classes altas e como perigo ao poder.

Por isso a presença do futebol de rua se dá quase que exclusivamente nos bairros periféricos, populares. Há, e se reafirma mesmo em meio a tantas dificuldades, uma proximidade maior entre a rua e a casa nos bairros populares, nestes bairros o público e o privado são menos distantes; enquanto as classes mais privilegiadas se esforçam para ampliar essa distância, aumentar o isolamento, a privacidade, possuir espaços de uso exclusivo, lugares especializados: são essas as palavras de ordem na burguesia quando se trata deste assunto.

Basta uma caminhada pelas ruas da cidade (principalmente nos bairros periféricos, onde é menor o fluxo de carros, e também as possibilidades de acesso dos jovens a outros bens culturais) para se deparar com um conjunto de práticas que nela se desdobram. Nesses contextos os jovens se envolvem na produção do

futebol, e nesse processo de participação, vão constituindo identidades, conhecimentos/habilidades, normas e valores a partir de práticas que comportam, ao mesmo tempo em que extrapolam, o jogo em si: práticas como jogar, assistir, comentar os jogos, ‘cornetar’ os colegas, brincar de jogador profissional, ensaiar jogadas, narrar os próprios jogos, dentre outros modos, fazem parte do cotidiano dos jovens nas periferias urbanas. (FÁTIMA & MARTINS, 2008: 157)

É de maneira pejorativa que a classe media e alta olha para a presença da criança na rua, para eles a rua serve só para passar, de preferência rápido, evitando contatos, perigos, mantendo o anonimato, o isolamento. O carro representa o símbolo e vetor desse anseio. O carro combina perfeitamente com o ideário burguês de rua.

A burguesia vê com bons olhos a criança trancafiada, restrita aos contatos familiares e das atividades programadas (escolas, clubes, cursos, academias). Tudo já vem programado, não há mais lugar para o imprevisto, para a invenção da criança. A criança rica, via de regra, desconhece por completo a possibilidade de usar a rua para brincar e jogar, assim como tem, também, limitada sua capacidade de criação espontânea, sua capacidade de imprevisto. Vive na redoma dos lugares privados, onde tudo é consumível, nada precisa ser inventado ou adaptado, tudo deve ser comprado.

6

A criança na rua é tida como sinônimo de degradação social a partir do século XIX no Brasil. Ela passa a representar perigo a propriedade e por consequência a ordem pública. Tirar as crianças da rua passa a ser meta, mas resta saber se para “salvar” as crianças ou para evitar suas ações.

Na passagem do século XIX para o XX a escolarização passa a ser a medida mais adotada para livrar a rua das crianças, ou as crianças da rua. É também por esse caminho que mais uma vez o Estado investe na moralização de certos hábitos populares, além de produzir a transformação da criança em aluno (*a-luminus*: sem luz!).

Enquanto nos países europeus, marcadamente a partir da segunda metade do século XX, a presença de crianças nas ruas da cidade, sem o acompanhamento do adulto, torna-se episódica, restrita ao deslocamento do espaço familiar para o escolar, em que permanece ao maior parte do dia, nos ditos periféricos, tal modelo não se impõe. Ao contrário, a criança, especialmente das camadas populares, ocupa as ruas dos grandes centros, onde circula, quer vagar, quer desenvolver atividades produtivas. Nos países latino-americanos o processo de restrição da criança ao espaço público não se opera com tanta radicalidade ou eficiência. (FÁTIMA & MARTINS, 2008: 54)

Entretanto, cada vez mais:

Multiplicam-se as políticas e programas de proteção à criança das camadas populares destinadas à tirá-las do ‘mundo da rua’, em que se cristaliza a representação do universo de perigo, desordem e exploração. Evidentemente, não cabe negar as precárias condições de vida das crianças das camadas populares no mundo contemporâneo, que as obrigam ao exercício do trabalho nas ruas dos grandes centros. Porém, a generalização que fundamenta os discursos e práticas de proteção da infância acaba por ignorar as significativas diferenciações entre a população infantil das camadas populares urbanas e incutir-lhes uma marginalização segregadora, que desconsidera a relação que tais distintos sujeitos estabelecem com a cidade, fruto de sua inserção social. (FÁTIMA & MARTINS, 2008: 55) [...]

Para as camadas populares, entram em jogo não só as eventuais possibilidades de inserção precoce no mundo de trabalho como forma de escapar do ambiente perigoso da rua, como também a inserção em grupos religiosos e uma infinidade de oferta dos chamados projetos socioeducativos, voltados para a ocupação do tempo extra-escolar e, em sua maioria, intencionados a ‘tirar as crianças da rua’. (FÁTIMA & MARTINS, 2008: 64)

A criança de hoje não consegue de todo adotar e absorver a estruturas espaciais e temporais da criança de ontem. Como exemplo, podemos citar a rua, que até aproximadamente quatro décadas atrás, era o lugar de brincar das crianças. Nela conviviam crianças das mais variadas origens sociais, crenças religiosas, ascendências étnicas, econômicas e culturais. Tal fato, além de ensiná-las a respeitar e compreender as diferenças, a socializá-las e a formar sua autonomia, fazia com que, quando adultas, tornassem-se mais humanas, solidárias...

Hoje, não brincar nas ruas é comportamento ensinado às crianças da cidade, devido aos riscos: atropelamento, violência, roubo, assalto ou indução ao uso de drogas. (OLIVEIRA, 2004: 16)

Porque então estudar o futebol de rua, se a rua é o lócus, cada vez mais estrito, cada vez mais raro, de diversas brincadeiras infantis? A rua está no meio do redemoinho que envolve a criança e o urbano atualmente e são poucas as praticas infantis que resistem em quantidade na periferia, especialmente na Zona Leste, de São Paulo. Posso afirmar, tendo como base nas andanças realizadas nos trabalhos de campo, que é possível encontrar crianças jogando bola na rua, entretanto, é cada vez mais raro se deparar com jogos e brincadeiras como: peão, bola de gude, “mãe da mula”, “pega pega”, “esconde esconde”, “bandeirinha”, e outras brincadeiras típicas da rua que foram sumindo do espaço público - sobretudo de grandes metrópoles com São Paulo - e do

universo infantil urbano ao longo do século vinte. Assim, nas últimas décadas, o futebol de rua torna-se uma das brincadeiras e jogos que resistem na rua. Fato que pode ser explicado, entre outros motivos, pela força que tem o futebol na sociedade brasileira. Além disso, o futebol, diferente das outras brincadeiras citadas acima, é amplamente difundido pela mídia, se reafirmando e marcando presença no cotidiano da cidade.

A difusão do futebol no cotidiano juvenil sugere que seus processos de aprendizagem estão associados à prática social cotidiana – transcendem a noção de práticas de ensino e de relações pedagógicas como principal via de aprendizagem. Na aprendizagem cotidiana dessa prática, estão em jogo, portanto, relações sociais complexas, diferentes formas de participação, elementos de identificação, relações de poder etc.

A importância do futebol na construção da identidade dos jovens ultrapassa a idéia de aprender/adquirir habilidades específicas, fragmentadas. (FÁTIMA & MARTINS, 2008: 156)

As ruas da Zona Leste, mais especialmente nos bairros visitados (sobretudo as vilas Ré, Patriarca, Guilhermina na Penha), não possuem, via de regra, espaços verdes ou áreas com terra (como se podia encontrar até algumas décadas atrás, nestes mesmos bairros e vilas, seja em terrenos ainda não construídos, os famosos terrenos baldios, ou seja em ruas não asfaltadas com a existência de terra e plantas no chão, além de árvores pelas calçadas). Há atualmente nestes bairros uma incidência esmagadora de asfalto e cimento (o que, inclusive, poderia nos auxiliar como um dos motivos pelos quais não se joga mais bolinha de gude, ou mesmo pião. Jogos tipicamente executados na terra). Nas calçadas pode-se encontrar árvores, que são aproveitadas em brincadeiras e que fazem parte das possibilidades de usar a rua. Todos estes componentes devem ser levados em conta e serem correlacionados na composição de uma abordagem psicogeográfica das brincadeiras infantis contemporâneas nas ruas da Penha.

Assim, a relação de apropriação nestas ruas se dá em espaços altamente urbanizados, e as brincadeiras e jogos devem se adaptar (ou sumir aos poucos, como no caso do pião e da bola de gude) a tal condição: asfalto e cimento. O futebol de rua vem se mostrando possível nestas condições (assim como o pipa) mas inúmeras consequências advém daí e influenciam as formas de jogar (o desgaste da bola é mais intenso, assim como do tênis o que acarreta reclamações dos pais pois os tênis não duram. Os meninos que jogam descalços acabam ralando os pés no asfalto. Os pipas têm cada vez mais dificuldades em desviar dos fios elétricos, de telefone, das TVs a cabo, etc.). As sensações e relações do corpo no espaço para essas crianças é reduzida a tais condições.

Mas não só o futebol sobrevive como brincadeira na rua, outra prática infantil que prossegue altamente disseminada nas ruas da Zona Leste é o pipa. Febre irremediável, não há o que faça os

meninos deixarem de olhar para o céu. Sinônimo de liberdade, o pipa vai aonde o menino gostaria de ir, e o pipa então se torna extensão de seu corpo e o carrega até o céu. O controle do menino sobre o pipa é total, mágico, num tal grau de experiência que se poderia dizer atípico para a infância, pois tal domínio e controle parece ser mais condizente com as idades mais elevadas.

Com o pipa se pode enfrentar os meninos das ruas mais distantes, se pode provar uma superioridade que o corpo, ou a condição material, ou mesmo a pouca habilidade futebolística não permitiria. O pipa é carregado de beleza, e fluir com leveza no céu, o que contraria a pouca vida vivida, mas geralmente já bastante sofrida do menino.

Mas o pipa é uma atividade que vem acompanhada, geralmente, das férias. É verdade que os mais apaixonados pela prática podem estender o que comumente se chama de “temporada”. A temporada acompanha as férias escolares, tanto as do meio de ano, como as de final de ano. Tal intermitência poderia enfraquecer o hábito de empinar pipas, mas não parece ser o que ocorre.

O pipa³⁷ se prática hoje, ao menos nas áreas estudadas, como competição. Não se faz como atividades contemplativa. Os meninos entrelaçam seus pipas com a finalidade de cortar a linhas dos outros pipas. Se possível “cortar e aparar”, ou seja, a linha do pipa de um corta a linha do outro, logo a pós o menino “vencedor” que manteve seu pipa e sua linha no ar, sob controle, apara em sua linha, ou em outra parte do pipa como a “rabiola”(ou rabo do pipa) o pipa que foi “cortado”.

A análise da criança e da infância na metrópole deve, irremediavelmente, passar pela rua. Nela se encontram práticas infantis em nítido processo de desaparecimento, nela tenta-se impor mais a funcionalidade restrita da passagem, a inviabilidade da permanência, em especial a das crianças, por se tratar do lugar eleito pela sociedade como símbolo do perigo. A rua como lugar a ser evitado é mais um dos ideários importados dos chamados países desenvolvidos no bojo dos hábitos importados – e tidos como melhores - no processo de modernização e industrialização da sociedade.

Mas ao mesmo tempos em que desaparecem práticas infantis típicas das ruas, outras práticas são reforçadas, persistem, resistem, não somem. Deve-se considerar que mesmo sendo constantemente bombardeados pelas novas brincadeiras-mercadorias e pelos novos lugares privados (também mercadorias) destinados ao brincar, ou melhor, à espetacularização do brincar; o pipa e o futebol de rua são os expoentes mais disseminados e praticados nos bairros pesquisados da Zona Leste de São Paulo, e arrisco dizer em todos os bairros periféricos da cidade.

³⁷ A escolha do artigo definido masculino para designar “o” pipa não é ocasional ou despropositada. Tal escolha acata a forma com que os meninos da Zona Leste, e também de todas as outras áreas periféricas, de São Paulo se referem a este objeto.

É recorrente a ideia de que o único lugar possível e devido à criança é a escola. Quem nunca ouviu a expressão “lugar de criança é na escola”? Mas será que só?

O brincar livremente no espaço facilita “criança o exercício de sua sensibilidade, sua coordenação motora e sua mente. Nesse deleite, ela vai aprendendo e se desenvolvendo. Ela observa atentamente o que faz ou o que os outros fazem, experimenta e tira suas conclusões. Imagina, produz e trabalha livremente com as informações e materiais que tem, criando e registrando subsídios.

A criatividade só é possível com a liberdade, o espaço e o tempo. (OLIVEIRA, 2004: 20)

Claro que todos devem ter direito a uma escola digna, pública e gratuita, e que este fato ainda parece longe de ocorrer em sua totalidade e com qualidade no Brasil. Mas abolir a rua enquanto lugar de sociabilidade infantil além de destituir a realização da infância, não faz avançar em nada a luta por mais e dignas escolas, ao contrário, ao eliminar a rua, estamos eliminando um lugar de aprendizado importante para as crianças, lugar aonde se convive com a diferença, aonde se ganha certa autonomia e noção de uso e apropriação de espaço público, fatores importantes na construção do que costumeiramente se denomina cidadania.

As mudanças na configuração dos espaços públicos de encontro e de sociabilidade incidem de forma profunda sobre as possibilidades que certas praticas culturais possam ser vivenciadas no contato entre gerações e possam, assim, estar inseridas em uma dinâmica de produção e reprodução dessas mesmas práticas. (FÁTIMA & MARTINS, 2008: 66)

Ao retirar as crianças das ruas, a sociedade assume que desistiu de fazer da rua um lugar agradável, habitável. Desistiu da rua enquanto lócus do lúdico, entregou a rua ao destino da solidão, quem permanece nela apresenta perigo, permanecer nela é perigoso. Desistir da rua enquanto lugar de sociabilidade e permanência é desistir do direito à cidade.

A rua é o espaço público por excelência. Sua decadência evidencia a crise do espaço público, em suma, a crise da cidade. A rua absorve o pragmatismo do mercado, o que implicou uma visão estrita de ser a rua lugar exclusivamente destinado à passagem. E como tal passagem é de domínio do automóvel ela aparece também como cenário, pano de fundo, sucessão de imagens desconexas e desprovidas de sentidos, de cheiros. Tudo se vê sentado atrás dos vidros protetores do automóvel, mas nada é vivido (com exceção das frenéticas sensações causadas pelo transito).

A derrocada da rua é simultânea ao processo de ascensão e da valorização dos espaços

privados.

O uso da rua aponta um dos caminhos da luta pelo direito à cidade.

Entre as ruas da vizinhança, as crianças escolhiam a mais central, ou onde morava a maioria das crianças, para brincar ou jogar futebol; a mais íngreme para andar de carrinho de rolimã ou *skate*; todas tinham a sua finalidade ou característica. Andar de bicicleta ou na guia, correr, caminhar, jogar bola, brincar de esconde-esconde e circular por toda a vizinhança fazia com que as crianças conhecessem o lugar onde moravam. Para elas, era fácil imaginar os mapas mentais do local; tinham seus pontos de referência e sabiam situar-se. (OLIVEIRA, 2004: 75)

Não seria melhor criar as condições para que as crianças pudessem ocupar, permanecer e se apropriar da rua em diferentes níveis, de diferentes formas, ao invés de retirar as crianças das ruas e a ruas das crianças? A rua é fundamental na articulação e na realização entre a infância e o mundo urbano, seu uso evocado, reivindicado pela infância é a reivindicação – a seu modo - pelo direito a cidade.

A criança resiste à restrição ao domínio privado da casa, sob o poder direto da autoridade adulta, que no espaço da rua se dilui e desloca. A rua, além de permitir o exercício da sociabilidade no interior dos grupos de pares, possibilita também uma outra construção/exploração do espaço. (FÁTIMA & MARTINS, 2008: 56)

Isso porque:

A amplidão, a não existência de paredes e objetos a restringir o brincar permitem que os grupos de pares estendam os domínios a atividade lúdica, ao mesmo tempo em que possibilita a ampliação do número de crianças, que no interior do espaço doméstico se mostra restrito. (FÁTIMA & MARTINS, 2008: 57)

A apropriação da rua, não só pelas crianças mas por todas as faixas etárias, aponta um outro caminho possível para o urbano e não poderá estar de fora de um projeto de revolução do cotidiano e do urbano.

Novas formas de inserção da infância no cenário urbano surgem para atender a demanda capitalista abocanhando o cotidiano, inclusive o infantil. Nesse sentido a propagação da rua como lugar inóspito, perigoso, atente a pelo menos duas frentes de auxílio na venda das “novas mercadorias”, pois se a rua é lugar de perigo:

- As casas devem ser equipadas com mais e diferentes equipamentos de segurança (que vão é claro variar de acordo com a renda da família, indo de câmeras, cercas elétricas, portões elétricos, a seguranças particulares, alarmes interligados a empresas privadas de seguranças, etc);

- As práticas infantis deverão se realizar outros espaços, de preferência privados, pagos e especializados (academias, clubes, aulas de futebol ou outros esportes, shoppings, etc).

A infância subjugada

A sobrevivência é a vida reduzida ao essencial, à forma abstrata da vida, ao fermento necessário para que o homem participe na produção e no consumo. Para o escravo romano, o repouso e a alimentação. Para os beneficiários dos Direitos do Homem, com que se alimentar e se cultivar, consciência suficiente para desempenhar um papel, iniciativa para conquistar poder, passividade para sustentar suas insígnias. A liberdade de se adaptar como animais superiores.

A sobrevivência é uma vida em câmera lenta. Quanta energia é necessária para se manter o plano da aparência! A mídia divulga amplamente a higiene pessoal da sobrevivência: evitar emoções fortes, vigiar a tensão, comer pouco, beber com moderação, sobreviver em boa saúde para desempenhar melhor o papel... É preciso cuidar da sobrevivência, já que ela nos desgasta. É preciso vivê-la tão pouco quanto possível, porque ela pertence a morte. Outrora se morria de morte feita por Deus. Hoje o respeito pela vida impede de tocá-la, despertá-la, tirá-la da letargia.
(VANEIGEM, 2002: 171)

O mal da sobrevivência é tão generalizado que a menor concentração de experiência vivida uniria o maior número de homens em uma vontade em comum de viver. Para que a recusa do desespero se torne a construção de uma vida nova. Para que a economia da vida se abra sobre a morte da economia e nos leve para além da sobrevivência. (VANEIGEM, 2002: 173)

1

O direito da criança apareceu, encontrou justificativas morais e intelectuais quando a distância entre a essência do ser criança em relação à infância como instituição da sociedade, aflorou como carência, como novas necessidades[...] Na vida cotidiana a criança é carente de infância. (SEABRA, 2004: 186)

É, fundamentalmente, ao longo do século XX que a infância adentra o processo incessante de especialização e institucionalização das atividades, das práticas e dos saberes. E esse processo atua de forma significativa, decisiva, na realização e na destituição da infância (FÁTIMA & MARTINS, 2008: 72).

Como se vê: “Demorou-se muito tempo até que se percebe-se que as crianças não são homens ou mulheres em dimensões reduzidas...” (BENJAMIN, 2002: 86).

Sobretudo a partir da década de 1960 a criança ganha um novo olhar, e passa a ser entendida, reconhecida como participante do contexto social. A criança é trazida para “dentro” da sociedade, ou seja, sua participação é validada enquanto ser social. Contraditoriamente, a criança é aceita como um ser social para ser desfeita de suas particularidades, de suas especificidades, de sua

capacidade criadora. A aceitação da criança se aprofunda conjuntamente com a diminuição da infância. Suas diferenças e particularidades passam então a ser entendidas como busca, como necessidade de produtos e mercadorias específicas. A criança é aceita como sujeito num mundo em que o sujeito foi transformado (transtornado), diminuído em mero consumidor.

Como consumidores lhe foram embutidos novos valores. Sua inserção é traduzida em produtos exclusivamente destinados a elas, com suas próprias prateleiras no supermercado. O universo de produtos infantis (com todo o ramo das indústrias de propaganda de brinquedos, festas, jogos, viagens, etc) fazem proliferar ideologias, valores, desejos e linguagens que vão transformando (transtornando) a infância e a criança. A tomada da infância pelo capital não se dá de maneira amena, mas brutal, destituindo concepções de mundo, impondo - e pressupondo - o valor de troca. A (re)produção das relações capitalistas abocanha com cada vez mais voracidade a infância, esvaziando, inviabilizando seu sentido. Ao isolar-se com suas mercadorias de brincar, a criança se vê alienada da complexidade do mundo, seu poder de criação e sua criatividade são subjugadas, nada mais elas poderão criar; tudo elas deverão comprar.

“As relações sociais (entre elas as brincadeiras) são esvaziadas como processo e experiência, assumindo um lugar instrumental dentro de uma funcionalidade institucional.” (FÁTIMA & MARTINS, 2008: 82)

Para Vygotsky (1998) o brincar é uma das formas mais sofisticadas de partilha das relações de significação do mundo. É uma janela privilegiada por onde se pode em meio à magia e ao lúdico, dialogar, ver e compreender o mundo, os humanos e sua sociedade.

As brincadeiras e seus significados não podem ser menosprezados, pois através deles podemos penetrar e tentar compreender as propostas, as concepções e as tentativas que a infância propõe aos homens e à sua sociedade. Enquanto ser social, a criança participa, com suas limitações, na construção do mundo. O brincar deve ser entendido no processo de inserção num determinado espaço-tempo social, que se compõe não de fora, mas como algo imanente e profundamente real, parte da realidade constituída, e pode ao mesmo tempo, reproduzir e criticar, além de propor algo, para a realidade (FÁTIMA & MARTINS, 2008: 79).

Atualmente, e cada vez mais, a infância é salientada por seus diferenciais não com outro fim se não o de criar as especificidades deste prospero “mercado consumidor”. Seu tempo divergente, radicalmente tendendo ao qualitativo, é sugado com precisão pelo reino do quantitativo, que assalta sua essência (qualitativa) reduzida: pura aparência (quantitativa).

E a própria infância é lentamente colonizada pela sociedade do consumo. Os menores de dez anos já são uma categoria como os *teenagers* na grande família de consumidores: consumindo a infância em vez de

vivê-la, a criança envelhece em tempo recorde. (VANEIGEM, 2002: 228)

A infância, reino tão prospero ao comércio de mercadorias, não poderia escapar da espetacularização que envolve toda a sociedade. Sendo reconhecida por seu alto teor de inocência e sua pouca capacidade de discernimento, as agências de publicidade atacam o subconsciente infantil com maior precisão, facilidade e violência. Ao invadir a infância o reino da aparência e da troca faz estragos enormes, domina as últimas fronteiras da criatividade e da espontaneidade impondo o que é falso, mas pode ser comprado. A diversão que é vendida já não pode, não consegue, ser divertida. A mesmice se instala na infância, este lugar que já foi o poço das descobertas infinitas, constantes.

O esforço agora consiste numa tarefa árdua: a de eliminar a criatividade da infância. Isso tornaria as crianças em consumidores perfeitos. Meros compradores, nada criam, por tudo pagam e já vem pronto, perfeito. A passividade passa a ser uma das principais e primeiras lições que a criança deve apreender. Talvez por isso, em atos de rebeldia inconscientes ou não, certas crianças quebram brinquedos: já que não podem construí-los o que resta a elas é destruí-los.

Para o poder, o inimigo numero UM é a criatividade individual irradiando livremente[...] Como se esforça o poder para quebrar a unidade do espaço-tempo vivido? Transformando a experiência vivida em mercadoria, lançando-a no mercado do espetáculo, ao sabor da oferta e da procura por papéis e esteriótipos. (VANEIGEM, 2002: 240)

Em uma sociedade fragmentária a criança também é tornada uma sucessão de *enquantos*. A fragmentação de suas formas de uso do tempo são acompanhadas de espaços também fragmentados. Aparece ora como estudante, ora como jogadora, ora como turista, etc. Desse modo, suas práticas lúdicas são esvaziadas e aparecem como uma sucessão momentos desconexos (em lugares desconexos). A criança é lançada, num momento, *enquanto* atleta³⁸ mas este momento é suplantado por outros *enquantos* (aluno, músico, etc.). Assim se sucedem, numa sobreposição frenética, uma infinidade de papéis que a criança deve assumir e executar. Nada faz parte integralmente dela, tudo aparece desassociado: ora faz o papel de esportista, outrora de estudante. Todos os papéis exercidos miram para uma futura e promissora vida profissional. E os pais, como também eventualmente as crianças, já começam a calcular qual papel cumprem melhor, qual trará mais dinheiro, em qual poderá ser mais produtivo e competitivo, e o esporte (destituído do lúdico) aparece como possibilidade de profissão futura, não como diversão despropositada e momentânea.

³⁸ palavra que já envolve sua condição no mundo do esporte, não mais como momento lúdico. Mais detalhes sobre a submissão do lúdico ao esporte foram escritos no item “*Competir não é jogar: tempo livre, o futebol de rua, o lúdico e o negócio contra o ócio.*”

Essa fragmentação, retida em uma unidade fictícia de um 'eu' (com o jogo de palavras sobre o 'eu') corresponde à estrutura da sociedade global: divisão excessiva do trabalho, separação das funções, segregação dos grupos e atividades, não obstante a extrema e dura unidade do conjunto estatisticamente controlado. (LEFEBVRE, 2005: 34)

A criança tornada compradora adquire a condição nefasta de consumidor na mesma medida que perde a qualidade da infância.

Nem sempre criança coincide com infância. A criança se afasta da infância na mesma medida em que se atrela à condição de consumidora. Quando as crianças são permeadas de atividades com horas marcadas, em lugares especializados, possuindo um cotidiano maçante e estressante, certamente seu ritmo de vida assemelha-se muito ao dos adultos. Onde está o espaço e o tempo da infância?

Crianças que não brincam e que não jogam (praticam esportes especializados!) possuem infância? Crianças que só realizam jogos solitários em seus computadores estão brincando? Ou estão apreendendo a trabalhar?

Há uma “institucionalização da infância” (FÁTIMA & MARTINS, 2008: 43) que aparece pelo controle do cotidiano com as atividades de lazer programadas, com o consumo, com a escola, meios de comunicação, etc.

Devemos pensar a infância para além de questões cronológicas, devemos pensá-la em sua infinidade criativa, em sua sucessão de descobertas. A infância é um momento de grande significado na realização do humano, e sua realização diz respeito aos caminhos que tomaram a humanidade.

Walter Kohan nos alerta que renunciar a infância é renunciar a capacidade de criar (2007).

Enquanto consumidor, por mais que seja vasta a variedade de mercadorias para se brincar, a limitação é latente; o número e variedade de objetos e brinquedos jamais alcançará a capacidade de criar espontaneamente e nunca a indústria dos brinquedos será capaz de criar tudo o que imaginação e os desejos infantis criariam. O brincar da criança defini-se não mais por sua inventividade e criatividade mas pelas opções que existem nas prateleiras das lojas e mercados.

[...]o consumo do signo ameaça o 'uso' como fluência, como desfrute[...] O mundo do brinquedo infantil não é menos oportunista. Nele, a pretexto de, já na infância, se promoverem adequações 'necessárias', ameaça-se a própria infância com o esvaziamento do sentido, tendo em vista as tecnologias em curso. Os brinquedos conduzem e preparam a passividade do espectador. (MARTINS, 1996: 81)

É cada vez maior a quantidade de jogos (em especial os virtuais) e brincadeiras feitas para

serem realizadas por crianças solitárias. Brincar cada vez mais remete à objetos, cada vez menos se brinca com *outros* (em especial outros diferentes: de outras classes, cores, bairros, etc.) cada vez mais com *coisas*.

O brincar é uma ação que transcende o brinquedo é algo inerente à criança e envolve atividade físicas e mentais: prazer, tensões, alegrias, surpresa, medo, entusiasmo, segurança, curiosidade, dificuldades, criatividade, iniciativa, estabelecimento de vínculos e enfrentamento de desafios. (OLIVEIRA, 2004: 37)

[...]

As pipas, as petecas, os cavalos-de-pau, os carrinhos de rolimã, as bonecas, os saquinhos de arroz; a imaginação e a fantasia eram as principais aliadas[...] Na criação do brinquedo, o processo é mais importante que o produto, podendo-se afirmar que o padrão estético seria um meio e não um fim[...]

Hoje o brinquedo vem acabado, pronto para ser usado. Ele é mercadoria e objeto de consumo. Em decorrência, além do ato de criação, brincar passa a ser ato de consumo cultural. (OLIVEIRA, 2004: 41)

2

“espaciosidade está intimamente associada com a sensação de estar livre. Liberdade implica espaço: significa ter poder e espaço suficiente em que atuar...” (OLIVEIRA, 2004: 30).

A crise da cidade, de seu uso e apropriação coincidem, não por acaso, com a deterioração da infância. A fragmentação do espaço da cidade não se dá sem a fragmentação de suas formas de uso do tempo. Tal condição adentra o universo infantil com voracidade: a cidade de outrora pertencia à criança. Ela, com sua potencia criadora e lúdica, era um elemento constituinte do espaço das cidades. A cidade se realizava com os usos e permanências da criança no espaço público e a criança se formava fazendo parte da cidade. A rua, enquanto extensão da casa, permitia a prática da autonomia na realização de suas brincadeiras e jogos. Eram elas que escolhiam com seus pares, seus grupos³⁹ do que e como iriam brincar na rua. As atuais impossibilidades de reunião espontânea das crianças na rua cria como condição o isolamento. Antes a rua e as brincadeiras infantis, hoje o isolamento dos espaços privados.

Todorov (1999) nos lembra que o isolamento do sujeito compõe um dos principais caminhos para sua perda de autonomia.

[...] tem se acirrado o isolamento das crianças, que estão cada vez mais sozinhas, institucionalizadas em

³⁹ tal qual descreveu Florestan Fernandes com as *trocinhas* que foram abordadas no item “O fim das trocinhas”

tempos e espaços específicos, experimentando relações restritas a seus próprios pares. Esse isolamento, às vezes, absorve uma idéia de proteção das crianças. As ruas, as cidades, os condomínios, os bairros, as comunidades, mesmo as escolas, vão perdendo um sentido de expressão coletiva e de partilha das relações sociais. As crianças se vêem envolvidas em um mundo de imagens, tecnologias, produtos e desejos individuais que a maioria sequer tem condições de se apropriar (não por competência, mas por meios de acesso e inserção), mas que, como norma, ou moda, impõem ser consumidos como expressão do novo cidadão contemporâneo. (FÁTIMA & MARTINS, 2008: 76)

Assim:

Evidencia-se ora uma prescrição restritiva universalizando e homogeneizando as infâncias, ora o abandono e o isolamento das crianças, relegando-as a relações próprias aos grupos de pares que, ao esmo tempo em que abandonam isolam, multiplicam uma infância fragmentada e privatizada que perde, cada vez mais, o sentido do público e das relações sociais, especialmente no espaço da cidade. (FÁTIMA & MARTINS, 2008: 16)

Arendt (1995) já havia compreendido a perda qualitativa que a criança sofreu com as transformações do espaço urbano, quando descreveu uma infância extremamente submetida, dependente, do “mundo dos adultos” que concebeu como lugar seguro e adequado para sua realização a família e a escola. A estes somam-se os parques temáticos, os clubes e escolas de esportes, etc. A infância passou a ter sua existência atrelada, assim, cada vez mais a espaços privados, sendo restrito ou inexistente o uso e apropriação dos espaços públicos. Deste modo são destruídas formas de usos do tempo no espaço da cidade, experiências sociais vividas e acumuladas em infâncias passadas, o futuro homem adulto, a criança de agora, é destituído das experiências (ou de boa parte delas) que foram vividas pelos homens de hoje, ou seja, as crianças de ontem. A infância contemporânea, o que sobrou dela, se realiza sob uma amnésia social construída propositalmente para fim de instalar novas concepções para a chamada identidade cultural que, neste caso, pode facilmente ser traduzida num aprofundamento sistêmico da condição de consumidora. A conta é simples: quanto maior for o grau de consumo de espaços mercantilizados menor é o grau de apropriação e de realização da infância.

A relação entre a cidade e infância não pode ser compreendida tão-somente pelas formas em que se apresentam. É preciso ir além e alcançar o seu movimento na reprodução social. Isso porque as (im)possibilidades de experiências de infância no urbano contemporâneo vão ganhando contornos e visibilidades que se revelam, cada vez mais, pela privatização, pelo isolamento, por uma vida cotidiana cada vez mais programada e mediada pela cultura e pelo consumo. (FÁTIMA & MARTINS, 2008:

Isso porque:

O espaço não determina, mas coloca determinantes nas relações, e nesse caso, na infância. Sempre haverá formas de se apropriar do espaço, sobretudo do espaço público. Todavia, quando a esfera do privados sobrepõe-se à pública, essas ações de apropriação se tornam mais raras. Pensar o espaço como prática social significa pensar a sua apropriação, e esta não se reduz à representações do espaço. Refere-se ao sentimento de pertencimento, à compreensão do vivido para além do espaço geométrico. (FÁTIMA & MARTINS, 2008: 39)

3

Os níveis de consumo que invadem e impedem a realização da infância variam bastante de acordo com a classe social que a criança faz parte. Portanto, realizando-se enquanto consumidor, a criança realiza-se enquanto parte de determinada esfera, de determinada classe da sociedade. A sociedade da mercadoria faz das crianças consumidores divididos, tal qual os adultos, em classes sociais. E pelo consumo, não só são esvaziadas suas experiências criativas e espontâneas, como também é atribuída uma condição, uma consciência fundamental: pertencer e reproduzir sua classe social.

Pois se a criança não é nenhum Robson Crusoe, assim também as crianças não constituem nenhuma comunidade isolada, mas antes fazem parte do povo e da classe a que pertencem. Da mesma forma, os seus brinquedos não dão testemunho de uma vida autônoma e segregada, mas são um mudo diálogo de sinais entre criança e o povo. (BENJAMIN, 2002: 94)

A criança proletária nasce dentro de sua classe. Mais exatamente, dentro da prole de sua classe, e não no seio da família. Ela é, desde o início, um elemento dessa prole, e não é nenhuma meta educacional doutrinária que determina aquilo que essa criança deve tornar-se, mas sim a situação de classe. (BENJAMIN, 2002: 122)

Há portanto variações (sobretudo limitações) entre as crianças enquanto consumidores: quanto maior o poder de compra, em geral, mais fortemente a criança exercerá seu papel de consumidor. Lefebvre nos lembra que:

Mesmo sendo a burguesia a classe dominante na sociedade dita burguesa (ou capitalista), pode-se prever que a sociabilidade espontânea seja aí reduzida ao mínimo. As 'relações' burguesas, as redes de negócios, ou de amizade, ou de interesses não tem grande coisa em comum com a sociabilidade espontânea. Por que essa ausência? Apontemos algumas razões. A nosso ver, basta a falta de dimensão humana, para que a comunicação seja comprometida, para que a sociabilidade espontânea esteja ausente e seja substituída por uma sociabilidade intencional (com suas características: ritos, cerimonial, vocabulário, jargões, trajetos). No momento em que o fenômeno humano total é truncado, que uma das dimensões desapareceu e deixou de existir – mesmo virtualmente- a comunicação apenas ocorre por meio de convenções e símbolos, que não podem deixar de representar também a mutilação. Para comunicar intencionalmente é preciso exagerar. Em segundo lugar, a burguesia desempenha seu papel de classe (dominante) na pessoa de seus membros, aos olhos das outras classes, o que inibe a espontaneidade social. (LEFEBVRE, 2005: 31)

A criança burguesa tem suas realizações limitadas: não podem brincar com qualquer um, nem em qualquer lugar, pois para além do perigo há também a necessidade de manutenção e preservação da imagem e do status de classe.

Exemplo significativo é relatado pelos os autores do texto “Experiências na metrópole” (FÁTIMA & MARTINS, 2008: 40) no condomínio fechado do Belvedere em Belo Horizonte aonde não acontece nenhuma atividade fora de lugar e de horário, relações espontâneas não se mostram possíveis e não figuram entre os produtos oferecidos pelo condomínio.

Afirmam ainda que em áreas mais pobres a infância é mais visível (p.40) e se manifesta de maneira mais plural e espontânea.

Durante séculos, os mesmos jogos foram comuns à diferentes condições sociais. A partir dos tempos modernos, operou-se uma seleção entre eles: alguns foram reservados aos bens-nascidos, enquanto que outros foram abandonados às crianças e ao povo. Assim, as brincadeiras e jogos passam a ser atividades inscritas na estratificação social, com as consequências que tal fato acarreta. Uma das principais talvez seja a de que brincar, no mundo moderno, será cada vez mais um ato econômico; o 'circulo mágico' foi atravessado pelo mundo dos negócios e suas leis. (FÁTIMA & MARTINS, 2008: 99)

Mas, “As crianças não nascem com a percepção de propriedade; esta surge de acordo com o meio em que vivem” (FÁTIMA & MARTINS, 2008: 72).

Como já foi dito, a infância não é algo posto de fora da construção da sociedade e das relações sociais. A infância não sendo separada, não estando fora, da (re)produção da sociedade, não pode, portanto, ser compreendida enquanto neutra, nem tampouco natural ou abstrata (FÁTIMA & MARTINS, 2008: 71). A infância adquire diferentes formas de manifestação que variam de acordo

com sua classe social⁴⁰, com seu contexto espacial e cultural, com as relações de gênero, com a história e o cotidiano. Poderíamos então nos perguntar o que tem em comum a infância do menino de classe abastada com aquele outro de classe popular senão o fato de possuírem idades semelhantes?

Não se pode compreender de forma satisfatória a criança sem levar em conta suas práticas e os lugares onde elas ocorrem; pois é daí que virão especificidades que darão o tom qualitativo do processo de formação do indivíduo e de sua inserção, seu lugar, na sociedade de classes. Portanto, como foi salientado na apresentação, a abordagem das formas de uso do espaço urbano pelas crianças que aqui se pretende não é busca por meras características culturais e sim uma busca do entendimento da reprodução das relações sociais em uma sociedade cindida em classes.

O futebol é uma prática presente no cotidiano de boa parte das crianças brasileiras. Disseminado em ambientes rurais e urbanos, entre ricos e pobres, nas mais variadas condições de jogo, o futebol vira futebóis. São muitas as particularidades que surgem nessas variadas situações, e seria fazer tábua rasa das vivências não compreender a existência e as consequências na vida das crianças dessa diversidade.

O menino que cresce jogando bola na rua destoa (em sua forma de se relacionar com outras crianças e de jogar, de compreender e usar a rua, e por consequência a cidade) daquele outro que cresceu jogando na escolinha de futebol. Do vocábulo aos dribles, do terreno à bola, do tamanho do campo ao número de jogadores, do horário marcado e pago e portanto com sua condição temporal restrita, da existência de mediadores adultos ou não; são incontáveis as variações e limitações produzidas em contextos espaciais variados.

⁴⁰ Ver Taylor (2005): sua classe social vem a ser sua limitação.

Cotidiano e urbanização

1

O cotidiano nasce com a modernidade.

Nela, ele deixa de ser sujeito para ser objeto de organização (LEFEBVRE, 1972: 72).

A cotidianidade é o principal produto da sociedade dita organizada, assim como seu cenário: a modernidade. (LEFEBVRE, 1972: 94).

Sobre quem cai todo o peso das instituições e do capital se reproduzindo senão sobre o cotidiano? É sobre ele, é nele, que o mundo inteiro se reproduz.

2

Segundo Lefebvre toda sociedade comporta uma produção não material que compõe uma trama de relações sociais. A vida cotidiana revela a presença eficaz de representações, de símbolos, de regulamentações, controles, modelos normas ideologias e superestruturas. Em sua imediatez aparecem as mediações. (LEFEBVRE, 1961: 238)

Ele é o sórdido, o menor (LEFEBVRE, 1961: 47). Ele é plano e profundo, banal e dramático, entretanto nada disso aparece pacificamente. Todos estão em luta.

Lo cotidiano, em su trivialidad, se compone de repeticiones: gestos em el trabajo y fuera del trabajo, movimientos mecánicos (los de las manos y los del cuerpo, y también los de las piezas y los dispositivos, rotación o día y vuelta), horas, días, semanas, meses, años; repeticiones lineales y repeticiones cíclicas, tiempo de la naturaleza y tiempo de la racionalidad, etcétera. El estudio de la actividad creadora conduce hacia el análisis de la reproducción, es decir, de las condiciones em que las actividades productoras de objetos o de obras se reproducen ellas mismas, recomienzan, renuevan sus relaciones constitutivas o, por el contrario, se transforman por modificaciones graduales por saltos. (LEFEBVRE, 1972: 29)

Nele, ao mesmo tempo, o tempo todo, se manifesta a miséria e a grandeza: as humilhações, as tarefas, as repetições, as coisas, as necessidades, o reino do número, a privação, a repressão dos desejos, o domínio da economia. Mas também, e ao mesmo tempo, a prática desconhecida, a apropriação do corpo no espaço e no tempo, o drama e a paixão irredutíveis ao número, a criação, o gozo, as obras, o jogo e a festa. (LEFEBVRE, 1972) Na vida cotidiana aparece o melhor e o pior. Relações aparentemente diretas entre coisas e pessoas constituem a cotidianidade.

“A vida cotidiana como conceito, corresponde a uma articulação que totaliza espaço e tempo na modernidade; que reúne e distingue, em diferentes níveis, o particular e o geral, o singular e o universal, o abstrato e o corpóreo.” (SEABRA, 2004: 181)

Em Lefebvre a cotidianidade não é só um conceito, pois através dela pode-se compreender a sociedade. Isso porque o cotidiano, carregando todo o peso do mundo, deve ser situado na globalidade, em meio ao Estado, as técnicas, a cultura. (LEFEBVRE, 1972: 41) Em suma, a vida cotidiana é: “el *producto* del conjunto social” (LEFEBVRE, 1972: 49).

3

O cotidiano não coincide com a práxis, sua amplitude coincide com a totalidade em ato, ele engloba a base e a superestrutura e as interações entre as duas. Transições e mediações entre o repetitivo e o criativo. A práxis não se sustenta só com o repetitivo, deste pode emergir o criativo. Ela, a práxis, assim como produz este mundo, pode e deve servir para produzir outro.

Se substituimos o conceito de cotidiano pelo de práxis, o cotidiano se dispersa em práticas particulares. Para Lefebvre a cotidianidade deve ser encarada como um nível. (LEFEBVRE, 1961: 50/51)

Nível da realidade que transcorre como corriqueiro mas que absorve e carrega o peso de outros níveis (superestruturas) que pesam e se desenrolam sobre ele.

O cotidiano aparece então como região de apropriação pelo homem, se manifesta como zona de demarcação e de junção entre setores dominados e não dominados da vida. É zona de confronto entre necessidades mais ou menos transformadas em desejos. (LEFEBVRE, 1961: 51)

4

Lefebvre alerta (LEFEBVRE, 1961: 36) que o cotidiano encontra-se inserido numa totalidade dialética enquanto um nível da prática social, e afirma insistentemente a importância do estudo da vida cotidiana visando sua transformação. Não se trata de interpretá-la e sim transformá-la. Trata-se também de compreender potencialidades obscurecidas. Um estudo crítico do cotidiano pode auxiliar sua transformação, pode -deve- evidenciar a podridão que pesa sobre ele e por em questão a colonização dos atos mais banais e corriqueiros.

“El estudio de la vida cotidiana[...] Determina así el lugar donde se formulan los problemas de la *producción* en sentido amplio: la forma en que es *producida* la existencia social de los seres humanos[...]

Assim como Levebvre, Guy Debord também vê no cotidiano não um simples objeto de estudo, mas sim um caminho necessário de compreensão para a transformação da sociedade:

[...]ocultar a questão política suscitada pela miséria da vida cotidiana equivale a ocultar a profundidade das reivindicações relativas à riqueza possível de nossa vida; reivindicações que levariam forçosamente a reinventar a revolução. (JACQUES, 2003: 147)

A revolução deve ser reinventada, e o cotidiano tem grande importância nesta reinvenção. A classe trabalhadora deve transformar a vida cotidiana para transformar a vida toda. (LEFEBVRE, 1961: 69)

Lefebvre salienta ainda que a história deixou o cotidiano de lado, negando assim a crítica da vida cotidiana. (LEFEBVRE, 1961: 238)

5

É no cotidiano também que se expõe o confronto entre o social e o individual. Por isso, a busca pela compreensão, pela crítica e pela transformação do cotidiano são caminhos fundamentais para compreender a realização da alienação. Nele a alienação é máxima, mas é também relativa. As coisas aparecem no cotidiano não como objetos apropriados, mas como propriedades alienadas reificando as atividades humanas e os homens vivos (LEFEBVRE, 1961: 71). A compreensão da alienação deve levar em conta o mundo dos desejos e possibilidades e não somente um mundo de coisa inertes (LEFEBVRE, 1961: 71). Pois o cotidiano aparece como uma região de realização e de não realização, de gozo efetivamente apropriado e do não gozo. Esta na linha do movimento dialético da alienação-desalienação (LEFEBVRE, 1961: 67).

6

Torna-se fundamental também na análise da cotidianidade a noção de *tempo linear* que através da indústria e da modernidade puseram fim ao *tempo cíclico*. O *tempo linear* é contínuo e descontínuo: contínuo pois parte de um zero inicial e transcorre infinitamente. Mas, ao mesmo tempo, é descontínuo pois se fragmenta em parcelas exageradas aqui e acolá, evidenciando um programa abstrato em relação ao tempo (LEFEBVRE, 1961: 53).

O poder que se constituiu acima da penúria da sociedade do tempo cíclico, a classe que organiza esse

trabalho social e se apropria da limitada mais-valia desse trabalho, apropria-se também *da mais-valia temporal* de sua organização do tempo social: ela possui só para si o tempo irreversível do ser vivo. (DEBORD, 1997: 89)

A crítica da vida cotidiana deve se voltar também para a análise das persistências dos *tempos cíclicos* nos *tempos lineares* na sociedade industrial. Ela deve estudar as interfases dos *tempos cíclicos* (natural, irracional) nos *tempos lineares* (racional, abstrato, anti-natural). Ela deve estudar as deficiências e as mazelas que resultam de suas interações. Ela deve esclarecer as metamorfoses possíveis dessas interações no cotidiano (LEFEBVRE, 1961: 54).

7

Segundo Seabra (MARTINS, 1996: 77) o cotidiano é a mediação entre o político e o econômico, lugar de realização da indústria cultural e do consumo. Nele se dá a luta pelo uso, mas não sem contradições.

Ele deve ser entendido, ao mesmo tempo, como resíduo e como produto (LEFEBVRE, 1961: 68).

A abstração e a troca imperam submetendo o cotidiano, mas não eliminam o uso em sua totalidade. É nesse intervalo não capturado, ocasional, momentâneo, que emerge a força, a existência do resíduo.

Se é nele que a abstração, a burocracia e todo tipo de exploração e supressão se manifestam, é também nele que se manifesta o que ainda resta de espontaneidade, pois há algo que sempre escapa da organização burocrática e dos burocratas. E nessa escapada é que aparece o resíduo, enquanto exceção, evidenciando o possível. Segundo Lefebvre, jamais a organização conseguirá controlar e organizar (engalfinhar) por completo o cotidiano. Qualquer coisa lhe escapa a todo tempo, e esta é a grande lamentação dos burocratas: o cotidiano protesta, se revolta, em inumeráveis casos, em situações mais imprevisíveis. (LEFEBVRE, 1961: 69)

8

A insurgência do uso, do usador, como aponta Lefebvre e Seabra, evidencia, não só os limites da propriedade como também possibilidades de sua superação.

O uso também aparece como arma.

Os resíduos do cotidiano programado, cooptado, podem apontar possibilidades demonstrar

limites. Faz necessário distinguir então o usuário como aquele que consome, e o usador como aquele que busca e atinge usos qualitativos, sem mediações. Mas é frequente a transformação de um em outro, pois no decorrer do cotidiano usadores são submetidos, com certa frequência à condição de usuários, e por vezes, usuários podem escapar tornando-se, ainda que momentaneamente usadores.

A insurgência do uso aparece como contraposição aos domínios da propriedade. E se o uso não desaparece, não pode ser abordado sem os conflitos contradições da propriedade. Por isso: “É preciso refletir sobre o vivido, mas sem recusar o concebido e sem exaltar a espontaneidade do vivido, pois este também se determina” (MARTINS, 1996: 80).

9

A rápida industrialização da cidade de São Paulo, como em outros tantos lugares, gerou uma profunda dissociação entre o concebido e o vivido. Um verdadeiro e drástico processo de alienação do morador com sua cidade. O concebido invade e altera o vivido sem que a real dimensão do processo seja exposta. O vivido é permeado, quando não cerceado, por um conjunto de práticas trazidas pela industrialização. Desse bojo vai sendo constituído a cotidianidade periférica que é assolada pelo peso da indústria com seu processo de explosão e implosão da cidade. O vivido na periferia é tomado então intensamente pela urbanização, uma urbanização “incompleta” que expande o tecido urbano (com asfalto, ferro, indústria...) mas que não expande o direito à cidade. Pode-se então afirmar que vivemos uma “urbanização desurbanizante” (FÁTIMA & MARTINS, 2008: 15) na medida em que a cidade se cresce, mas práticas que caracterizam modos de viver na cidade vão desaparecendo.

A metamorfose da cidade em metrópole, ao mesmo tempo que afirmou positivamente a cidade, realizou a anticidade que, para além da materialidade urbana, era a negação do ideário civilizatório da cidade. Mas, por dentro, como um fio que liga todo o processo, estavam as transformações nas formas de uso do tempo, motivadas pelo aprofundamento na divisão do trabalho com a diversificação progressiva do emprego e incorporação de ocupações domésticas nos circuitos do trabalho, pela ampliação da escolaridade e pelas novas tecnologias que chegavam ao cotidiano. De modo que, a mobilização geral em direção às cidades, mantinha o fluxo de trabalhadores nas fábricas e em ocupações urbanas, à medida que a natureza repetitiva das formas de uso do tempo (lógica da reprodução) acabava por envolver o tempo de trabalho e do não trabalho (da família, da religião), num único processo. (SEABRA, 2004: 188)

Lefebvre fala do uso reagir contra a troca, (LEFEBVRE, 1975) e Seabra aponta que:

[...] relativamente aos espaços residuais e a partir das permanências que guardam, pode-se indagar sobre as genealogias, sobre as coexistências, sobre as continuidades e as descontinuidades, sobre as temporalidades e sobre o devir. Neles, de alguma forma permanece retida a história inteira, vivida e experimentada com sua riqueza e pobreza, com seus impasses e contradições, porque eles são acumulação de tempos sociais e históricos.” (SEABRA, 2004: 185/186)

Nas rebeliões situadas no cotidiano e que tem como suporte o vivido, se defrontam as racionalidades e as irracionalidades: saber e conhecer, facticidade e naturalidade, coisa e signo da coisa [...] nesse embate existem momentos que permitem apropriações; ganha-se presença. Em tais circunstâncias as representações recuam, e no limite tendem a se desfazer. Só a prática criadora, comportando relações de criação, tem uma tal potência, contém o sentido da obra. (MARTINS, 1996: 85)

A luta entre apropriação e a propriedade ganha contornos ainda mais drásticos quando o espaço torna-se uma potente mercadoria. São raros os terrenos baldios aonde se pode configurar campinho de futebol (ou empinar pipa, ou jogar bolinha de gude...). A rua então aparece, na grande maioria das vezes, como última instância possível de luta da apropriação contra a propriedade.

O espaço tornado mercadoria é a concretização do domínio do capital sobre todos os âmbitos da vida, posto que a vida depende do espaço, sua realização se dá no confronto inevitável com a troca.

10

A colonização do cotidiano pelo mundo da mercadoria faz com que ele seja lançado em constantes capturas de suas formas de uso, (tornado valor de uso, negando o uso) agora ele cumpre a função de reproduzir as relações de produção. Pois: “A vida cotidiana é o nível de convergência da abstração da forma mercadoria” (SEABRA, 2004: 190).

Assim, o domínio da troca almeja abocanhar todo o uso reduzindo-o a valor de uso:

[...] o uso não coincide com o *valor de uso*, pois este corresponde aos termos implicados pela mercadoria, especialmente as relações de propriedade, ao passo que aquele corresponde ao domínio do que é vivido sob os termos da *apropriação* (na acepção conferida ao termo por Marx nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de 1844), portanto fora, e quiçá contra, os pressupostos da valorização. (LEFEBVRE, 2008: 131)

A transformação do cotidiano na urbanização com a modernidade se dá pelo abandono de antigas práticas e pela criação de novas formas de uso do tempo e do espaço. (SEABRA, 2004: 182)

A vida cotidiana como conceito refere-se aos conteúdos da vida na modernidade, os quais seguem sendo transformados pelas tecnologias do cotidiano e por elas modulados, caracterizando uma maneira de viver ou um modo de vida regido pela lógica da mercadoria. (SEABRA, 2004: 190)

11

Lefebvre nos lembra que a cidade tradicional tinha sua função espacial mais delimitada ao complemento da produção, enquanto lugar do consumo. Mas a situação se transformou, e agora, o capital deve atuar em novos campos de batalha, avançando para além da produção, abocanhando também a reprodução das relações de produção, avançando e impondo a sua lógica para além dos produtos propriamente ditos (carros, TVs, feijão, etc), submetendo sutilidades e futilidades ao domínio da troca. Assim:

Essa re-produção das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro. (LEFEBVRE, 2008: 47/48)

Pois:

Trata-se da produção no sentido amplo: produção de relações sociais e re-produção de determinadas relações. É nesse sentido que o espaço inteiro torna-se o lugar dessa reprodução, aí incluídos o espaço urbano, os espaços de lazeres, os espaços ditos educativos, os da cotidianidade etc. Essa reprodução se realiza através de um esquema relativo à sociedade existente, cujo caráter essencial é ser conjunta-disjunta, dissociada, mantendo uma unidade, a do poder, na fragmentação.

[...]

Esse espaço homogêneo e contudo deslocado, recortado e entretanto ordenado, desarticulado e todavia conservado[...] (LEFEBVRE, 2008: 49)

Lefebvre caracteriza como “momento crítico” o estágio em que o crescimento industrial se estagna. O capital então rumo para novas esferas como as do lazer, da informática e do turismo. Tal movimento demonstra a centralidade que adquire o cotidiano e o espaço da cidade na reprodução

das relações sociais de produção.

A problemática passa então a ser também a *do* espaço e não mais exclusivamente *no* espaço (LEFEBVRE, 1986). O espaço está essencialmente atrelado à reprodução das relações de produção em níveis locais e mundial.

Neste contexto histórico é inexorável a relação entre existir no espaço e consumi-lo constantemente. Se todo corpo só existe no espaço, e se o espaço foi tornado mercadoria, a existência pressupõe o consumo.

É latente o processo de hierarquização dos espaços como variados “tipos” de mercadorias. A partir de então, as formas atravessam os usos.

“No cotidiano urbano realizam-se todas as abstrações. Inclusive, o processo de valorização do espaço enquanto abstração da forma mercadoria, realiza-se como abstração concreta, delimitando territórios.” (SEABRA, 2004: 185)

A homogeneização da (re)produção do cotidiano faz coro com os espaços homogenizados, sendo gerido, e ao mesmo tempo gerado, um pelo outro. A mediocridade da realização da existência (sobrevivência ampliada, nas palavras de Vaneigem) na sociedade urbana é refletida nos espaços de sua realização, e estes por sua vez não só refletem como produzem, reproduzem e aprofundam toda mesmice (que não é outra que não a do valor de troca submetendo todos os momentos da vida) que homogeneiza a existência dos humanos.

De forma que o cotidiano urbano, resultado da complementariedade entre industrialização e urbanização, é marcado pela aceleração do tempo; pela maximização do uso de bens e fatores produtivos, tanto quanto pelo aprofundamento da divisão social do trabalho, a qual repercute na deposição de meios de vida, porque desencadeia necessidades novas, aumenta o exército de trabalhadores e diversifica produtos. (SEABRA, 2004: 190)

As formas de divertimento e sociabilidade na cidade foram também e inevitavelmente colocadas no processo de reprodução das relações sociais de produção. Aquilo que era diversão virou negócio. Os espaços de lazer são um nítido exemplo do *espaço tornado maquinaria* (DAMIANI) na reprodução do capital. Eles evidenciam o capital submetendo o espaço (da diversão, do ócio, do jogo, da cultura, da educação, etc.) e o uso do tempo nesses espaços como mercadoria executando seus valores de troca. Assim aquilo que era uso, passa a ser valor de uso inexoravelmente carregando o peso da troca, e formando os componentes da mercadoria.

Os lugares de lazeres, assim como as cidades novas, são dissociados da produção, a ponto dos espaços de lazeres parecerem independentes do trabalho e 'livres'. Mas eles encontram-se ligados aos setores do trabalho no consumo organizado, no consumo dominado. Esses espaços separados da produção, como se fosse possível aí ignorar o trabalho produtivo, são os lugares da recuperação. Tais lugares, aos quais se procura dar um ar de liberdade e de festa, que se povoa de signos que não tem a produção e o trabalho por significados, encontram-se precisamente ligados ao trabalho produtivo. É um típico exemplo do espaço ao mesmo tempo deslocado e unificado. São precisamente lugares nos quais se reproduzem as relações de produção, o que não exclui, mas inclui, a reprodução pura e simples da força de trabalho. (LEFEBVRE, 2008: 49/50)

13

A cotidianidade periférica é marcada por poucos espaços destinados ao tempo livre. O cotidiano se desenrola sempre em algum espaço-tempo e é isso o território do uso (SEABRA, 2004: 183). Não só na Zona Leste mas, abusadamente afirmo que, em todas as áreas e bairros periféricos das metrópoles brasileiras o morador da periferia tem na rua e no bar seus principais *territórios do uso*.

Luiz Antônio Machado em seu estudo sobre o *Significado do Botequim* quis entender não só como funciona e é organizado socialmente o botequim, mas, segundo ele, para “*entender o que ele representa - e para quem - na sociedade urbana*” (MACHADO, 1978: 79). Este autor afirma que:

[...]num bar de classe média, a organização social tende a ser muito frágil. Funcionando como apenas um dos modos de utilização do lazer, e possuindo grande flutuação de consumidores com interesses muito variados, a interação entre eles é geralmente reduzida. (MACHADO, 1978: 82)

Lembra também que:

A maioria dos frequentadores assíduos pertence aos estratos que se costuma denominar 'classe baixa' – trabalhadores em construção civil, biscateiros, pequenos funcionários públicos, ambulantes etc., todos com baixo nível de instrução e reduzido poder aquisitivo. (MACHADO, 1978: 83)

O bar (ou boteco, botequim) aparece então, como regra nos bairros periféricos, como lugar de excelência para a descontração e o encontro entre adultos. Junto com a rua, (também dos parques e praças públicas: quando estes existem) compõe os espaços destinados ao jogo (no bar pode haver

o dominó, o baralho, a sinuca o pebolim e uma diversidade de jogos eletrônicos de apostas, embora estes sejam oficialmente proibidos prosseguem disseminados) predominantes no cotidiano dos moradores das periferias e dos bairros periféricos de São Paulo.

Bairro e periferia

1

A conurbação do espaço urbano na metrópole paulistana invariavelmente deve ser pensado profundamente atrelado à industrialização. As indústrias manipulavam a renda fundiária como fonte de recursos (MARTINS, 2002: 177) vendendo terrenos mais centrais e valorizados e mudando-se para áreas mais distantes e baratas, aplicando o capital excedente em maquinários, equipamentos e instalações. Martins lembra que no início deste processo de criação do espaço metropolitano “[...] não há limites abruptos separando o rural e o urbano” (MARTINS, 2002: 177). A manipulação da renda da terra está atrelada à ampliação dos espaços industriais na cidade de São Paulo e nas cidades ao seu entorno, criando nesse processo, a metropolização da região.

A noção de subúrbio como área rural imediatamente próxima da cidade aponta uma concepção de unidade entre a cidade e as áreas rurais ao seu entorno. Segundo (MARTINS, 2002: 7) já no século XVIII há a designação desses arredores rurais como subúrbios. Tal designação evidencia a dimensão crescente do urbano capturando e redefinindo áreas rurais próximas da cidade.

Gradativamente, aquilo que, ao redor da cidade de São Paulo, era essencialmente rural, a partir do século acima citado, passou a ser suburbano, ou seja, tal qual a designação traduz: um espaço sub-urbano, ainda não totalmente urbanizado mas já profundamente atrelado à urbanização. Dois séculos depois, a rápida e frenética explosão da cidade fez com que essas áreas sub-urbanas fossem gradativamente incorporadas como essencialmente urbanas. Nesse processo intenso e rápido (não mais que dois séculos) aquilo que era rural foi tornando-se suburbano para em seguida, com a industrialização, ser fundamentalmente urbano. Sendo essas áreas distantes da centralidade, ao serem tomadas pela indústria, o que era suburbano aparece agora como área periférica.

O subúrbio aparece, então, como um lugar privilegiado para a compreensão das transformações que atingem a cidade (fundamentalmente sua implosão-explosão) e da formação das classes sociais, mais especialmente das classes trabalhadoras, seus hábitos e suas práticas.

José de Souza Martins (MARTINS, 2002: 9) nos lembra que até aqui o estudo da história de São Paulo e de suas periferias se deu sob uma perspectiva elitista que parte sempre do centro para então chegar na periferia. Mesmo ao estudar a classe operária, que sempre viveu nos bairros, periferias e subúrbios, é essa perspectiva centralizante e, segundo ele, fora de contexto, que prevalece.

É a partir do subúrbio que a história social do trabalho e da classe trabalhadora ganha uma riqueza de perspectiva que não tem quando, equivocadamente, estudada a partir do pressuposto de que a centralidade do urbano coincide com a centralidade das relações sociais. (MARTINS, 2002: 175)

Se pensarmos, por exemplo, nas práticas lúdicas e nos passatempos realizados nas periferias e subúrbios de São Paulo por exemplo, devemos levar em conta que nem todas as práticas, talvez a minoria delas veio do centro, ou está relacionada a ele. É impossível, portanto tomar o centro como referência unilateral ou fundamental para compreender as práticas lúdicas presentes na periferia da São Paulo contemporânea. Isso porque, entre outros fatores, os espaços destinados a estas práticas lúdicas são diferentes entre o centro e a periferia⁴¹.

Ao estudar a periferia, sobretudo suas formas de lazer e espaços de sociabilidade, torna-se inviável uma análise que parta da urbanização do centro se expandindo e levando todas as suas características para seus arredores periféricos. Sem dúvida o centro, periferias e subúrbios estão associados num mesmo processo de urbanização da sociedade, mas as minúcias que compõe o cotidiano destes lugares não podem tomar a centralidade como geradora e reprodutora das práticas periféricas. A periferia contém especificidades e particularidades que não serão compreendida por um caminho que parta exclusivamente tendo o centro como referência e origem.

É portanto, um grande equívoco pensar a classe trabalhadora como despossuída de espacialidade (a física clássica nos lembra que todos os corpos ocupam algum espaço!), ou ainda querer compreender a espacialidade da classe trabalhadora partindo da espacialidade das classes dominantes. Sem pensar a classe trabalhadora atrelada a sua espacialidade, com suas especificidades e contradições não se faz possível a compreensão do profundo conflito entre a classe trabalhadora e a cidade (MARTINS, 2002: 9). Esse conflito se traduz, por exemplo, na luta pelo direito à cidade que aparece ora na luta por melhoras nas condições de transporte ou de saúde, ora na apropriação da rua na luta para que ela se mantenha uma extensão da casa. Sem espacialidade a classe trabalhadora aparece numa relação obscura, fantasmagórica com o espaço urbano (MARTINS, 2002: 9/10).

A desvinculação entre o trabalhador e a cidade produziu um processo profundo de alienação aonde o trabalhador não reconhece, nem muito menos se apropria, de seu produto. A cidade para ele é vivida de modo incompleto e parcial (MARTINS, 2002: 11).

MARTINS (2002: 11) afirma então que a história *do* subúrbio, e quero aqui incluir também

⁴¹O uso cada vez mais difundido de espaços privados e especializados para o lazer em áreas e bairros centrais em oposição ao uso dos espaços públicos como a rua, a praça, os parques públicos, os terrenos baldios demonstram uma significativa diferença entre essas áreas e formas de uso do tempo no urbano. Podemos ainda evidenciar a função social que cumpre o bar, com a sinuca, o dominó, o baralho e o pebolim em áreas periféricas, sendo em muitos casos as únicas formas de divertimento fora e perto de casa da classe trabalhadora periférica.

a periferia, é diferente da história *no* subúrbio. Segundo ele, a reconstrução daquela se dá por meio dos fragmentos desta. Isso porque o subúrbio, tal qual a periferia, possui uma história fragmentária, incompleta.

Toma-se aqui esta perspectiva na compreensão do subúrbio e da periferia, e quero crer que o estudo de fragmentos do cotidiano periférico, no nosso caso em especial de uma de suas práticas lúdicas, o futebol de rua, possa servir no aprofundamento da compreensão e da construção desta história fragmentada da periferia e de seu cotidiano.

Ainda segundo José de Souza Martins:

Na história local e cotidiana estão as circunstâncias da História. É nesse sentido que a história do subúrbio é uma *história circunstancial*. O que permite resgatá-la como História? A junção dos fragmentos da circunstância – quando a circunstância ganha sentido, o sentido que lhe dá a História. A história local não é uma história de protagonistas, mas de coadjuvantes. (MARTINS, 2002: 13)

Então, é a partir do transcorrer cotidiano que aparecem elementos, circunstâncias, que compõe a história local. Assim, é, por exemplo, através de práticas e apropriações das ruas em bairros periféricos como a Penha, podemos compreender a importância da rua para a realização da sociabilidade e do lúdico na cidade. A rua aparecia essencialmente como lugar do jogo e da permanência em áreas periféricas, e estes jogadores e usadores da rua, enquanto coadjuvantes, permitem-nos abordar uma forma de uso da cidade, das suas ruas, que encontra-se sendo sistematicamente reduzido em muitas partes da metrópole, inclusive em áreas e bairros periféricos, mas nestes ainda se pode evidenciar um uso da rua para o jogo que trás à tona a história (circunstancial) da rua em periferias de São Paulo.

O subúrbio aparece então como lugar do cotidiano e não da história, como afirma (MARTINS, 2002: 15) lembrando Lefebvre, é o lugar do vivido (mas de um vivido fragmentado) e não da grande História. O subúrbio é fundamentalmente lugar da reprodução e não da produção. A periferia e o subúrbio carregam o peso da crise da cidade estilhaçada pela industrialização. Expressam o reino do quantitativo arruinando o qualitativo.

Mas este trabalho é motivado também pela busca - ainda que seja ciente de ser uma busca por resíduos - do qualitativo, da fruição, no subúrbio e na periferia. Nestes pedaços do tecido urbano, essencialmente ocupado por classes trabalhadoras, a ausência do poder de compra para o uso de espaços especializados e mercantilizados (o espaço como mercadoria) ainda possibilitam a presença de práticas que flertam com usos da cidade de outrora. E, creio, ser esta uma busca oportuna desta pesquisa: compreender como se realizam práticas qualitativas, entre as quais

essencialmente a do uso da rua para o jogo de futebol, ainda presentes na periferia, evidenciando que a periferia e o subúrbio também possuem sua parcela de qualitativo, embora cada vez mais sufocadas pelo quantitativo.

[...] a noção de periferia, como distante é superada, já então como produto da história urbana. Pois, de periferia prevalece a noção de um padrão precário e generalizado de uso do espaço urbano que se constitui em uma textura de urbanização contínua. A noção de periferia, na sua generalidade, refere-se à pobreza geral expressa na falta de meios materiais que suportam a reprodução dos indivíduos com padrões mínimos de dignidade humana. (SEABRA, 2004: 192)

[...]

Portanto, a desigualdade social ao inscrever-se no urbano, projeta-se como segregação socioespacial. (SEABRA, 2004: 204)

Não deixa de ser curioso, portanto, que na periferia, materialização concreta da anticidade, da fragmentação e da segregação urbana capitalista possam ser ainda encontradas, ainda que como resíduos, práticas que evidenciam o que foi a cidade de outrora. Algumas manifestações do cotidiano na periferia são típicas de uma cidade que já não existe mais, sendo o espaço da periferia a prova viva da morte da cidade.

2

Munford (MUNFORD, 1979: 662) observa que a classe trabalhadora teve, ao longo da história, sua vida centrada no bairro. Atualmente, embora a crise da cidade esteja amplamente atrelada ao fim da vida de bairro, a classe trabalhadora continua realizando no que sobrou do bairro sua cotidianidade, e tal fato se deve, sobretudo, ao confinamento e a segregação urbana, imbricados na fragmentação urbana.

Este autor nos lembra (MUNFORD, 1979: 664) que o bairro é um dos elementos mais antigos da cidade, podendo ser visto já nas cidades da Mesopotâmia.

O bairro aparece então como elemento fundamental na compreensão da cidade, e de sua efetivação, sua realização, sócio espacial. Ao pensarmos no bairro, devemos imbricá-lo no contexto das diferentes práticas sociais e espaciais, um espaço de representação da vida. (FÁTIMA & MARTINS, 2008: 23)

De acordo com Ramos (RAMOS, 2004) o bairro é um mediador entre o espaço público e o privado. É o lugar de uma sociabilidade intermediária. Espaço de encontro inserido no nível da vida cotidiana.

E em Antônio Candido para:

[...] além de determinado território, o bairro se caracteriza por um segundo elemento, o *sentimento de localidade* existente nos seus moradores, e cuja formação depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre famílias e as pessoas, vestindo por assim dizer o esqueleto topográfico. - 'O que é bairro?' - perguntei certa vez a um velho caipira, cuja resposta exprime numa frase o que venho expondo aqui: - 'Bairro é uma naçãozinha' - Entenda-se: a porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras.

A convivência entre eles decorre da proximidade física e da necessidade de cooperação. (CANDIDO, 2003: 81)

Pierre Geoge afirma que:

O morador refere-se ao seu bairro, quando quer situar-se na cidade; tem a impressão de ultrapassar um limite quando vai a um outro bairro. A organização administrativa, geralmente, codificou estes dados empíricos e emprestou-lhe uma forma mais rígida. É com base no bairro que se desenvolve a vida pública, que se organiza a representação popular. Finalmente, e não menos importante, o bairro tem um nome, que lhe confere uma personalidade dentro da cidade. (GEORGE, 1983: 76)

Na cidade de São Paulo o bairro teve até os primeiras décadas do século vinte uma importância fundamental na realização não só física, mas sobretudo social da cidade.

“O processo de urbanização de São Paulo produziu enraizamentos territoriais que foram capazes de germinar uma vida de bairro. Cada bairro com suas especificidades” (FÁTIMA & MARTINS, 2008: 137).

“O bairro, como unidade (elementar), como a menor parte que poderia explicitar o todo[...] o bairro era caracterizado por uma unidade orgânica de vida, um em si aparecia como uma unidade do bairro.”

[...]

Ao se iniciar o século XX, as comunidades eram ainda muito precárias. Para cada um dos bairro que se formava, a cidade era o outro, era a própria sociedade. Por essa época um viajante que passou por São Paulo disse que parecia estar numa cidade circundada por pequenas cidades. Referia-se ao conjunto de bairros que formavam uma coroa, nos quais sobressaíam na paisagem as suas igrejas e por isso podiam ser vistos a distância. Eram Nossa Senhora do Ó, ao norte da cidade e dela separado pelo Rio Tietê; Santana, também ao norte e além Tietê; Santo Amaro, ao sul; *Penha, a leste*;⁴² e Pinheiros, a oeste. São estes os bairros de povoamento antigo, os quais tiveram todos impactos da industrialização de São Paulo. Eram núcleos de vida da população tradicional de caipiras quanto ao modo de ser; de negros, índios e

⁴²grifo meu.

caboclos quanto aos tipos étnicos. (FÁTIMA & MARTINS, 2008: 138)

Segundo Antônio Candido:

[...]os grupos rurais de vizinhança, que na área paulista se chamaram sempre bairro.

Esta é a estrutura fundamental de sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. (CANDIDO, 2003: 81)

Então podemos assim pensar no bairro em São Paulo como um realizador da cidade histórica ao mesmo tempo em que mantinha algumas características, físicas mas sobretudo sociais, do campo, do rural. Talvez não seja desprovido de razão afirmar que a relação campo e cidade não são de negação e oposição, mas de complementariedade. Nestes termos a negação, a oposição, da cidade se realizou na metrópole.

Naquela cidade de São Paulo de bairros, os limites entre a cidade e o campo era outros. O caipira, parte constitutiva da cidade como mostram os trechos de textos citados acima, tinha sua realização garantida na vida social do bairro.

Até o rolo compressor da industrialização explodir (e implodir) a cidade e seus bairros, neles foi possível a realização de um tempo cotidiano aonde hábitos e práticas rurais coexistiam com a cidade. O caipira citadino se realizava e realizava a cidade sem abolir suas práticas e hábitos rurais. Tudo isso foi possível pois antes da indústria, época em que a temporalidade possuía contornos menos impositivos na realização do trabalho e da sociabilidade, sendo a distância entre eles efetivamente menor.

Trabalhos simples, mas muito importantes, apresentavam o universo do trabalho, da família, da festa e dos dramas da vida nos bairros da Penha, Brás, Bom Retiro, da Barra Funda, do Belenzinho, em São Paulo[...] Isso era possível porque existia espaço e sobretudo, porque existia um tempo próprio e comum, ao qual se dedicavam as crianças, os adultos, os velhos, nos lugares apropriados. A festa ainda não estava muito separada da vida e portanto os bairros formavam um nível das práticas que articulavam trabalho e família, quase sempre no mesmo lugar, ainda nas primeiras fases da industrialização. (SEABRA, 2004: 189)

A vida de bairro detinha relação de concretude com o espaço-tempo do lugar, já a urbanização impõe o domínio das relações abstratas imperando sobre todo e qualquer espaço. Uma

das perdas mais significativas impostas ao bairro pela industrialização foi certamente o desmantelamento das relações de vizinhança.

O bairro, na cidade, detinha uma profunda relação de vizinhança em que transcorriam variadas formas de cooperação e de apropriação imediata do espaço e do tempo, pois é “no nível do vívido que o bairro se realiza” (EDSON, 2006: 10).

Com a profunda desagregação das relações de vizinhança o vizinho torna-se estranho, em muitos casos sequer sabe-se o seu nome. Não deixa de ser curioso pensar que quando nos bairros rurais em que a distancia física entre as casas eram maiores as pessoas tinham mais proximidade e profundidade em suas relações e que hoje apinhados espacialmente uns sobre os outros estamos cada vez mais distantes.

Se o vizinho é estranho, estranho também é o espaço do bairro aonde se vive já que o sentimento de pertencimento desaparece. Então a apropriação e o sentimento de pertencimento restringir-se aos espaços privados (da sua casa, ou da casa de seus parentes mais próximos, por exemplo).

O fim da vida de bairro trouxe o fim de uma forma de uso e apropriação da cidade, e não por um acaso, coincide com a formação da metrópole e seu processo de fragmentação.

A segregação e confinamento tornam comum o sentimento de estranhamento tanto nos outros bairros como no bairro aonde se vive.

Lefebvre afirma que com o tempo (e o aprofundamento o processo de urbanização) o bairro vai se limitando à relações imediatas e diretas. E por isso já não pode ser compreendido no conjunto da cidade. (LEFEBVRE, 1978)

O bairro aparecia, ao mesmo tempo, como totalidade e parcela de uma totalidade maior. A urbanização, ao que parece, pôs fim a ambos pois tanto destitui o bairro enquanto totalidade em si, como retira a noção de que o bairro pertence a uma totalidade maior, enquanto parte do conjunto que forma a cidade. Isso porque a própria cidade perde sua condição de totalidade e unidade.

O autor (EDSON, 2006) destaca na Penha originalidades e particularidades em suas relações de vizinhança, relações que fundamentam aquilo que Seabra classificou como vida de bairro.

No movimento de estilhaçamento da vida de bairro, profundamente atrelado à metropolização (implosão-explosão), sobrevivem, resistem resíduos que podem ser encontrados. São esses resíduos que carregam a potência da história local. Neles se manifestam pormenores do cotidiano que compunha as relações constituintes da vida de bairro. E é numa escala cada vez mais reduzida (ao nível da rua, quando antes do bairro inteiro, por exemplo) que se pode encontrar, ainda que não na mesma dinâmica, manifestações que nos auxiliam a ter uma noção da existência daquilo que se realizou outrora.

As relações de vizinhança, por exemplo, se empobreceram profundamente qualitativa e quantitativamente; mas quando existem nos possibilitam avançar no entendimento (são a prova viva) tanto do que existiu, como do processo que gerou seu fim.

Hoje, o entendimento da Penha, como de qualquer outro bairro, só pode se dar pelo prisma da urbanização e da industrialização que inviabilizou, desarticulou a vida de bairro. O entendimento do bairro então deve partir da constatação de seu fim nos termos que o compunham, e deve regressar analiticamente para então compreender as características que o preenchiam e foram desaparecendo. O bairro hoje para ser compreendido deve inevitavelmente passar pela aceitação de sua crise. Assim como a cidade deve ser entendida como sua própria negação enquanto metrópole.

4

Edson nos lembra que a história da Penha surgiu de uma lenda relacionada às figuras de um possível viajante francês e de sua santa de devoção. Nossa Senhora da Penha de França foi vista, como reza a lenda, por este viajante (Hedemir Linguete) duas vezes no alto de uma colina quando este viajava de São Paulo para o Rio de Janeiro.

Segundo Santarcangelo (Memorial Penha de França) a Penha já aparece em relatos datados de 1715, bem como em 1748 e 1749. Edson prefere tomar como momento de origem a concessão da sesmária em 5 de setembro de 1668 ao licenciado Matheus Nunes de Siqueira (EDSON, 2006: 26).

Em 1762 o templo ganha reconhecimento e posteriormente é transformado em capela, e então, em pouco tempo surge um agrupamento inicial de casebres rústicos nos arredores da capelinha. Tal agrupamento, mais adiante, torna-se em um pequeno aglomerado.

No entanto, é só em 1682 que a Penha se consolida como patrimônio religioso ano em que se verifica a inauguração da capela. É, inclusive, este o ano que pode até hoje ser observado na entrada da igreja da Penha.

A igreja é fator fundante na história da Penha. É a partir dela, constituindo-se enquanto fator de centralidade e agregação, que o povoado vai se constituindo e se agregando, ganhando particularidades e contornos próprios, crescendo numericamente, mas também crescendo em participação da formação da cidade, enquanto um de seus bairros. Suas festas consolidaram certa unidade e particularidades neste bairro no conjunto da cidade.

Até a década de 1940 a Igreja se realizou enquanto centralidade na Penha (inclusive na realização do lúdico com as quermesses, que aliás, até hoje ecoam resquícios de outrora ainda hoje vão gradativamente perdendo sua importância e significado dando-nos noção o que foram outrora).

A igreja como mediadora não pode ser negligenciada em sua função na vida de bairro.

Estas festas ao mesmo tempo que manifestavam a condição de bairro rural afirmavam uma crescente mentalidade urbana que passa a deixar de se efetivarem necessariamente com repositoras de uma tradicional cultura popular. (EDSON, 2006: 65)

Assim, a Penha adentra o século dezoito com a Igreja e suas festas religiosa caracterizando sua inserção na cidade enquanto freguesia, dando contorno à formação da condição de bairro rural. Edson Jesus relata uma Penha que se realizou enquanto bairro rural. Tal caracterização parte de um conjunto de casas dispersos mas atrelados ao núcleo principal: a capela. Os vínculos de ajuda mútua (sociais e econômicos) são componentes significativos formando uma teia coesa de relações entre os moradores. (EDSON, 2006: 37)

Mas se por um lado, através da Igreja, a Penha foi inserida na cidade; por outro sua economia ao longo de todo o século dezoito e até meados do dezenove foi principalmente de subsistência, guardando certo isolamento com relação ao centro da cidade. Em suma, nestes séculos (XVII, XVIII e meados do XIV) a Penha se inseria culturalmente com profundidade como parte da cidade, mas economicamente sua inserção era extremamente fraca.

Foi a partir da Lei de Terras que a Penha passou a ser inserida em relações econômicas e urbanas de maior complexidade e que agiram como fator desagregador definitivo das relações sociais da Penha enquanto bairro rural, pois:

Uma vez transformada a terra em mercadoria não há mais como garantir a manutenção dos antigos moradores responsáveis pela realidade de localidades como a Penha do século dezenove. A reprodução das relações sociais que estruturavam esta realidade fica comprometida. (EDSON, 2006: 67)

Outro passo significativo nessa desestruturação foi dado no ano de 1886 quando em São Paulo originou-se a primeira normatização das posturas relacionadas à mensuração e a regulamentação dos lotes. A definição dos limites da propriedade era fator fundamental para o processo de urbanização. O alinhamento definiu de vez o limite entre o público e o privado.

As várzeas da Penha, por exemplo, até o final do século dezenove “escapavam” da Lei de Terras e se mantinham relativamente desocupadas (EDSON, 2006: 73). Realidade que propiciou o uso destes espaços para práticas lúdicas e de outros usos que escapavam da propriedade. As várzeas cumpriam um papel importante pois escapando do valor de troca (complicações e indefinições na sua comercialização) foram espaços lúdicos não só para o futebol como para outras práticas (nadar, remar, etc).

Entretanto, com a normatização de 1886, as várzeas começam a serem incorporadas como

espaços da cidade (SEABRA, 1987: 63), e com isso passam a absorver todas as contradições e restrições advindas da institucionalização da propriedade.

A Penha, como veremos, não sofreu de imediato todos os dissabores do processo especulativo imobiliário. A maioria das chácaras produtoras de hortifrutigranjeiros que existiam na região da Penha vai se manter até meados da década de 1920. Porém, com o estabelecimento da linha férrea Central do Brasil na década de 1870, como aconteceu em toda a cidade de São Paulo, o processo de valorização da terra começou a se intensificar levando à substituição do rural pelo urbano. (EDSON, 2006: 16)

A chegada da linha férrea (1875), assim como o bonde (1889), na segunda metade do século dezenove também foram de grande relevância nesta nova forma de inserção da Penha na cidade. Até sua chegada a única forma de ligação era a estrada da Penha. A ferrovia aparece como instrumento de reorganização dos arredores paulistanos, impondo alguns dos fatores que culminaram na urbanização. A ferrovia e o bonde aprofundam a passagem do rural ao urbano e destituem a condição de subúrbio rural da Penha. Assim, a indústria avança com os trilhos carregando consigo os operários (expulsos do centro pelos valores crescentes dos imóveis nas áreas centrais) e o urbano propriamente dito, neste processo o subúrbio vai gradativamente transcorrendo, em algumas décadas, para a condição de periferia.

“Os trilhos da ferrovia se apresentaram como guia para o mercado de imóveis na cidade. Os subúrbios, até então locais de reprodução da vida e da economia rural, passaram a se apresentar como áreas propícias à especulação capitalista.” (EDSON, 2006: 110)

A combinação das leis territoriais de 1850 e de 1886 somadas à chegada da ferrovia mudam definitivamente a inserção da Penha na cidade, e com essas mudanças novas transformações se sucederam. Nas primeiras décadas do século vinte vão surgir uma profusão de novas vilas, sobretudo operárias, que levam para Penha uma nova condição de inserção no urbano.

O aspecto de todas essas 'vilas' oferece grandes semelhanças: as mesmas ruas não calçadas e em ladeiras, a vencer o declive às vezes abrupto das colinas do terciário; os mesmos tipos de casas, mais ou menos dispersas; as mesmas pequenas hortas para consumo particular e o mesmo problema de falta de água, obtida de poços. *Não possuem um centro de vida própria* e a presença das pequenas igrejas parece pouco significar.

[...]

A função residencial inegavelmente, é a dominante nesses arredores da Penha. Por exceção, algumas fábricas podem ser encontradas. Apenas os cursos d'água, com suas baixadas, representam uma papel econômico digno de maior destaque.⁴³ (AZEVEDO, 1945: 78/79)

⁴³ Grifo meu.

Ao estudar a Penha, nos meados do século vinte, Aroldo se deparou com o que chamou de “vilas satélites”. Por elas podemos compreender a centralidade (imbricada na constituição das policentralidades que constituem a metrópole) exercida pela Penha na constituição do urbano. A princípio essas vilas vão se agrupando na dinâmica do bairro da Penha, mas ao longo de poucas décadas elas crescem e se espalham no espaço (explosão) desfazendo as relações que constituíam a vida de bairro (implosão).

Segundo Villaça:

[...] o subcentro consiste, portanto numa réplica em tamanho menor do centro principal, com o qual concorre em parte sem, entretanto, a ele se igualar. Atende aos mesmos requisitos de otimização de acesso apresentados anteriormente para o centro principal. A diferença é que o subcentro apresenta tais requisitos apenas para uma parte da cidade, e o centro principal cumpre-os para toda a cidade. (VILLAÇA, 1998: 293)

A formação das vilas satélites (Guilhermina, Esperança, Ré, etc) se dá com o loteamento das chácaras. É o urbano chegando e cortando em pedaços antigos espaços rurais. A metrópole vai sendo costurada (com o embricamento dessas vilas formando um único e contínuo tecido urbano) através dessas vilas, que se iniciam dentro do bairro para, em seguida, por fim em toda a sua unidade. Parte significativa do processo de implosão-explosão da cidade se dá a partir da implosão-explosão do bairro.

Os bairros se formavam em função das necessidades da industrialização em curso no início do século. Isso implicava a modernização da cidade (energia e transporte) no estabelecimento de indústrias, no assentamento habitacional dos operários com suas famílias. Isso deu margem aos surgimento das vilas operárias próximas às fábricas e ao surgimento dos subúrbios-estação ao longo das ferrovias, até por volta dos anos 1920. A partir dessa época, com a melhoria dos transportes urbanos, principalmente, porque os bondes elétricos e os trens já podiam deslocar o operariado, a moradia do trabalhador pôde ser distribuída nos espaços circundantes e, portanto, surgia uma avalanche de loteamentos. Era o início de uma forma de crescimento urbano que ficaria conhecida por padrão periférico de crescimento.

Para um certo contingente de imigrantes, morar do outro lado do Rio Tietê, ocupando baixos terraços (nível imediatamente superior ao das planícies aluviais), foi a forma de encontrar um lugar de fixação, no interior do processo que objetivamente realiza-se nos deslocamentos de população. Comprar terrenos grandes e baratos dos caipiras foi a motivação inicial do encontro que tento descrever. Tinha também o sentido de restaurar alguma das condições perdidas, que acompanha a propriedade. (FÁTIMA & MARTINS, 2008: 139)

A formação das vilas satélites é fundamental no entendimento do fim da cidade de bairros e de sua unidade (física e cotidiana).

Nos trechos a seguir JESUS relata a formação de muitas dessas vilas, sobretudo a partir da década de vinte:

A valorização da terra na Penha desencadeia-se, sobretudo, a partir de 1922 quando surgiram os loteamentos das vilas Esperança (1922 – entre a estrada velha de São Miguel e a linha férrea Central do Brasil) e Matilde (entre o curso dos rios Guaiaúna e Aricanduva) (EDSON, 2006: 114)

O processo se intensificou ainda mais ao longo da década seguinte e outros loteamentos surgiram: Vila Centenário, Vila São Geraldo e Vila Santana, esta última servida pela estrada de rodagem São Paulo-Rio e, outrora, parte integrante da fazenda de onde se originou a Vila Esperança. (EDSON, 2006: 116)

Até então, a várzea do Tietê impedia o crescimento do bairro, porém a partir de 1926, com a inauguração da ‘variante de Poá’ outros loteamentos surgirão entre a Penha e São Miguel. Além de intensificar a ocupação de áreas como a colina do Cangaíba, favoreceu a instalação dos loteamentos Vila Mesquita, Vila Londrina, Jardim Piratininga, Vila Rui Barbosa e Jardim Matarazzo. (EDSON, 2006: 116)

Em 1935, com a instalação do complexo industrial Nitro-Química em São Miguel Paulista, acelera-se a ocupação das terras ao longo da ‘variante de Poá’. No domínio da ‘Central do Brasil’, entre 1925 a 1935, a sudeste da Vila Matilde apareceram as Vilas Eulália, Dalila e Talarico e a leste da mesma, sempre acompanhando a ferrovia, as Vilas Ré⁴⁴ e Santa Tereza. Na mesma época teremos ainda as vilas Manchester e Carrão ao sul e à sudoeste do centro da Penha. (EDSON, 2006: 117)

No final da década de 1940, surgem, ainda, mais núcleos considerados ‘subúrbios-estação’: a leste da Vila Esperança, surgem a Cidade Patriarca, junto à estação do mesmo nome, a Cidade A. E. Carvalho e Artur Alvim, consecutivamente. Na ‘variante de Poá’, instalam-se as indústrias ‘Celosul’ e ‘Cisper’, criando outros núcleos e algumas vilas industriais como a Vila Císper. À medida que surgem mais loteamentos, maior é a compactação urbana em torno da antiga colina. (EDSON, 2006: 122/123)

Nesse processo de formação das vilas o ônibus torna-se viabilizador⁴⁵. Sendo que os ônibus não se dirigiu diretamente para o centro da cidade, e sim para o centro da Penha reforçando sua condição de centralidade.

⁴⁴ Grifo meu

⁴⁵ No próximo item “A rua do automóvel a importância do ônibus na constituição da metrópole voltará a ser tratada.

No começo não havia ônibus para o centro da cidade, a circulação partia da porção central da Penha e seguia para os loteamentos e cidades vizinhas. Aliás, todas as vias locais eram originárias do centro penhense. Para exemplificar, podemos citar as Avenidas Amador Bueno da Veiga, Avenida Cangaíba, Estrada da Conceição de Guarulhos (atual Avenida Gabriela Mistral), Rua Itinguçu e outras. Paralelamente a essas vias surgirão mais loteamentos: Vila Salete, Vila Ré, Vila Penteado, Vila Franci, Vila Buenos Aires e muitas outras. (EDSON, 2006: 121)

Aroldo nos lembra ainda que, quando realizava seus estudos, o tecido urbano já havia, ainda que precariamente e com alguns “buracos” se disseminado do centro de São Paulo até a Penha. Para ele, esse processo põe fim à condição suburbana da Penha impondo a ela a condição de bairro. No entanto, o processo que estende a urbanização de maneira contínua do centro até a Penha não trás a condição de bairro, mas sua negação e seu fim. A expansão frenética do tecido urbano fez tábua rasa da cidade degenerando os bairros e seu cotidiano e formando uma massa amorfa de cimento e ferro que vão constituindo o urbano, esta espécie de avesso da cidade. A expansão do tecido urbano ao longo das décadas de 40, 50 e 60 se dá de forma frenética e em pouco tempo transbordam para além dos arredores do núcleo central da Penha.

“A metrópole vai ganhando realidade como síntese de um gigantesco processo mobilizador e concentrador, que produz uma outra espacialidade do urbano. A metrópole se configura como uma síntese contraditória da cidade.” (SEABRA, 2003: 12)

A formação das vilas operárias é um elemento fundamental na compreensão da formação metropolitana paulista. É através delas que o urbano se materializa, que o tecido urbano se expande e se sobrepõe em uma relação indissociável com a industrialização em curso. Por meio das vilas pode-se ver a definitiva passagem do bairro rural (com seu catolicismo rustico, suas relações de vizinhança fundamentalmente rurais e suas relações econômicas agrícolas de isolamento) à bairro urbano (inserido profundamente na cidade, tendo seus moradores atividades urbanas, sobretudo ligadas à indústria) e posteriormente à condição de fragmento. Sem dúvida, como nos lembra SEABRA e também JESUS, é nas décadas de quarenta e cinquenta que o bairro vai sofrer o ataque destruturador definitivo passando a ser inserido como fragmento da metrópole, mas as vilas operárias mostram um momento importante deste processo. Assim, é na primeira metade do século vinte que a Penha tem sua realidade (sobretudo social e econômica) gradativamente atrelada à cidade. Nos anos quarenta, ainda tendo como base SEABRA e JESUS, vemos uma Penha consolidada enquanto bairro da cidade e com um potente conjunto de relações sociais citadinas em curso.

A década de 40 marca a transição entre a Penha bairro/subúrbio e a Penha fragmento da metrópole. Este processo se realiza com a proliferação da indústria movendo o urbano. O ápice da vida de bairro se realiza contraditoriamente com o início de seu fim, onde o espaço de viver e das relações de vizinhança entram em dissolução (EDSON, 2006: 164). Segundo Edson a vida de bairro na Penha teve curta duração.

“A vida de bairro propriamente dita teve, no caso da Penha, curta duração sucumbindo à medida que a urbanização ganhava características metropolitanas.” (EDSON, 2006: 21)

O bairro como categoria sócio-espacial incluía diversas temporalidades e espacialidades sobrepostas. A década de 50 apresenta uma Penha funcionando, sobretudo, em ritmo de bairro dormitório, tomada pela temporalidade da industrialização, pelo tempo do trabalho. As transformações espaciais da cidade são acompanhadas por um conjunto de transformações de uso do tempo.

[...] à medida que o tempo próprio era consumido em favor do tempo social abstrato, o espaço também o era. O tempo social, construído no movimento do trabalho social, produz o espaço social. Isto permite concluir que uma inserção excludente no tempo social se traduz pela ausência de espaço, sem eliminar a necessidade do território para uso. (SEABRA, 2003: 213)

Na década de 1950, segundo Sr. Luís:

O Brasil deu um pulo dos anos 40 para os anos 50. Esse pulo aqui na Penha eu não sei como dizer, chegaram os bancos, cinemas, antes, por exemplo, passava um filme na cidade e depois de dois, três meses passava o filme na Penha. Então começaram a aparecer cinemas, cinemas mais modernos, agora quando apareciam um filme na cidade era em conjunto com a Penha, era o Penha Palace [...] outra coisa que foi importante foi o telefone, depois de 50, mais ou menos, começaram a aparecer mais telefones. Antes você podia contar nos dedos quem tinha telefone em casa, era uma deficiência de telefone e em 45/46 começou a se expandir o telefone e assim as pessoas com melhores situações começaram a ter telefone em casa. A Penha começou a se desenvolver mais [...] o comércio foi melhorando, muitas casas de renome começaram a colocar filiais aqui no bairro, a Garbo, por exemplo. [...] Então o que houve de mudança, de notar, é que a Penha passou a ter uma vida mais própria foi a partir dos 50, então começou a ter umas agência da Light, outras de telefonia, bancos e tudo mais e a Penha se entrosou mais na cidade. E eu acredito que isso aconteceu em outros bairros, como Santana, Lapa e tudo mais começou a acontecer mais ou menos isso. O processo de aglutinação. (EDSON, 2006: 185)

E segundo Sr. Alípio:

Em 1950 eu tinha 17 anos, já trabalhava, o que mudou naquela época foi um pouco da evolução do bairro, começou a se estender um pouco mais, né, no comércio, nessas coisas. Não tinha só mais lojas de casas de velas e sim outros comércios. Apareceram lojas de calçados, tecidos, o comércio cresce e obviamente cresceu o número de empregos no bairro, mais profissionais liberais começam a aparecer, advogados. No início tinha um dentista na Penha, um médico, o Dr. Barbosa que era o único médico que tinha na Penha e depois começou a evoluir. Nessa época de 50 em diante, começou a aparecer mais médicos e aí o bairro começou realmente a crescer. (EDSON, 2006: 185)

Estes dois depoimentos são clarividentes em anunciar a produção de um espaço-tempo urbano que não é mais o do bairro com sua vida, mas sim o da configuração da metrópole. A Penha ganha funções de centralidade local e perde em meio aos escombros da explosão da cidade. Sendo centralidade perde a condição de bairro.

Mas é também importante pensar o que se passa com as vilas em torno do núcleo principal, central, histórico da Penha. Essas vilas (Guilhermina, Matilde, Ré, Patriarca, Esperança, etc) não recebem de prontidão as mesmas condições que o núcleo central. Este núcleo agora, com funções de centralidade, passa a ser o centro para essas vilas, e seus moradores vão à Penha (ao seu núcleo) não mais e exclusivamente para as festividades religiosas, mas para pagar as contas, assistir cinema, pegar o ônibus, comprar os mais variados produtos, etc. Na prática a constituição de uma centralidade na Penha está amplamente relacionada também com o crescimento do povoamento dessas vilas satélites que tornam possível a realização da centralidade, pois o centro não se realizaria sem essa demanda gerada pelo entorno. A expansão do tecido urbano nos arredores da Penha cria condições para realizar a Penha enquanto centralidade no comércio, no divertimento, ou nos transportes. E ao realizar-se enquanto centralidade se dissolve enquanto bairro, perdendo assim inevitavelmente sua vida cotidiana de bairro. Até aonde pude compreender as características e condições de realização da vida de bairro se transferem, passam a ser possível, exequíveis -enquanto resíduo- nessas vilas próximas. As relações de vizinhança, o pequeno comércio, a importância da Igreja e de seus eventos sócio-culturais, vão sofrer um dismantelamento gradativo e posterior ao do núcleo central da Penha.

Evidentemente a configuração da metrópole põe fim a cidade em qualquer e todas as partes, pondo fim também e inevitavelmente as relações tipicamente citadinas, pois a configuração da metrópole não é exclusivamente física. Sendo o espaço social, as transformações nele são também transformações nas formas de realização do tempo, da sociabilidade e do cotidiano. Mas tal processo não se dá unilateralmente no tempo, nem tão pouco no espaço. As implicações e consequências da implosão-explosão se irradiam pela cidade destruindo-a. Edson de Jesus demonstra com clareza esse processo ocorrendo no núcleo central da Penha, Odette Seabra

evidencia, a partir do bairro do Limão, esse processo detonando todas os bairros mais antigos que compunham um conjunto de bairros aonde se realizou a vida de bairro. Contraditoriamente essas vilas satélites já aparecem como expressão da gestação da metrópole, da expansão incomensurável do espaço urbano, mas carregam no momento de sua formação e ainda por algum tempo, algumas das características componentes da vida de bairro.

Se podemos apontar, seguindo SEABRA e EDSON, os anos quarenta e cinquenta como marco detonador da vida de bairro nos núcleos dos bairros mais antigos (Penha, Santo Amaro, Pinheiros, Limão, etc.) talvez possamos identificar a décadas de 50 seguida pelas décadas seguintes como marcos da destituição gradativa dos resíduos dos componentes da vida de bairro nessas vilas.

Relações estabelecidas pela proximidade no nível do lugar eram componentes fundamentais da vida de bairro. À proximidade somava-se o parentesco, o compadrio. O uso da rua para o jogo denuncia fragmentos, resíduos de algo proveniente da complexidade e profundidade envolvida nas relações do vívido no plano do local, relações típicas da vida de bairro de outrora. A vida de bairro foi atacada, decomposta, mas alguns de seus pedaços ainda podem ser encontrados.

A história indica que o uso da rua é um elemento de identificação, um termômetro, das relações de vizinhança de apropriação da cidade. Essas relações, combinadas a alguns outros fatores eram importantes na composição da vida de bairro. Hoje, ainda que necessariamente enquanto resíduos, elas compõe uma espécie de “morro testemunho” de alguns componentes presentes na constituição daquilo que SEABRA (2003) identificou e classificou como vida de bairro. Foi pela temática central que rege esta pesquisa se cheguei a esta hipótese especulativa. Pois, em todas as andanças que realizamos nos trabalhos de campo na Penha (núcleo histórico) notamos a inexistência da rua como lugar de jogo. Nele o espaço da centralidade se impõe com o comércio, o movimento, o adensamento dos prédios, do shopping e inviabiliza (seja pelo frenético passar dos automóveis, pelas quadras poliesportivas dos prédios, pelas diversões do shopping, dos jogos eletrônicos, pelo desconhecimento mútuo das crianças que inviabiliza que se juntem e brinquem...) a rua como lugar de brincar e jogar. A Penha histórica desapareceu enquanto bairro mesmo nas práticas mais corriqueiras. A centralidade inviabilizou por completo o cotidiano de bairro.

Mas quando avançamos por vilas que compõe a chamada região administrativa da Penha, as vilas satélites (Esperança, Ré, Patriarca, Guilhermina, etc) podemos localizar um grau de conhecimento e amizade mais aprofundado entre os moradores da mesma rua e de ruas próximas, tal fato permite a troca de favores (tais como usar um varal do vizinho, pedir uma xícara de açúcar, uma ferramenta ou até mesmo algum dinheiro emprestado) permite também a relação de amizade entre crianças e jovens e em decorrência permite que se juntem e usem a rua (seja para conversar, ou para brincar e jogar). Contraditoriamente - e enquanto resíduo - a periferia e os bairros

periféricos realizam resquícios da vida de bairro. Esses espaços que são a expansão do tecido urbano configurando a metrópole, pondo fim à vida de bairro e à cidade guardam práticas cotidianas disseminadas na cidade que desapareceu.

Alguns hábitos, práticas e costumes não sumiram de uma vez e nem em sua totalidade com a explosão-implosão da cidade e com o fim da vida de bairro. Não sumiram mas também não se realizam com a mesma potência e significado de antes. Eles aparecem diluídos, fraturados, sem a mesma significação e profundidade em meio ao tecido urbano. Manifestam o mesmo tempo e contraditoriamente um compasso na realização da metrópole pondo fim à vida de bairro, e um descompasso com a permanência de algumas práticas que ainda se mantêm.

“A reprodução do espaço contempla dialeticamente inovações e permanências.” (CARLOS, 2004: 73)

Mas se em totalidade e complexidade a realização da vida de bairro foi curta, certos hábitos e práticas tendem a resistir no cotidiano. A vida de bairro se esvai, mas características dela ecoam (resíduos) e vão se rarefazendo ao longo das próximas décadas. Estes resíduos flertam com a totalidade daquilo que cotidianamente se realizava. Relações de vizinhança, assim como os times de várzea são exemplos de resquícios de uma totalidade perdida.

O resíduo tem a potência de confirmar negando. É o que já não existe mais. Manifesta a contradição (concretas e abstratas) do plano do vivido, da cotidianidade. Nele aparece a força do que já foi (a profusão dos times de várzea na cidade de São Paulo, as inúmeras e constantes formas de brincar na rua, as relações que compunham a vida de bairro, etc.), que se manifesta sendo.

A história (não oficial) é carregada, trazida ao presente pelo resíduo.

No urbano sucedem-se, quase indefinidamente, espaços super, hiperfuncionalizados, numa sequência de homogeneidades geralmente sistêmicas,, que formam pesadas estruturas urbanas, as quais, ao se sobrepor às formas pregressas de uso do espaço, como aquelas da cidade com seus bairros, fragmentam-nas. Sendo que fragmentos dispersos dos velhos bairros, permanecendo como residuais, não expressam homogeneidade alguma, não são funcionais e ao contrário, quase sempre funcionam como entraves à mobilidade geral exigida pela urbanização. São espaços residuais que guardam permanências históricas com os quais se pode indagar sobre as genealogias, sobre as coexistências, sobre as continuidades e descontinuidades, sobre as temporalidades e sobre o devir, a partir da premissa ‘lei da implicação dos espaços: os espaços se implicam mutuamente. (SEABRA, 2003: 9)

[...] portanto, na história urbana o bairro seguiu sua própria negação, que era a funcionalização do do espaço e do tempo, era o domínio do quantitativo, o aniquilamento da espontaneidade experimentada nas formas lúdicas [...] a urbanização foi configurando a metrópole: uma superfície de urbanização contínua, domínio do quantitativo porque regido pelo princípio: 'o tempo é dinheiro'. Contudo, na metrópole não se

pode suprimir espaços qualitativos porque sem eles não há vida. Mas nessas condições, a quantidade se insere sobretudo nos circuitos do mercado, nos clubes fechados e no movimento da indústria do entretenimento. O nível de relações imediatas tende a ser restrito no domínio da casa. (SEABRA, 2003: 14)

5

É importante ressaltar que as atividades lúdico-religiosas (sobretudo as quermesses, e em menor grau as procissões) continuam sendo realizadas e chegam, com alguma força, ainda que cada vez menor, no final do século XX. As quermesses se mostram sobretudo nas vilas satélites da Penha (para usar a designação de Aroldo de Campos. Refirmo-me à Vila Ré, Vila Granada, Patriarca, etc.) como uma das poucas localidades de divertimento, onde no final da tarde inicia-se o funcionamento das barracas (de jogos, de comidas) com a presença, sobretudo das crianças e dos mais velhos, seguidos ao adentrar da noite pelos adultos e dos jovens que vão as quermesses tomar vinho quente, quentão, paquerar e, eventualmente, ver alguma apresentação musical.

Na Igreja de Santo Antônio (Vila Ré) a quermesse deixou de ocupar a rua o lado da igreja com suas barracas e palcos no ano de 2000 quando uma briga terminou em disparos de tiros e com feridos. A partir de então a quermesse se realiza exclusivamente no interior do pátio da igreja e teve seu horário de funcionamento reduzido. A partir deste momento a quermesse deixou de ser um lugar frequentado pelos jovens que buscavam nela um espaço de sociabilidade, diversão e descontração. A Vila Ré perdia mais um dos seus poucos espaços de sociabilidade e divertimento. Sendo realizada exclusivamente no interior da igreja a quermesse restringiu as apresentações musicais e os jovens já não se sentem mais tão a vontade do que quando iam a quermesse mas não necessariamente adentravam a igreja. Antes, embora tivesse um caráter religioso, a quermesse se realizava na rua, um espaço mais próximo e constante na vida da maioria dos jovens periféricos. Agora, dentro dos muros da igreja, os jovens já não se sentem tão a vontade. A quermesse restringiu-se ao espaço da igreja e assim coibiu os jovens que não enxergam neste espaço um lugar de divertimento. Assim, aquilo que era uma atividade capaz de agregar crianças, idosos, adultos e adolescentes, que se distribuía em horários variados e atividades diversas agora se restringe, sobretudo, aos idosos e as crianças que continuam a frequentá-la para jogos (pescaria, bingo, tiro ao alvo...) e para comer (doces, bolos, salgados).

Das inúmeras procissões que ocorriam na Igreja de Santo Antônio (Vila Ré) restam apenas as duas que percorrer as ruas e são realizadas na Sexta Feira Santa. A de *Corpus Cristi* é ainda realizada mas em volta da igreja, não mais pelas ruas do bairro.

Através destes dois momentos que se realizavam, na e pela igreja, pode-se constatar que elementos fortemente presentes na composição da vida de bairro continuavam a se realizar, ainda que não com o mesmo conjunto e nem com a mesma força, ao longo do século vinte, e foram, ao longo do tempo, perdendo espaço e significância.

Vejo nas quermesses e procissões da igreja Santo Antônio na Vila Ré um resíduo daquilo que compunha a vida de bairro. Este resíduo foi minguando ao longo da segunda metade do século vinte, e arrisco a concluir que, na Vila Ré, no fim do século vinte definitivamente são findadas práticas realizadas na igreja, sobretudo as lúdico-religiosas, substanciais daquilo que preenchia a vida de bairro. Neste processo pode-se compreender um movimento em que o resíduo foi sendo tornado ralo, rarefeito até um ponto em que já não tem nenhuma, ou muito pouca força e magnitude em sua realização, e então, ele se realiza já sem o peso da história que o compunha. Servindo agora não mais como portador de um pequeno “pedaço” de outrora, mas como resto.

A rua do automóvel

É pressa, as buzinas comem o ar com precipitação exigem passagem[...]A rua parece inchar.

(ANTÔNIO, 1987: 104)

1

Le Corbusier não escondia sua vontade de matar a rua ao afirmar que elas devem ser uma “máquina para o tráfego” (FÁTIMA & MARTINS, 2008: 14/15). Pois não resta dúvida de que seus anseios se realizam.

Na realização da metrópole com sua ampla extensão do tecido urbano fragmentado e polinucleado; o intermédio do automóvel é substancial. A combinação metrópole-automóvel é irradiante, um par perfeito, fim e meio. Em toda parte o automóvel é o objeto rei, viabilizando o urbano enquanto nega a cidade, preenchendo de significantes a explosão da cidade. Por isso não se pode pensar o problema dos transportes isolados, eles estão intimamente ligados ao problema do urbano e da reprodução da sociedade e das relações sociais de produção. O automóvel parece ser o objeto síntese destes problemas.

Ao questionar o automóvel faz-se necessário o questionamento das significações e formas de uso do tempo e do espaço desta sociedade. O automóvel cada vez mais dita a configuração do espaço social inviabilizando as últimas fagulhas de direito ao uso da rua, espaço por excelência da cidade.

O adequado, moderno, agora é a máquina, Objeto-Rei, o automóvel. Cada vez existe menos a possibilidade de se conhecer (física e socialmente) o conjunto inteiro da cidade metamorfoseada em metrópole. Nela metrópole, a cidade como conjunto parece se esvaziar, restando fragmentos nos seus monumentos e obras. Neste sentido pode-se considerar que a base técnica de transporte (o motor a combustão) foi um dos fatores determinantes da transformação da cidade em metrópole, e da homogeneização da paisagem que o uso do automóvel em implicando. (SCHOR, 1999: 11)

Nesta pesquisa busca-se compreender uma destas formas de condicionamento: o do fim do uso da rua imposto pela máquina de passar. A máquina de passar- embora cada vez mais parada no congestionamento- impõe a violência na rua da metrópole em detrimento da sociabilidade que existira na rua da cidade.

Lewis Mumford (MUMFORD, 1979: 674/675) afirma que os urbanistas aplicaram um

ideário de que a cidade de espaços vazios para a locomoção rápida é o principal ingrediente de uma boa vida. Lembra que para realizar tal ideário não é raro a expulsão de habitante e a destruição de vilas e bairros inteiros (como, por exemplo, no caso da Operação Faria Lima).

Henri Lefebvre (LEFEBVRE, 1961) afirma que o automóvel conquista o cotidiano, e isto se dá através da destituição de antigas formas de uso do tempo e do espaço. Tal conquista põe fim, trás crise, a um conjunto de práticas e componentes da vida cotidiana que preenchiam, davam sentido e caracterizavam a cidade.

Em suma, o automóvel *atropela* as formas de uso da cidade.

O automóvel é o maior consumidor de espaço pessoal e público que o homem jamais inventou. Ele devora os espaços que poderiam servir para contatos e encontros, acabando por corroer tudo à sua volta... As pessoas não só perderam a vontade de andar a pé como a possibilidade de fazê-lo. (FÁTIMA & MARTINS, 2008: 152)

2

Não satisfeito em matar a cidade, o automóvel segue matando os cidadãos. Robert Kurts (KURTZ, 1996) fala em terceira Guerra Mundial nas estradas, ruas e avenidas lembrando os mais de 17 milhões de mortos. Trata-se de uma verdadeira e profunda Guerra Civil nas ruas. No Brasil os números de mortos o trânsito se equipara, quando não ultrapassa, os números de mortos no tráfico de drogas.

Na Índia a vaca é um animal sagrado, lá os carros param para elas passarem. No Brasil, o homem não tem o tratamento que as vacas recebem na Índia: em nenhum lugar, sobretudo em São Paulo, os carros param para eles passarem, até porque qual seria o sentido de gastar vinte e tantos mil reais (No mínimo! Esse valor pode atingir as centenas de milhares de reais e até mesmo os milhões) se for para os que não gastaram nada e são mais lentos terem prioridade? Então deve-se inverter a lógica: não se trata de perguntar como a sociedade tolera os milhões de mortes e acidentes gerados pelos automóveis, mas sim como a sociedade ainda tolera (se é mesmo que tolera...) os pedestres (que já não são mais pessoas, só pedestres, ou seja serem a pé, sem veículos, quase ninguém portanto). Aliás, a transformação do cidadão, do cidadão, em pedestre já torna clarividente a drástica redução do uso, do usuário exclusivamente em passador pelo espaço da rua.

A cada 13 minutos ocorre uma morte por 'acidente' de trânsito no Brasil. A cada sete minutos ocorre um atropelamento. Além das 46 mil mortes anuais por 'acidente' de trânsito, 300 mil pessoas ficam feridas,

60% com lesões permanentes. Desses mortos, 44% foram vítimas de atropelamento e 41% estão na faixa etária entre 15 e 34 anos. Cerca de 60% dos leitos de traumatologia dos hospitais brasileiros são ocupados por 'acidentados' no trânsito. Na cidade de São Paulo ocorre um 'acidente' a cada 3,2 minutos. Mais de 700 mil pessoas morreram em 'acidentes' de trânsito de 1960 a 2000 no Brasil. Já não é novidade que temos no Brasil em média uma 'guerra do Vietnã' de mortos pelo trânsito por ano[...] '*Acidentes' de carro e atropelamento matam mais crianças de 1 a 14 anos do que doenças*⁴⁶. (LUDD, 2005: 16/17)

Segundo esses autores seria um erro falar em acidentes quando se trata de uma lógica que domina o processo, não sendo portanto ocasional ou eventual mais permanente e estrutural.

Nota-se a partir destes dados que o uso da rua para qualquer coisa que não a passagem de automóveis cada vez mais e inevitavelmente passa pelo risco de perder a vida. Resta às crianças morrer de tédio dentro dos condomínios, apartamentos, escolinhas e centros de jogos ou correr o risco de perder a vida brincando e jogando na rua. Mais comumente a morte pelo tédio (sobrevivência ampliada) é destinada às classes médias e altas e a perda da vida (literalmente) destina-se ao mais pobres que tem na rua um dos poucos, quando não o único, espaço de ficar, brincar e jogar.

“Preocupados com a segurança de seus filhos nas ruas movimentadas, um número cada vez maior de pais os leva de carro para a escola, contribuindo assim para aumentar o problema que eles pretendem evitar.” (LUDD, 2005: 84)

Assim, quando as crianças, cada vez mais e sobretudo as crianças mais pobres de bairros periféricos, brincam na rua estão se contrapondo e desrespeitando o espaço dos automóveis e o preço que se pode pagar não é outro que senão a perda da vida. De um lado a vida de tédio (dos vídeo games, dos clubes e aulas de futebol, natação, etc) de outro o risco de morte.

O carro não matou só a cidade, segue matando aqueles que ousam usá-la.

O número de crianças mortas por atropelamento é um terço do que havia em 1922, quando o limite de velocidade era de 30 km/h e praticamente não havia tráfego. Não é o caso de as ruas terem se tornado mais seguras, mas sim de terem se tornado mais perigosas a ponto de não ser permitido mais às crianças brincar lá, como aponta Jon Adams, geógrafo e professor da University College of London. O carro torna as ruas inseguras aos não motorizados. Coisa tomando o lugar e o status de pessoas⁴⁷.

3

⁴⁶Grifo meu. Os dados das mortes no trânsito expostos na citação excluem as mortes não humanas. Mas vale lembrar que são milhões as mortes de animais por ano (silvestres, domésticos e criação) em estradas, avenidas e ruas.

⁴⁷Trecho originalmente publicado no artigo de Luiz Alberto Py sob o título *No jardim de Allah* em *Notícias e Opiniões* revista on line, www.no.com.br em 24/10/2001

O automóvel é o símbolo mor da economia de mercado. A rapidez que ele promete na locomoção (e cada vez menos realiza) é uma tentativa de repor o tempo perdido, sugado pelo trabalho. (KURTZ, 1996)

O automóvel é o meio de transformar tempo em quilômetros por hora e espaço em meio de circulação.

A divisão do trabalho avançou para todos os momentos da vida, transformando o cotidiano inteiro em uma fábrica, e os espaços passam a serem produzidos e reproduzidos por essa mesma lógica: é ele inteiro tornado mercadoria, estando no todo e em todas as partes. Num lugar se trabalha, noutro se mora, noutro se diverte.

A sociedade do tempo livre e a sociedade do trabalho, dois lados da mesma moeda, prepararam o seu caminho em conjunto. E é óbvio que o carro tornou-se o brinquedo número um do tempo livre [...] A onda automobilística do tempo livre e das férias vomita, desde então, homens fordisticamente homogenizados, em ritmo de máquina semanal e anual; seja para uma natureza, adaptada em função do tempo livre mecanizado e subordinada à economia, seja para os guetos de turistas, que começam logo a ser terrivelmente parecidos com os locais de trabalho e os dormitórios fordistas. (KURTZ, 1996: 7)

O automóvel é fundamental na manutenção do fetiche do tempo livre. Quando todo o tempo da sociedade é sugado pelo trabalho (ou pelo consumo, ou seja, uma outra parte do trabalho) a alienação se escancara objetivando-se no objeto automóvel. Com o automóvel e sua suposta velocidade o indivíduo crê que poderá aproveitar, fazer render (expressão perfeita) seu tempo fora da fábrica (da loja, da firma, da empresa, etc), mas não percebe que o automóvel consome o consumidor.

O fetiche de ir a todo e qualquer lugar com o automóvel é na realidade o fato consumado de não ir a lugar nenhum, já que para comprar um carro e mantê-lo, (e depois trocá-los, equipá-lo...) a imensa maioria despeja seu tempo no absurdo e frenético tempo do trabalho.

O carro é então uma forma de dar a “individualidade solitária ao ser humano ganhador de dinheiro, também uma expressão tecnológica correspondente.” (KURTZ, 1996: 3)

A inversão capitalista inverte a relação sujeito-objeto. O sujeito cada vez mais inanimado, é objetivado em todos os momentos como coisa. Por outro lado, o objeto, sendo o carro o exemplo mais significativo, ganha individualidade, formas particulares de ser, personalidade (possivelmente na mesma proporção que as pessoas perdem) impondo-se como sujeito: sujeitando aqueles que eram sujeitos à condição de objetos.

“A inversão capitalista dos meios e dos fins, do sujeito e do objeto, aparece aqui como uma

inversão do consumidor e do produto: consome-se o próprio homem. (KURTZ, 1996: 7)

4

O automóvel é então tomado como objeto erótico (KURTZ, 1996) adentra com maestria a coisificação dos sentidos, preenchendo-os de fetiche. Flui como objeto rei num mundo que não só as relações sociais são mediadas por imagens, mas também os sentidos e sentimentos. O tesão e a sensualidade são transpostos, através do avassalador universo da mercadoria, para os objetos, sendo o automóvel o objeto que talvez evidencie melhor tal transposição. Não é ocasional, nem tão pouco sem propósito a constante associação de carros a mulheres bonitas em comerciais de TV, ou ainda nos salões de automóveis. A mensagem é simples: comprando um belo e potente carro certamente você poderá *adquirir* uma bela e potente mulher. Por esse viés a coisa ganha vida e a vida torna-se coisa. Por isso é que faz sentido a música da banda Mundo Livre S/A que diz: “Todo homem deveria ter um carro, ou senão nem precisava ter testículos, de quê serve um testículo sem carro?”⁴⁸

O carro é também o falo onde se masturba a autonomia, independência, onde se goza ilusoriamente aquilo que se faz ausente, de forma autêntica na vida cotidiana[...] É no prolongamento da potência da máquina que se encontra, em nossa sociedade, a potência humana perdida. (LUDD, 2005: 2)

5

Nos trabalhos de campo pude ver em mais de uma vez a relação extremamente contraditória que os meninos que jogam na rua tem com o automóvel. Quando estão jogando deixam claro, em muitos momentos, certa raiva em relação a ele. (Cheguei a ouvir em mais de uma ocasião comentários como: “*Essa porra dessa rua tá virando avenida!!*” ou ainda: “*Isso nem parece mais rua!*”) Mas quando jogam próximos ao carro do pai, parente ou mesmo amigo, tomam muito cuidado para não acertar o carro e demonstram um grande zelo por ele. Sabem o valor de tal objeto na sociedade. Deixaram claro em meio as conversas que tivemos que querem ter um carro (e descrevem as rodas, o som, a cor, o modelo, etc.) quando crescerem.

Assim toda a contradição pesa e fica evidenciada de algum modo nestes meninos pois por uma lado deixam claro uma potente consciência (uma luta pelo direito a cidade, por uma cidade lúdica) de que a rua não é o lugar exclusivo ou principal do automóvel, e demonstrando a compreensão de que o automóvel está monopolizando a rua, mesmo as menores e mais periféricas.

⁴⁸ Mundo Livre S/A no disco “Guentando Óia” de 1996, Abril music.

Mas por outro lado, querem assim que possível ter também um automóvel para passear, se divertir, sair ou arrumar uma namorada, etc.

Subjetivamente, o consumo transforma o proletário em burguês. Proletários e burgueses somem atrás do consumo de bens que só se diferem no refinamento de detalhes. A popularização do carro pode ser vista como um símbolo de uma *nova era*: produção de objetos em massa para o consumo em massa, o trabalhador ascendendo subjetivamente à condição de burguês, embora continue sendo objetivamente trabalhador- ou seja, uma coisa, um ser sem controle da gestão de sua existência e da propriedade – e, à distinção de classes se sobrepondo uma classe única, a dos consumidores. (LUDD,2005: 19)

A proliferação do crédito potencializa o reino do automóvel na metrópole estilhada. Em bairros da Zona Leste como a Penha, Itaquera, Artur Alvim e Vila Matilde por exemplo; é notório o aumento do número de carros. Fato que pode ser observado na superlotação dos estacionamentos dos Shoppings (Penha, Itaquera, Tatuapé), no aumento da oferta e procura de vagas por estacionamentos próximos aos metrô (Vila Matilde, Patriarca, Itaquera).

Fácil também, é encontrar no carro um símbolo do individualismo da sociedade burguesa capitalista, do domínio das coisas sobre os seres humanos e a natureza, e um símbolo da emergência da *sociedade do consumo*, na qual o movimento de reprodução da economia capitalista coincidiu com a integração dos seus potenciais contestadores através do consumo compensatório de bens e da indústria cultural. (LUDD,2005: 19)

O culto ao automóvel, também ele tem bases bem terrestres. Relaciona-se diretamente ao projeto de industrialização que resultou do pacto das elites brasileiras com as grandes multinacionais do automóvel. (LUDD,2005: 11)

6

É cada vez mais disseminado - não só na Penha mas em toda a cidade de São Paulo, assim como em várias outras cidades brasileiras - o hábito de jovens se juntarem e se entreterem em postos de gasolina, juntando o lugar por excelência de “revigorar” o automóvel com o divertimento, o flerte e a paquera. Este espaço - dedicado ao automóvel - segrega aqueles que não o possui e “qualifica” quem os possui. Só quem tem um carro vai se “divertir” no posto de gasolina. Ali, a regra é chamar a atenção pelo volume do som, pelo modelo do veículo, etc. A sociabilidade dos jovens que frequentam postos de gasolina com a finalidade de permanecer, se divertir, flertar só se

realiza por intermédio e através do automóvel: “O carro há muito tempo tem se tornado menos um meio de transporte e cada vez mais um meio de identidade. Reduzindo a possibilidade de comunicação direta, o carro deve dizer o que somos por nós.” (LUDD,2005: 93/94)

7

Inversão de meios e fins, segundo a qual homens se submetem a suas próprias criações. “O indivíduo só se reconhece através de sua marca de carro.” (KURTS, 1997: 347)

“Ninguém liga para a marca da geladeira que tem em casa,mas a marca do carro funciona como cartão de visita.” (SCHOR, 1999: 112)

Em entrevista a um jornal televisivo (em 30/08/2008) a entrevistada afirma: “o meu carro é como se fosse um filho pra mim”. Talvez por isso Tom Zé dividiu os cidadãos em marcas de automóveis, “classe A: cidadão Jaguar, Mercedez e Ferrari; classe B: cidadão Honda, Chrysler e Oldsmobile; classe C: cidadão Volkswagen, Chevrolet, Fiat e Ford (os nacionalistas!);mclasse D: etc.: os párias”. (ZÉ, 2003: 135)

Debord lembra que o espetáculo é o consumo nas suas derivações mais fetichizadas.

É característica fundamentante da sociedade espetacular a mercadoria sintetizando e definindo o modo de (não) ser e (não) viver. A cidade vista por de trás dos vidros do automóvel é tomada como prolongamento das imagens vistas no vídeo da TV, reiterando a passividade do espectador.

Tatiana Schor afirma que até poderíamos caracterizar o automóvel em seu aspecto de uso, mas tal uso não distinguível do puro fetiche ostentatório e no limite significa quantidade de dinheiro disfarçada em funcionalidade. A autora afirma que: “O fetiche é parte constitutiva da mercadoria, se termina o fetiche, não tem mais sentido o relacionamento mediado pela forma mercadoria e, por consequência, o sistema se esvazia”. (SCHOR, 1999: 34)

8

Ainda que não se mova nas ruas e avenidas o automóvel atropela sem dó o cotidiano urbano.

O entrave se explicita: o uso individual de tal máquina se dá no espaço público. O público é pressuposto na realização do privado (SCHOR, 1999). Esta autora nos lembra ainda que se todos resolvessem consumi-lo ao mesmo tempo tal consumo não se realizaria para ninguém. O automóvel é apresentado com um conjunto cada vez maior de funções (ar, som, travas, limpadores...) pois sua função principal – a de locomover- é cada vez menos exequível. Assim, o consumo do automóvel é

também cada vez mais a impossibilidade de consumi-lo.

A cidade foi sendo dilacerada para adequar-se às necessidades da circulação automobilística. Isso porque o automóvel é o meio de transformar tempo em quilômetros por hora e espaço em meio de circulação. (SCHOR, 1999: 109)

[...] a velocidade transmite uma sensação de liberdade ao homem preso ao sistema. A transformação do ato de deslocamento em velocidade de deslocamento já é uma maneira moderna, capitalista, de pensar, pois passa pela economia do tempo. A velocidade nada mais é que uma relação de espaço sobre o tempo. Assim, quanto mais otimizada esta relação, isto é, quanto maior a velocidade, menor o tempo gasto com o deslocamento, melhor para o mônada-dinheiro, pois tempo é dinheiro: poupa-se tempo, poupa-se dinheiro (objetivo final da vida). (SCHOR, 1999: 113)

9

Há uma relação profunda entre a metropolização e a difusão do automóvel. Somada a ela junta-se o ônibus como fator de extrema relevância na expansão horizontal das periferias (MARICATO, 1996). Foi ele que possibilitou a realização dos bairros dormitórios e a locomoção dos trabalhadores às áreas centrais e a outras partes aonde estavam as indústrias e demais empregos. Em suma, é o motor a combustão move a (re)produção da metrópole. Somado ao automóvel, o ônibus foi significativo agente na expansão vertiginosa do tecido urbano. Ainda que se impondo como um serviço fundamental: o do transporte público, as linhas de ônibus serviam fundamentalmente aos interesses privados: dos industriais à outros donos dos meios de produção, possibilitando os trabalhadores chegarem aos seus postos de trabalho, mas não aos demais lugares da cidade. Basta lembrar que até hoje as linhas de ônibus de São Paulo não funcionam a noite inteira e muitas delas não funcionam aos finais de semana, o que torna evidente a função do ônibus: levar e trazer do trabalho.

Milton Santos lembra que o número de viagens de carro de 1967 a 1977 quase triplica enquanto o número de viagens de ônibus não chega a dobrar (SANTOS, 1990: 79).

Tal constatação demonstra o frenético crescimento de automóveis em São Paulo, mas demonstra também a finalidade fundamental do ônibus: levar e trazer os trabalhadores do trabalho aos bairros dormitórios da periferia. Fica evidente ainda que para esta função o número de ônibus vai sendo aumentado no limite da necessidade e não visando o conforto no deslocamento dos trabalhadores.

A cidade vai sendo corroída pelo automóvel e a lógica rodoviária vai penetrando todos os espaços. Aos que não podem adentrar o universo automobilístico o ônibus cumpre a função,

reiterando a lógica da cidade das avenidas. Nesse contexto o ônibus não nega, mas reafirma o automóvel consolidando e justificando seus espaços de circulação. Na formação e reprodução da metrópole paulistana e de sua classe trabalhadora, o ônibus não se realiza enquanto transporte público (função ampla possibilitando a circulação nas mais diferentes áreas da cidade, seja de noite ou nos finais de semana), mas sim como aporte do capital privado: possibilitando o trabalhador ir e voltar do trabalho.

Na Penha a importância do ônibus na formação e reprodução das vilas satélites é enorme. A Penha, sua parte central, passou a funcionar como centralidade de várias linhas de ônibus vindas de seu entorno (Vila Matilde, Guilhermina, Esperança, Ré, São Miguel, Guarulhos, Artur Alvim, etc.). Muitas dessas linhas tinham (como ainda tem) seu ponto final no terminal de ônibus da Penha (Na Av. Celso Garcia já bem próximo da colina e da Igreja Velha). Deste terminal partiam (como ainda partem) os ônibus que dirigem-se ao centro da cidade.

Bibliografia

- ADORNO, Theodor W. *Indústria Cultural e Sociedade*, São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- ANDRADE, Carlos D. *Quando é dia de futebol*. Rio de Janeiro, Recrod, 2002.
- ANTÔNIO, João. *Malaguetas, Perus e Bacanaço; & Malhação do Judas Carioca*. São Paulo, Clube do Livro, 1987.
- _____. *Leão de Chácara*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- ARANTES, Otília. *Urbanismo em fim de linha*. 2 ° ed. rev. São Paulo, Edusp, 2001.
- ARAÚJO, Sebastião. *O futebol e seus fundamentos: o futebol força a serviço da arte*. 2ed. Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 9.ed. São Paulo, Paz e Terra, 1995.
- AZEVEDO, Aroldo Edgard de. *Subúrbios orientais de São Paulo*. 1945. 184p. Tese de concurso à cadeira de Geografia do Brasil, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1945.
- BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a crianças, o brinquedo e a educação*. São Paulo, Editora 34, 2002.
- BORDIEU, Pierre. "Programa para uma sociologia do esporte." in: *Coisas Ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- CAILLOIS, Roger. *Os Jogos e os Homens. A Máscara e a Vertigem*. Lisboa, Cotovia, 1990.
- CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Duas Cidades/Editora 34, 2003.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-Tempo na Metrópole fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo, Contexto, 2001.
- _____. *O espaço urbano*. São Paulo, Contexto, 2004.
- _____. *O lugar no/do mundo*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- _____. "A Natureza do espaço fragmentado". in Santos,M.,Souza,M A. e Silveira,M L. (org.), *Território:Globalização e Fragmentação*,São Paulo, Hucitec/Anpur, 2002, 191.
- _____. "Repensando a Geografia Urbana". in *Revista do Departamento de Geografia*, número 6 , São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, 1992, 119.
- _____. "O lugar: mundialização e fragmentação". in Santos,M.,Souza,M A.,Scarlato,F C. e

- Arroyo, M.(org.), *Fim de século e globalização*, São Paulo Hucitec/Anpur, 2002, 303.
- COELHO, Eduardo (org). *Donos da Bola*. Rio de Janeiro, Língua Geral, 2006.
- Damiani, Amélia Luisa. "A crise da cidade: os termos da urbanização". in Damiani A,L.,Carlos AFA. e Seabra OCL.(org.), *O espaço no fim de século*, São Paulo, Contexto/USP, 1999, 118.
- _____. "Qualidade de vida urbana: repensando a cidade?" in *Revista do Departamento de Geografia*, número 6, São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, 1992
- _____. "A cidade (des)ordenada e o cotidiano" in *Revista do Departamento de Geografia*, número 9, São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, 1995
- _____. "*Urbanização Crítica: Periferias Urbanas- Elementos a considerar no caminho da compreensão da cidade como sujeito*". Mimeo
- DAMO, Arlei S. *Do Dom à profissão*. São Paulo, Aderaldo e Rothschild, 2007.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.
- _____. *Potlach (1954-1957)*. Paris, Gallimard, 1996.
- _____. "Perspectives de modifications conscientes dans la vie quotidienne" in *Internationale Situationniste*, numero 6, Paris, Arthème fayard, 1961.
- DUARTE, Cláudio Roberto. *Literatura, Geografia e Modernização Social – Espaço,alienação e morte na literatura moderna*. Tese de Doutorado em Geografia Humana apresentada à FFLCH – USP, 2010.
- EMEDÊ. *Loucuras do futebol*. São Paulo, Editora Panda, 2003.
- FAUSTO, Boris. "Sociologia do futebol: dimensões históricas e sócio culturais do esporte de multidões." In *Folha de São Paulo*. Mais! São Paulo, 6 de dezembro de 2005. p.3
- FERNANDES, Florestan. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. Anhambi, São Paulo, 1961.
- FRANCO JUNIOR, Hilário. *A dança dos deuses*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- GALEANO, Eduardo. *Futebol ao Sol e à Sombra*. Porto Alegre, L&PM, 1995.
- GEORGE, Pierre. *Geografia Urbana*. São Paulo, DIFEL, 1983.
- GIULIANOTTI, Richard. *Sociologia do Futebol*. São Paulo, Nova Alexandria, 2002.
- GRANOU, André. *Capitalismo e Modo de Vida*. Porto, Afrontamentos, 1975.

- HAMILTON, Aidan. *Um jogo inteiramente diferente! Futebol: a maestria brasileira de um legado britânico*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2001.
- HIRATA, Daniel V. *O futebol varzeano: práticas sociais e disputa pelo espaço em São Paulo.*, São Paulo, Dissertação de mestrado, FFLCH, 2005.
- HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens*. São Paulo, Perspectiva, 2005.
- HOBSBAWM, Eric J. *Mundo do trabalho. Novos estudos sobre História Operária*. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- HOLANDA, Chico B. “O moleque e a bola.” in Coelho, Eduardo (org). *Donos da Bola*. Rio de Janeiro, Língua Geral, 2006.
- INTERNATIONALE SITUATIONISTE*. Paris, Arthème fayard, 1997.
- JACQUES, Paola B. (org). *Apologia da Deriva. Escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003.
- JESUS, Edson Penha. *Penha: de bairro rural a bairro paulistano. Um estudo do processo de configuração do espaço penhense*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- KOHAN, Walter O. *Infância, estrangeiridade e ignorância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- KURTS, Robert. *Os últimos combatentes*. Editora Vozes, 2 edição, São Paulo, 1997
- _____. “Luz verde para o caos da crise.” in *Cadernos do Labur*, ano I, n.1, São Paulo, Laboratório de Geografia Urbana, FFLCH, USP, 1996.
- LEFEBVRE, Henri. *Critique de la vie quotidienne, Vol II: Fondements d'une sociologie de la quotidienneté*. Paris, Éditions L'arche, 1961.
- _____. *A Revolução Urbana*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2004.
- _____. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona, Península, 1978.
- _____. *O fim da história*. Lisboa, Dom Quixote, 1971.
- _____. *O direito a cidade*. São Paulo, Documentos, 1969.
- _____. “Psicologia das classes sociais.” in *Geousp* n.17. São Paulo, 2005.
- _____. *La production de l'espace*. Paris, Anthropos, 1986.
- _____. *La vida cotidiana em el mundo moderno*. Madri, Alianza Editorial, 1972.

- _____. *Tiempos equivocados*. Barcelona: editorial Kairós, 1975.
- _____. *Espaço e Política*. Belo Horizonte, UFMG, 2008.
- LUDD, Ned. *Apocalipse Motorizado*. São Paulo, Conrad, 2005.
- MAIAKÓVSKI, Vladímir. “De rua” in Campos, A., Campos, H. Schanaiderman. *Poesia Moderna Russa*, São Paulo, Perspectiva, 2001.
- MACHADO, Luiz Antonio. “O significado do botequim.” in *Cidade usos & abusos*, São Paulo, Brasiliense, 1978.
- MARIA DE FÁTIMA A., Martins, Sérgio. *Infâncias na Metrópole*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2008.
- MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo. Ilegalidade, desigualdade e violência*. Hucitec, São Paulo, 1996.
- MARX, Karl. *O capital*. Vol 1. 2ed. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- MARTINS, José de S. *Subúrbio*. São Paulo, Hucitec, 2002.
- _____.(org) *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- MARX, Murilo. *Cidades do Brasil. Em que termos?* São Paulo, Nobel, 1999.
- MUMFORD, Lewis. *La Ciudad em la Historia. (vol.I e II)* Buenos Aires, Infinito, 1979.
- MURAY, Bill. *Uma história do futebol*. São Paulo, Hedra, 2000.
- OLIVEIRA, Cláudia. *O ambiente urbano e a criança*. São Paulo, Aleph, 2004.
- PENNA, Leonam. *Dicionário popular de futebol*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania uma história social do futebol no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.
- PORTO, AntônioRodrigues. *História da cidade de São Paulo através de suas ruas*. São Paulo, Carthago, 1996.
- RAMOS, A. W. “Cotidiano, espaço e tempo de um antigo bairro paulistano: transformações da cidade e a dimensão do vivido”. *Geousp – Espaço e Tempo*, São Paulo, n.15, p.77-103, 2004.
- RIBEIRO, André. *Os Donos do espetáculo*. São Paulo, Terceiro Nome, 2007.
- RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo, Martin Claret, 2007.
- ROBBA, Fábio, Soares, Silvio. *Praças Brasileiras*, São Paulo, Edusp, 2003.

- RODRIGUES, Fátima M. *Futebol de fábrica em São Paulo*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFCLH, 1992.
- ROSENFELD, Anatol. *Negro, Macumba e Futebol*. São Paulo, Perspectiva, Edusp, Ed. Unicamp, 1993.
- SALDANHA, João. *Os subterrâneos do futebol*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1980.
- _____. *O trauma da bola: a copa de 82*. São Paulo, Cosac & Naify, 2002.
- SANTOS, Milton. *Metrópole Corporativa Fragmentada O caso de São Paulo*. Nobel, São Paulo, 1990.
- _____. *O espaço do cidadão*. 4ed. São Paulo, Nobel, 1998.
- _____. "O retorno do território", in Santos, M., Souza, M. A. e Silveira, M. L. (org.), *Território Globalização e Fragmentação*, São Paulo, Hucitec/Anpur, 2002, 15.
- SANTOS, Nilton. *Minha bola, minha vida*. Rio de Janeiro, Gryphus, 1998.
- SANTOS NETO, José Moraes. *Visão do Jogo – primórdios do futebol no Brasil*. São Paulo, Cosac & Naify, 2002.
- SCHOR, Tatiana. *O Automóvel e a Cidade de São Paulo: A territorialização do processo de modernização (e de seu colapso)*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- SEABRA, Odette C.L. *Meandros dos Rios nos Meandros do Poder Tietê e Pinheiros: Valorização dos Rios e das Várzeas na Cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado em Geografia Humana apresentada à FFLCH – USP, 1987.
- _____. Urbanização: bairro e vida de bairro. Travessia, São Paulo, set./ dez. 2000, pp.11-17.
- _____. "Futebol: do ócio ao negócio." in Debortoli, José Alfredo O., Martins, Maria de Fátima A., Martins, Sérgio. *Infâncias na Metrópole*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2008.
- _____. "Território do uso: cotidiano e modo de vida." in: CIDADES: Revista Científica Grupo de Estudos Urbanos, v.1, n.1, 2004. Presidente Prudente: UNESP, 2004. p.181-206.
- _____. *Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações no bairro do Limão*. Tese de Livre Docência – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- SEABRA, Odette C. L., Carlos Ana F. A., Damiani, Ameia L., (org) . *O espaço no fim de século: a*

nova raridade. 2º ed. São Paulo, Contexto, 2001.

SILVA Netto. Euclides B. *O mundo fascinante do futebol de várzea*. São Paulo. João Scortelli, 1997.

SHIRTS, G. Matthew. “FUTEBOL NO BRASIL ou FOOTBALL IN BRAZIL” ? in Witter, José S., Meihy, José C. (org). *Futebol e Cultura Coletânea de Estudos*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1982.

_____. “Literatura futebolística: uma periodização.” in Witter, José S., Meihy, José C. (org). *Futebol e Cultura Coletânea de Estudos*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1982.

SILVA, Janice Theodoro da. *São Paulo 1554/1880: discurso ideológico e organização espacial*. São Paulo, Editora Moderna, 1984.

TEYLOR, Roger L. *A arte inimiga do povo*. São Paulo, Conrad, 2005

TODOROV, Tzvetan. *O Homem desenraizado*. Rio de Janeiro: Record, 1999

TOLEDO, Luiz Henrique de. *Lógicas no futebol*. São Paulo, Hucitec, 2002.

TOKUYOCHI,

Jorge Hideo. *Futebol de rua: uma rede de sociabilidade*. Dissertação de Mestrado – Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

VANEIGEM, Raoul. *A arte de viver para as novas gerações*. São Paulo, Conrad, 2002.

_____. “Banalités de base”. In *Internationale Situationniste*, número 7, Paris, Arthème fayard, 1962.

VAZ, Alexandre Fernadez. “Da Matta O futebol como drama e mitologia.” In Proni, Marcelo Weishaupt, Lucena, Ricardo de Figueiredo (org.), *Esporte Historia e Sociedade*, São Paulo, Autores Associados, 1995.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Estúdio Nobel/FAPESP, 1998.

VYGOTSKY, Lev. *Pensamento e linguagem*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

WILHEIM, Jorge. *São Paulo Metrópole 65: subsídios para seu plano diretor*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1965.

WISNIK, José Miguel. *Veneno remédio*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

ZÉ, Tom. *Tropicália Lenta Luta*, Publifolha, São Paulo, 2003.

Sites

www.folha.uol.com.br

www.veja.abril.com.br

www.cartacapital.com.br

www.opovo.com.br

<http://anarcopunk.org/noticias/?p=461>

www.memorialpenha.com.br

Anexos

Imagens 1(SANTOS NETO, 2002:20/21) e 2 (SANTOS NETO, 2002:23): Alunos e padres do Colégio São Luís jogam “bate bolão”, um tipo de *pelada* que foi responsável pela introdução do futebol no Brasil.

Imagem 3 (SANTOS NETO, 2002:25): Traves e times já introduzidos num processo de adequação às regras e formatos do futebol inglês.

Imagem 4 (SANTOS NETO, 2002:25): Gol do título Paulista de 1905 que deu a vitória do Paulistano contra o SPAC. Jogo realizado no Velódromo, um lugar essencialmente destinado a segregar os pobres e negros, sendo exclusivamente frequentado por membros da elite paulistana do começo do século.

“Foda-se a Copa do Mundo de 2010”: Futebol para as pessoas, não para o mercado Ativistas Reclamam as Ruas da cidade de Johannesburgo para o futebol

Neste domingo, 2 de agosto, na zona de Newtown, em Johannesburgo, meia dúzia de anarquistas, incluindo membros da Frente Anarquista Comunista Zabalaza, participou de um “torneio” de futebol de “seis de cada lado” inspirado no *Reclaim the Streets!* (Reclame as Ruas!). Eles foram convidados pelos organizadores para formar um time anarquista.

O torneio de futebol fez parte do *Recess: Street Credit*, evento cultural e de exibição artística que coincidiu com a reunião anual da “11ª Escola de Inverno do Khanya College”. O evento foi realizado na Rua Henry Nxumalo em Newtown, abaixo da rodovia M1 – somente a poucas centenas de metros de distância da Delegacia Central de Polícia de Johannesburgo – quando ativistas e aficionados futebolistas fecharam a rua com fita plástica e começaram a jogar bola.

De acordo com o chamado para participar no evento, o torneio tinha a “intenção de romper com o fluxo normal do tráfego de veículos motorizados no quarteirão, tomando a rua para finalidades criativas e políticas. Os times foram cuidadosamente selecionados, com uma pequena representação de um extenso corpo social-político de organizações e coletivos”, pretendendo “trazer e juntar uma variedade de ativistas culturais e sociais-políticos, com a intenção de desenvolver trabalhos em rede, engajamento político e diversão”.

Infelizmente nem todos os oito times convidados para participar do acontecimento apareceram, mas o *Siyaphambili Youth Project* e o time *Círculo-A* estavam presentes, juntamente com outros dois times.

A atmosfera do torneio era totalmente contra a Copa do Mundo de 2010, que é visto por muitos ativistas como exclusiva aos ricos. O SYP tinha em seu uniforme as letras que compunham a frase “FODA-SE 2010”, que estava pintado nas costas das suas camisetas.

O *Círculo-A* perdeu de 5 a 3 para um time de jovens boleiros, o quarto e o quinto gol foram marcados nos últimos dois minutos num contra-ataque, quando o time anarquista buscava “desesperadamente” a vitória. O *Círculo-A* talvez pudesse ter jogado melhor, mas alguns dos craques anarquistas de Soweto que eram aguardados para reforçar o time não puderam comparecer porque não conseguiram levantar a tempo o dinheiro necessário para o transporte.

No final do evento houve um bate-papo para que o torneio se torne o começo de uma liga de futebol “seis de cada lado” do movimento social.

Tradução > Marcelo Yokoi

extraído de: <http://anarcopunk.org/noticias/?p=461>

Imagem 5: Meninos jogam na rua Name (Vila Ré, Penha) sem utilizar a calçada possibilitando a passagem de pedestres e a permanência dos “próximos”, (jogadores que estão de fora esperando o fim da partida para serem os próximos a jogar) ou de possíveis espectadores, como as meninas da próxima imagem.

Imagem 6: meninas conversando e observando o futebol dos meninos na rua Name.

Imagem 7: Golzinhos na rua Baltazar Brum (Vila Ré, Penha).

Imagem 8: Meninos da rua Name jogam com golzinhos de Pedra.

Imagem 9: meninos fazem golzinhos com garrafas Pet's na rua Mearim Penedo (limite entre a Vila Ré e o Jardim Nordeste).

Imagem 10: Meninos jogam “golzão” com traves de ferro na rua Roberto Cláudio (Vila Ré)

Imagem 11: Meninos jogam “golzão” com gol feito de pedras na rua Aldeia Paracanti (Vila Ré).

Imagem 12: “Três dentro três fora” sendo jogado na rua Roberto Cláudio (Vila Ré).

Imagem 13: Meninos (com a participação de uma menina) jogam “bôquinho” na rua Iborepi (Artur Alvim).

Imagem 14: Meninos em “roda de embaixadas” na rua Mearim Penedo (limite entre a Vila Ré e o Jardim Nordeste).

A linha vermelha traçada no mapa representa a área aproximada em que foram realizadas as derivas do trabalho de campo.